

Phillip Willians Leite

Moffies no exército: raça/etnia, gênero e (homos)sexualidade nas Forças Armadas Sul-Africanas durante o apartheid

Versão original

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Laura Moutinho

São Paulo

2022

Para a Thaís P. Muitos carnavais...

AGRADECIMENTOS

João Cabral de Melo Neto certa vez escreveu: “um galo sozinho não constrói uma manhã”. Certamente uma pesquisa também não se constrói somente com uma pessoa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão da Bolsa de Mestrado no país [Processo 19/04296-8] e da Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior [Processo 19/24233-0], que viabilizaram a elaboração da presente dissertação.

Agradeço à minha orientadora, Laura Moutinho, por ter me introduzido à África do Sul, e por ter me orientado desde que eu era um estudante de graduação em relações internacionais, fascinado com a antropologia. Graças à Laura, eu me encantei pela Cidade do Cabo e por Stellenbosch, onde o trabalho de campo dessa pesquisa foi feita.

A Piero Leirner, Júlio de Assis Simões e Fernanda Pinto de Almeida – cujos trabalhos inspiraram fundamentalmente essa pesquisa –, agradeço pelas generosas contribuições durante as bancas de qualificação e de defesa.

Na Stellenbosch University, agradeço aos professores Bernard Dubbeld e Shaun Viljoen, que me acolheram e me deram tanto apoio na realização dessa pesquisa.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, em especial a João Felipe Gonçalves, Heloísa Buarque de Almeida, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Silvana Nascimento, cujas disciplinas na graduação e na pós-graduação me mostraram que o caminho que eu quero seguir na vida passa pela antropologia.

Às e aos funcionárias e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, em especial a Juciele Borges Cristovão, e ao pessoal do International Office da Stellenbosch University, em especial a Werner de Wit.

Às professoras e professores do Instituto de Relações Internacionais da USP, em especial à Deisy Ventura, Maria Antonieta del Tedesco Lins, Samuel Barbosa, Felipe Pereira Loureiro, Feliciano de Sá Guimarães e Mary Anne Junqueira. Muito obrigado por despertarem em mim o desejo de seguir a carreira acadêmica. Às e aos funcionários do IRI, meu total agradecimento, em especial à Adriana Santos Araújo.

À Maria Paula Prates e à José Miguel Nieto Olivar, por todo o apoio e o carinho durante essa pesquisa.

À Gerson Damiani e Volker Minks, muito obrigado pelos anos de confiança e trabalho.

Gostaria de agradecer a todas e todos as/os companheiras/as de orientação por toda solidariedade, em especial Caio Mader, Mariana Boujikian (Mabô), Vinicius Rodrigues, Thaís Tiriba e Pedro Lopes. A todas/os ingressantes no mestrado do PPGAS/USP no ano de 2019, em especial a Juliana Wahl, Sâmia Pereira, Elisa Hipólito, Mônica Ribeiro e Ribeiro e ao Hugo Salustiano, por todas as alegrias e aflições compartilhadas. E às/os representantes discentes.

À Matheus Paiva, Andrei Gomes, Viviane Chu e Mariana Werle, que foram um pedaço do Brasil em Stellenbosch.

À Julian Veermeer, Sky, Roxy e Vegas, pela calorosa recepção na Lovell Avenue.

À Molly Mellado e ao Robert Staunton, meine Freunde.

À Jéssica Lima, Valentina Ceolin Gindri, Beatriz Maia, Érika Brennand, Franciso Daich, Vanesa Romualdo e Isabel Kodama, todos presentes que Berlim me deu. Ich hab euch lieb.

Aafke, Adrien, Ahmed, Ambroise, Anna, Apolline, Art, Azhar, Bijou, Camille, Caro, Caroline, Drew, Emily, Gladys, Jacques, Jake, Jakob, Janna, Jannfred, Jo, Julie, Karl, Laurel, Luce, Luis, Lukas, Mariano, Paula, Rew, Sofia, Stefan, Tyler, Vincent, Virgy, Yafet, Zav. Thank you for the good time. I hope to see you all soon.

Thaís Parlatore e Fernando Campos, eu nunca poderei agradecê-los o suficiente por 2020. Eu amo vocês.

Heloísa Pinheiro, Vivian Inês Kawanami, Carolina Takahashi, Lucas Barbieri, Valesca Lucas, Andre Bafti, Iago Rondello, Gabi Crespo, Arina Dias, Maria Vitória, Gabriel Pacheco, Cristiano Ferraz, Malaman, Gabi Ferro, Victor Souza, Klaus... E pensar que eu quase prestei São Francisco ao invés do IRI. Que privilégio poder ser amigo de vocês.

Bia, Mare e Maara: 14 anos, e contando...

Tauany, Raíssa e Tati: sem vocês, eu não sei como eu teria sobrevivido aos dois anos de constante andanças pelas ETECs do ABC Paulista.

Aos meus irmãos, Bruno e Lucas, pelo amor que ignora fronteiras.

Aos meus pais, Alessandra e Willians, pelo suporte e apoio desde sempre. Amo vocês.

Aos meus avós, Kinha, Cida e Jessé, pelo amor que têm me dado desde que vim ao mundo.

Ao “vô Lino”, *in memoriam*.

Finally, some people deserve a special mention here: Sarah, Gisela, Lauren, Clara, Elias, Franzi, Svenja, Lena, Julius, Till. You taught me over and over again what friendship means.

Dit was lekker saam met julle, my vriende.

Muito obrigado.

RESUMO

Essa dissertação de mestrado se centra nas ambiguidades da experiência da homossexualidade na *South African Defence Force* (SADF), denominação das forças armadas sul-africanas durante o *apartheid*. Partindo da ideia de que a gestão da raça, do gênero e da sexualidade foram elementos importantes na criação e sustentação do regime de segregação sul-africano, a pesquisa se concentra no período de 1967 a 1993, quando esteve em vigor uma política de serviço militar obrigatório para homens *whites* na África do Sul. Mostro que a SADF era tida pelo regime de discriminação racial não só como uma ferramenta de defesa da nação segregada frente a ameaças internas e externas, mas também como local propício para o amadurecimento de jovens *whites* em direção à vida adulta e à cidadania a partir de um ethos institucional que, além de militarizado e patriótico, exaltava uma certa concepção de masculinidade em que ideais raciais e de gênero se misturavam à valorização da heterossexualidade e o repúdio à tudo aquilo que pudesse contestá-la. Cotejo essa heterossexualidade normativa constituinte do exército com as tentativas de coibir a homossexualidade e com a violência cometida na instituição contra homens homossexuais e/ou afeminados, denominados em africâner pelo termo derogatório *moffies*, e reflito sobre a ameaça que essa figura trazia ao exército e aos ideais do *apartheid*. A partir de um trabalho de campo na Cidade do Cabo e em Stellenbosch, África do Sul, em 2021, argumento que a que a homossexualidade na instituição tinha mais ambiguidades do que parece à primeira vista. Em nossa conversa, meus interlocutores, além de falarem da violência contra homossexuais na SADF, também apontaram o tempo de serviço militar como um período de descobrimento e vivência da homossexualidade e, nesse sentido, a SADF também parece ter sido um espaço em que experiências homossexuais podiam ser vividas, produzindo diferentes subjetividades, para além daquela esperada pela instituição. A partir desse caso sul-africano, elaboro questões para pensar a relação entre projetos nacionais e a (homos)sexualidade.

ABSTRACT

This master's thesis focuses on the ambiguities of the experience of homosexuality in the South African Defence Force (SADF), the denomination of the South African armed forces during apartheid. Starting from the idea that the management of race, gender, and sexuality were important elements in creating and sustaining the South African segregation regime, the research focuses on the period from 1967 to 1993, when a policy of compulsory military service for whites in South Africa was in effect. I show that the SADF was seen by the racially discriminatory regime not only as a tool to defend the segregated nation from internal and external threats, but also as a place for young whites to mature into adulthood and citizenship based on an institutional ethos that, besides being militarized and patriotic, exalted a certain conception of masculinity in which racial and gender ideals were mixed with the valorisation of heterosexuality and the rejection of anything that could contest it. I compare this normative heterosexuality in the army with the attempts to curb homosexuality and with the violence committed in the institution against homosexual and/or effeminate men, called in Afrikaans by the derogatory term *moffies*, and reflect on the threat that this figure brought to the army and the ideals of apartheid. Based on fieldwork conducted in Cape Town and Stellenbosch, South Africa, in 2021, I argue that homosexuality in the institution had more ambiguities than it seems at first glance. In our conversation, my interlocutors, besides talking about the violence against homosexuals in the SADF, also pointed to the time of military service as a period of discovery and experience of homosexuality and, in this sense, the SADF also seems to have been a space in which homosexual experiences could be lived, producing different subjectivities, beyond the one expected by the institution. From this South African case, I pose questions for ways of analysing the relationship between nation-building projects and (homos)sexuality.

“‘History’, Stephen said, ‘is a nightmare from which I am trying to awake’”

James Joyce, *Ulysses*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<i>O INÍCIO DA PESQUISA</i>	<i>12</i>
<i>A HOMOSSEXUALIDADE NA SADF: AMBIGUIDADES</i>	<i>15</i>
<i>DIVISÃO DA DISSERTAÇÃO.....</i>	<i>19</i>
CAPÍTULO 1: NAÇÕES E SEUS HOMENS	21
<i>A (HETEROS)SEXUALIZAÇÃO DO CONTRATO SEXUAL</i>	<i>27</i>
<i>A VIGILÂNCIA DA (HETEROS)SEXUALIDADE NA CONSTRUÇÃO DOS IMPÉRIOS</i>	<i>35</i>
<i>O NACIONALISMO AFRICÂNER E A FAMÍLIA.....</i>	<i>45</i>
<i>O CONTROLE DO COMPORTAMENTO SEXUAL MASCULINO COMO RAZÃO DE ESTADO.....</i>	<i>52</i>
CAPÍTULO 2: MOFFIES DURANTE O APARTHEID	60
<i>WHITE PERIL</i>	<i>61</i>
<i>HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA WHITE DURANTE O APARTHEID</i>	<i>64</i>
<i>UM EXÉRCITO WHITE NA ÁFRICA SUBSAARIANA E A MILITARIZAÇÃO DA SOCIEDADE SUL- AFRICANA</i>	<i>69</i>
<i>GÊNERO, SEXUALIDADE E MILITARIZAÇÃO: O EXÉRCITO COMO CONSTRUTOR DE MASCULINIDADE NA NAÇÃO SEGREGADA E A RESISTÊNCIA AO SERVIÇO MILITAR.....</i>	<i>73</i>
<i>DO MOFFIE PARA O HOMEM WHITE GAY.....</i>	<i>77</i>
CAPÍTULO 3: MOFFIES NO EXÉRCITO.....	81
INTRODUÇÃO.....	81
<i>ENTREVISTAS</i>	<i>90</i>
<i>SER MOFFIE NO EXÉRCITO</i>	<i>102</i>
<i>“WE CAN’T FLEE TO A COUNTRY SOUTH OF US”</i>	<i>108</i>
CONCLUSÕES.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

O presente texto, gestando durante um mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo¹, investiga a experiência da homossexualidade *white*² masculina no exército sul-africano (*South African Defence Force* ou SADF³) durante o *apartheid* a partir do argumento de que a articulação entre raça, gênero e sexualidade foi fundamental na sustentação do regime de segregação racial. O *apartheid*, cuja tradução literal do africâner para o português é

¹ O mestrado foi realizado sob orientação da Profa. Dra. Laura Moutinho, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob o processo de n. 2019/04296-8

² Em consonância com Moutinho (2015 e 2018), utiliza-se aqui as categoriais raciais conforme usadas na África do Sul, a fim de preservar seu contexto. A partir do Population Registration Act, 1950, a população do país passou a ser classificada racialmente pelo Estado como *white*, *native* e *coloured*. A categoria *white*, às vezes intercambiada com o termo *european* em documentos oficiais do governo, dividia-se histórica e linguisticamente entre os africâneres (descendentes dos primeiros colonizadores holandeses e de outras nacionalidades europeias que ocuparam a região a partir do século XVII; seu idioma, o africâner, é considerada uma língua-filha do holandês vernacular falado no território sul-africano, com influências do alemão, inglês, línguas khoisan, entre outras), e os ingleses (descendentes de colonizadores britânicos, falantes de inglês). A nomenclatura *white* por vezes também era usada para se referir a outras minorias de ascendência europeia, como portugueses e alemães, além dos chamados *honorary whites*, grupo constituído em sua maioria por indivíduos que normalmente seriam caracterizados como *non-whites*, mas que recebiam alguns direitos e privilégios reservados aos *whites* (cf. PARK, 2008). A categoria *native* era intercambiada com os termos *bantu*, *black* ou *african*. Já a categoria *coloured* era subdivida em mais outros sete subgrupos, a saber, *cape coloured*, *malay*, *griqua*, *chinese*, *indian*, *other asiatic* e *other coloured*.

A forma como essas categorias eram utilizadas pelo Estado dependia do contexto. O Immorality Act, 1950, por exemplo, legislação que proibiu relações sexuais interracialis no país, mencionava em seu texto apenas as categorias *European* (isto é, *white*) e *non-European* (todo o restante da população). Para mais informações sobre as classificações raciais no *apartheid*, ver POSEL, 2001; MOUTINHO, 2004a.

³ A South African Defence Force foi criada em 1957, substituindo o primeiro exército criado no território sul-africano, a Union Defence Force (UDF), estabelecida em 1912. A SADF perdurou até 1994, quando foi substituída pela South African National Defence Force (SANDF), denominação atual das forças armadas sul-africanas.

“separação”, foi um regime de segregação racial que vigorou nos territórios das atuais República da África do Sul (entre 1948 e 1994) e República da Namíbia (1948 e 1990), tendo início quando o *National Party* (NP) venceu as eleições sul-africanas de 1948 em um pleito formado basicamente por eleitores *whites*⁴:

Argumento que a homossexualidade dentro da SADF tinha um caráter *ambíguo*, pois, apesar da violência cometida contra homossexuais dentro da instituição, também existem histórias de relações sexuais e afetivas entre homens, e o exército era um espaço sexualmente carregado. A partir de entrevistas no formato história de vida com homens sul-africanos *whites* de meia idade e homossexuais que foram recrutados do exército, reflito como a homossexualidade era vivida no dia a dia dessa instituição fundamental para a manutenção do regime. Teço, por fim, reflexões para pensar as relações entre nação, nacionalismo, masculinidade, raça e (homos)sexualidade.

O início da pesquisa

A ideia para essa dissertação teve início quando eu estava no bacharelado em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo. Em 2016, cursando a disciplina “Antropologia das Emoções” na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), li a análise comparativa de Laura Moutinho sobre a construção da identidade nacional no Brasil e na África do Sul, produzida a partir da investigação de como gênero, raça e sexualidade foram mobilizados nos discursos sobre a nação nos dois países (MOUTINHO, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2018). O trabalho me despertou a curiosidade em entender o lugar da homossexualidade na construção desses projetos nacionais, marcados por desigualdades e preconceitos.

Em 2017, dei início a uma pesquisa de iniciação científica que, partindo da importância do controle da sexualidade no projeto de segregação sul-africano, procurou investigar o lugar da homossexualidade no *apartheid*, reflexão que já havia sido iniciada por Moutinho (MOUTINHO, 2004d; MOUTINHO, CARRARA, 2010). Entre 2017 e

⁴ Pessoas blacks foram proibidas de participar de eleições sul-africanas em 1936. Apenas em 1994 a África do Sul organizou sua primeira eleição com sufrágio universal. O voto de pessoas coloureds e indians tinha uma série de exigências que muitas vezes não podiam ser cumpridas por esses cidadãos, fazendo com que as eleições durante o apartheid fossem basicamente decididas por whites (cf. SKOVSHOLM, 1999).

2018, fiz uma revisão bibliográfica a respeito dos tópicos mais discutidos na academia sobre a homossexualidade durante o regime segregacionista sul-africano⁵. Mais especificamente, meu foco estava em entender a questão da homossexualidade masculina *white*. Homens *whites* constituíam a categoria com mais privilégios econômicos e políticos no regime racista e “generificado” do *apartheid*, e eu queria entender como a homossexualidade – vista como um tabu, um desvio e/ou um crime na sociedade sul-africana – era negociada com os privilégios aos quais esses homens tinham acesso por conta de sua classificação racial.

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema, feita inicialmente em websites indexadores de revistas científicas, separei os artigos, dissertações e teses encontradas em dois principais assuntos. Um deles era a emergência de movimentos pró-direito dos homossexuais durante o *apartheid*. Esses textos mostram como a discussão pública sobre a homossexualidade começou a ganhar força na África do Sul a partir dos anos 1960, ao mesmo tempo em que movimentos de liberação gay, compostos majoritariamente por homens *whites*, ganham visibilidade e importância na arena pública (CROUCHER, 2002, CONWAY, 2009, TOBIA, 2014)⁶. O segundo tema tratava das alegações de abusos cometidos contra homossexuais nos serviços médicos da *South African Defence Force* (VAN ZYL et al, 1999; ADDINAL, 2002; COCK, 2003; KAPLAN, 2004; 2016; CONWAY, 2004; REES, 2007; JONES, 2008; ZUMA, 2009; BELKIN, 2010; SCHAAP, 2011)⁷, questão que veio à público pela primeira vez na *Truth and Reconciliation*

⁵ A IC, intitulada “Gestão da (homos)sexualidade na África do Sul do *apartheid*”, foi realizada entre 08/2017 a 06/2018. A pesquisa recebeu uma bolsa de IC/CNPq do projeto “Sob o comando de um deus racista: políticas sexuais na África do Sul” (Edital MCTI/CNPq/Universal), coordenado por Laura Moutinho.

⁶ Apesar de não ser o foco dessa pesquisa, cabe mencionar que o “movimento gay” na África do Sul teve problemas para lidar com a diversidade constituinte da sigla LGBTQ no país desde as suas origens. No contexto do *apartheid*, a grande polêmica era a relação problemática do movimento, composto majoritariamente por homens *whites*, com a luta contra o *apartheid*. Sobre o assunto, ver TOBIA, 2014; MATEBENI, 2017.

⁷ Além da bibliografia acadêmica, é possível encontrar algumas reportagens online sobre o tema: <https://www.theguardian.com/world/2000/jul/29/chrismcgreal>; <https://www.iol.co.za/news/south-africa/sex-changes-done-on-gay-servicemen-45183>; <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/190268.stm>; <https://www.dailymaverick.co.za/article/2013-01-29-dr-shock-is-in-the-dock-and-now-his-wife-is->

Commission (TRC) da África do Sul em 1997⁸. Apesar das alegações de tortura e violência contra homossexuais, o tema gerou somente um parágrafo no relatório final da comissão, no qual há menção a acusações contra um médico que teria implementado terapia de aversão e eletrochoque em homossexuais em hospitais do exército a fim de “curá-los” de sua homossexualidade (SOUTH AFRICA, 1999). A partir dessa denúncia, a *Gay and Lesbian Archives of South Africa* (GALA, atualmente conhecida por *GALA Queer Archive*), organização dedicada à memória da população LGBTIQ na África do Sul, conjuntamente com a Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Saúde da University of Cape Town, conduziram uma apuração mais ampla dessas alegações. A investigação resultou no relatório *The aVersion Project: Human Rights Abuses of Gays and Lesbians in the SADF by Health Workers During the Apartheid Era*, organizado por VAN ZYL et al (1999), que detalha as violências perpetradas contra homossexuais no exército, tais como eletrochoque, castração e cirurgias de redesignação sexual sem consentimento.

Após ler essa bibliografia, pareceu-me que concentrar minha investigação na homossexualidade na SADF era ideal para os propósitos de minha pesquisa de iniciação científica. Além do interesse em pesquisar um assunto pouco investigado, fui também inspirado por pesquisas que investigam a relação das forças armadas com concepções de masculinidade em diferentes contextos nacionais (FREVERT, 1996; KWON, 2001; AHLBÄCK, 2011) e como homens homossexuais são vistos dentro da instituição (HARRY, 1984; HEKMA, 1991; CARREIRAS, 2004; JACKSON, 2004; SINCLAIR, 2009; BELKIN et al, 2001a, 2001b, 2010, 2013).

Além disso, pareceu-me que investigar a homossexualidade dentro das forças armadas sul-africanas me permitiria pensar nas relações entre o *apartheid* e a homossexualidade. A SADF tinha enorme importância na manutenção do regime de segregação e era uma das instituições com maior influência nas decisões do governo durante os anos 1970 e 1980 (GRUNDY, 1986; THOMPSON, 2014 (1990), p. 200, 223-

[under-lock/; https://mg.co.za/article/2000-07-28-mutilation-by-the-military/](https://mg.co.za/article/2000-07-28-mutilation-by-the-military/).

⁸ A TRC foi instituída em 1995, tendo por objetivo investigar as violações aos direitos humanos cometidas durante o *apartheid*, e esteve ativa entre 1996 e 1998. No site <https://www.justice.gov.za/trc/report/index.htm> é possível acessar o relatório final da comissão. Para mais informações sobre a TRC, consulte Moutinho (2012).

224). As forças armadas eram basicamente formadas por homens *whites* desde a sua fundação em 1913, composição que se tornou ainda mais proeminente quando o governo implementou uma política de serviço militar obrigatória para homens *whites* a partir de 17 anos entre 1967 e 1993. Nesse sentido, a SADF acabou funcionando como um espaço de socialização em que homens *whites* sul-africanos de todos os lugares do país – muitas vezes separados por questões étnicas, linguísticas, de classe, religião, etc. – aprendiam não só como se tornarem exímios soldados, mas também eram ensinados a respeito da importância da luta contra o “inimigo” – isto é, grupos *blacks* que procuravam acabar com a política de segregação racial e supremacia *white* e que eram identificados pelo governo como “comunistas”. Havia, também, um importante componente de gênero no serviço militar, na medida em que a instituição também era tida como um ritual de passagem para os homens *whites*: a expectativa era de que o serviço no exército lhes garantiria não só a plena cidadania, mas também a masculinidade ideal (CROUS, 2006). Essa masculinidade era formada implicitamente por ideais heterossexuais, e a tentativa de incuti-la no exército como parte do ritual de passagem dos homens *whites* me parecia estar na origem da violência cometida contra homossexuais na instituição.

A homossexualidade na SADF: ambiguidades

A leitura desses primeiros textos oriundos da revisão bibliográfica mostrava o exército enquanto um espaço essencialmente infenso à homossexualidade e como uma instituição estatal responsável não só por treinar militarmente os homens, mas também por educa-los em um ideal de masculinidade heterossexual. Com isso em mente, eu planejava escrever meu relatório final de IC argumentando que a violência contra homossexuais no exército era uma instância da articulação entre gênero, raça e sexualidade no *apartheid* que fazia da heterossexualidade um destino obrigatório para os homens *whites*, e que aqueles que se desviassem desse caminho poderiam ser punidos.

Nos meses finais da iniciação científica, tive a oportunidade de viajar para a África do Sul a fim de pesquisar mais materiais bibliográficos sobre o tema e contatar professores/as e pesquisadores/as em duas universidades sul-africanas, a Stellenbosch University e a University of Cape Town⁹. Embarquei para a viagem com a homofobia do

⁹ A viagem, realizada na Cidade do Cabo e em Stellenbosch junto com a minha orientadora entre os

Estado e do exército na cabeça, mas uma conversa informal com antigos recrutas da SADF e a leitura de romances e outras teses sobre a homossexualidade nas forças armadas me fizeram pensar nas ambiguidades que a instituição tinha em relação à homossexualidade.

Por intermédio de um grupo de pesquisadores/as da Stellenbosch University que estudam questões *queer*¹⁰ no continente africano¹¹, conheci uma rede de homens *whites*, africanos e ingleses, na faixa dos 50-60 anos, que se afirmam enquanto homossexuais e que, por conta da idade, foram recrutas da SADF quando o serviço militar era obrigatório. Em certa ocasião, conversando sobre nossas experiências enquanto homens gays em nossos países, lhes contei que, ao completar 18 anos, tive de me alistar no exército, e tinha medo de ser escolhido para prestar o serviço militar obrigatório, uma vez que eu associava as forças armadas à uma imagem de masculinidade com a qual eu não me identificava. Falando sobre isso, aproveitei para lhes perguntar se eles tinham servido a SADF e qual havia sido sua experiência ali.

Informado pela revisão bibliográfica, eu esperava ouvir relatos traumáticos a respeito do período no exército, permeados por dores ou silêncios, mas me enganei: suas narrativas apontavam para uma experiência ambivalente da homossexualidade na instituição. Ainda que me dissessem de episódios de assédios e violências a que foram submetidos por conta de sua homossexualidade, também ouvi comentários sobre contínuas e prolongadas relações homossexuais e homoafetivas, muitas vezes pela primeira vez na vida. Houve mesmo quem afirmasse ter saído do exército mais

meses de fevereiro e março de 2018, teve apoio recebido do projeto “A Vizinhança nas entrelinhas: alianças e conflitos, trocas (des)iguais e cooperação entre Moçambique e África do Sul” (Chamada MCTI/CNPq n. 46/2014 – ProAfrica), coordenada por Laura Moutinho (DA-FFLCH-USP) e financiado pela Chamada MCTI/CNPq n. 46/2014 - Programa de Cooperação em Ciência – Tecnologia e Inovação com Países da África – PROÁFRICA.

¹⁰ O termo *queer* pode se referir tanto à teoria *queer* (ou “estudos transviados”, na tradução de Berenice Bento para o português (BENTO, 2009)), que, segundo Miskolci (2009, p. 150-151), tem por objeto de análise “a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais” a partir da problematização de conceitos como sujeito, identidade, agência e identificação, quanto a pessoas que não se encaixam em definições heteronormativas de gênero e sexualidade (CORNEJO, 2015).

¹¹ O *Queer Reading Group* é coordenado pelo Shaun Viljoen, professor do Departamento de Inglês da Stellenbosch University.

“consciente” de sua identidade homossexual – alguns acabaram por engrossar as fileiras do emergente movimento gay¹² sul-africano após o serviço militar.

Além da conversa informal com esses homens, também tive a oportunidade de acessar o trabalho de dois pesquisadores que estudaram a homossexualidade na SADF. A dissertação de mestrado de Schaap (2011) e a tese de doutorado de Edlmann (2014) também mencionam ocasionalmente a ambiguidade da homossexualidade na SADF a partir de entrevistas com ex-membros do exército, ainda que esses trabalhos deem mais atenção à violência cometida contra homens gays nas forças armadas. Também tive acesso a alguns romances que problematizam a masculinidade *white* durante o *apartheid*, dentre os quais livros que se debruçam sobre questões de gênero e sexualidade na SADF¹³. Nessas

¹² Utilizo a nomenclatura “movimento gay sul-africano” em consonância com Sheila Croucher (2002). A autora nota que a mobilização política em torno dos direitos dos homossexuais era esporádica na África do Sul até os anos 1980, momento em que começam a emergir organizações dedicadas aos direitos dos homossexuais. A primeira dessas organizações, a GASA (Gay Association of South Africa), foi fundada em 1982 e era composta basicamente por homens *whites* homossexuais de classe média, tendo sido alvo de críticas por não juntar a luta pelos direitos dos homossexuais à mobilização contra o *apartheid*. Nos anos seguintes, surgiram outras organizações que combinaram um posicionamento mais crítico em relação ao regime de segregação com uma composição de ativistas mais diversa em termos de gênero, raça e orientação sexual, como a OLGA (Organization of Lesbian and Gay Activists) e a GLOW (Gays and Lesbians of the Witwatersrand). Importante destacar que, assim como registram SIMÕES e CARRARA (2014) para o caso brasileiro, os estudos – e o ativismo – relacionados à diversidade sexual e de gênero na África do Sul sofreram uma série de transformações, incorporando e estabelecendo novas “identidades”.

¹³ Além de *Moffie*, acessei os seguintes romances que tratam da homossexualidade na SADF. O livro *The Smell of Apples* (1993), escrito por Mark Behr, ainda que não trate propriamente da experiência da homossexualidade no exército, retrata um estupro de um jovem garoto por parte de um general da SADF e as díspares facetas da masculinidade *africâner*. Behr lançou em 2009 o livro *Kings of Water*, que se desdobra em torno de um emigrante *africâner* radicado nos EUA e que foi expulso da SADF após ter seu relacionamento com um tenente descoberto. No livro *The Rainbow Has No Pink* (2009), Hamish Pillay conta uma história situada na África do Sul contemporânea, mas baseada nas alegações de cirurgias de redesignação sexual mandatórias efetuadas em alguns hospitais militares durante o *apartheid*. O romance *The Beautiful Screaming of Pigs* (1991), de Damon Galgut, retrata o trauma e o despertar (homos)sexual de um jovem *africâner* na SADF. No livro *Kill Yourself and Count to 10* (2014), Gordon Torr se inspira em sua passagem por Greefswald, local em que recrutas

narrativas, a discriminação e a violência contra aqueles que fogem das normas é um objeto que aparece a todo momento, mas elas também vêm acompanhadas por passagens que mostram como os sujeitos no exército viviam experiências homossexuais que se desviavam do que se esperava da passagem pela instituição.

Instigado pela ideia de uma ambiguidade na homossexualidade dentro da SADF, dei início a um trabalho de campo no ano de 2021 na Cidade do Cabo e em Stellenbosch, dessa vez como aluno de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da FFLCH-USP. Meu objetivo era entrevistar homens whites homossexuais que haviam servido as forças armadas a fim de entender melhor como enquadrar a homossexualidade na instituição e também como pensar a orientação sexual no contexto do *apartheid*. Se a ideia de que a homossexualidade foi mais ambígua do que parece à primeira vista foi confirmada pelas entrevistas, o trabalho de campo também me levou a refletir sobre as relações, por vezes problemáticas e contraditórias, entre marcadores sociais de raça, gênero e sexualidade na África do Sul. Classe, também, apareceu como um marcador que eu não havia levado em conta na escrita do projeto desse trabalho. Assim, se eu estava interessado primeiramente em entender o cotidiano desses sujeitos homossexuais numa instituição tão associada à heterossexualidade como o exército, decidi, nessa dissertação, lançar um foco sobre as relações entre nação, nacionalismo, gênero, masculinidade, raça, classe e (homos)sexualidade na África do Sul do *apartheid*, e o que essas articulações podem produzir no sentido de questionar algumas ideias sobre nacionalismo e marcadores sociais da diferença.

Se a lente que escolhi talvez não se revele a ideal, fio-me, entretanto, na ideia sempre repetida por minha orientadora, de que, no final, o trabalho etnográfico acaba sobrevivendo à sua análise teórica. Assim, espero que essa pesquisa, mais do que convencer alguém de meus argumentos, produza novas indagações e inquietações, e que, quiçá em um futuro com maior investimento público nas ciências brasileiras, mais investigações possam ser feitas na África do Sul – e em outros lugares do chamado “Sul Global” – a partir de instituições brasileiras¹⁴.

considerados desviantes pelo exército – como os homossexuais – eram enviados para realizar treinamentos exaustivos como parte de um programa de reabilitação.

¹⁴ Para um resumo de pesquisas antropológicas realizadas em contextos africanos a partir do Brasil, consultar TRAJANO FILHO, 2012; MOUTINHO, TRAJANO FILHO, LOBO, 2017; MOUTINHO,

Divisão da dissertação

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro trata da relação do Estado-nação com diferentes marcadores sociais da diferença a partir de uma discussão com autoras que mostram como os nacionalismos, colonialismos e imperialismos foram engendrados e engendraram dinâmicas de gênero, raça e sexualidade, produzindo maneiras diversas pelas quais sujeitos vivenciaram processos de construção da identidade nacional, a colonização e o imperialismo. O foco, aqui, é entender especificamente a construção dos sujeitos homens nesses processos, em especial aqueles que ocupam posições de poder em sociedades marcadas por desigualdades múltiplas, e qual o lugar da heterossexualidade e da homossexualidade nessa lógica.

Na segunda parte, examino como a homossexualidade masculina *white* era encarada durante o *apartheid*, e mostro que, assim como no exército, não havia uma atitude única. Aplico as reflexões produzidas no primeiro capítulo para entender como o *apartheid* mobilizou não apenas uma lógica racial, mas também de gênero e sexualidade (MOUTINHO, 2004a, 2004c, 2004d), e como o discurso sobre a homossexualidade, em especial aquela masculina e *white*, figurou no regime de segregação. Isso é feito por meio de reflexões sobre a perseguição do governo ao *End Conscription Campaign* – movimento formado por pessoas whites contrárias ao serviço militar obrigatório e à segregação racial – nos anos 1980; da tentativa de criminalização da homossexualidade no final dos anos 1960; e da eleição, no distrito de Hillbrow, Johannesburgo, em 1987, de um candidato do *National Party* em cuja plataforma estava a defesa dos “direitos gays”.

Por fim, na terceira parte, relato meu trabalho de campo na Cidade do Cabo e em Stellenbosch com ex-recrutas homossexuais e *whites* da SADF. O capítulo é baseado em 10 entrevistas em profundidade no formato história de vida com esses interlocutores, que me disseram como era ser um *moffies* no exército durante o *apartheid*. Mostrando como suas experiências com a homossexualidade no exército tiveram semelhanças mas, também, diferenças importantes, reflito sobre a maneira como esses homens encaram seu passado no exército e as implicações disso não só para a maneira como experimentaram

sua (homos)sexualidade, mas também para como pensam sua participação em uma instituição que ajudou a perpetuar a segregação racial na África do Sul por décadas.

CAPÍTULO 1: NAÇÕES E SEUS HOMENS

“Em suma, hoje já não nos perguntamos tanto: ‘Como é que alguém pode ser homossexual?’, mas sim: ‘Como é que alguém pode ser homofóbico?’ [...] A partir do momento em que a homossexualidade é vista como menos problemática, a ordem simbólica não aparece mais como evidente: com a explicitação do debate público [sobre a homossexualidade], a obviedade das normas deu lugar a um questionamento do processo normativo. De forma mais ampla, pode-se dizer que é menos a sociedade que interroga a homossexualidade: é a homossexualidade que levanta questões para a ordem social, bem como para a ordem do saber”¹⁵

FASSIN, 2003, p. 264

Qual é o lugar dos marcadores sociais da diferença no (estudo do) nacionalismo? Uma das obras mais famosas a se debruçar sobre as origens da consciência nacional começa a nos ajudar a pensar no problema, pois, apesar de os marcadores não estarem explicitamente lá, eles, teimosos, insistem em aparecer, pelas entrelinhas, ao longo do texto. A obra em questão é *Comunidades Imaginadas*, escrita pelo historiador e cientista político britânico Benedict Anderson, na qual o autor propõe uma investigação do nacionalismo “a partir de um espírito antropológico” e faz a famosa definição da nação como “uma comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2006 (1983), p. 32). Nessa célebre definição do termo nação, escondem-se algumas particularidades interessantes. Anderson adjetiva a nação como “imaginada” porque “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ibid., p. 32); já a qualidade de “comunidade” é oriunda da afirmação de que

¹⁵ Versão original: “Bref, on ne se demande plus tant aujourd’hui : Comment peut-on être homosexuel ? mais : Comment peut-on être homophobe ? [...] Dès lors que l’homosexualité pose moins problème, c’est l’ordre symbolique qui ne va plus de soi : avec l’explicitation du débat public, l’évidence des normes a cédé la place à une interrogation sur le processus normatif. Plus largement, on pourrait donc dire que c’est moins la société qui soumet l’homosexualité à la question : en retour, l’homosexualité pose davantage de questions à l’ordre social, en même temps qu’à l’ordre savant”. Tradução minha.

“independentemente da desigualdade e da exploração efetivas [...], a nação é concebida como uma profunda camaradagem horizontal [...]. [F]oi essa fraternidade que tornou possível [...] que tantos milhões de pessoas tenham se disposto [...] a morrer por essas criações imaginárias” (ibid., p. 34).

Ainda que mencione que dentro das nações podem existir desigualdades, a crítica feminista à obra chamou a atenção para o fato de Anderson não examinar as implicações dessas desigualdades em termos de diferentes marcadores sociais da diferença¹⁶. Por exemplo, Linda McDowell observa que o termo “camaradagem horizontal”, apesar de soar neutro, “traz consigo conotações de solidariedade masculina” (McDOWELL, 1999, p. 195 [tradução minha])¹⁷. Analisando a formação do nacionalismo *criollo* na Venezuela, Julie Skurski critica a ideia das nações como comunidades imaginadas baseadas na fraternidade ao chamar a atenção para como “conflitos violentos sobre cidadania, incluindo guerras civis marcadas por classe e raça e campanhas para suprimir os povos indígenas, fizeram parte das repúblicas latino-americanas durante suas lutas pela independência [...]” (SKURSKI, 1994, p. 609 [tradução minha])¹⁸. Já Anne McClintock nota que apesar de a obra de Anderson pensa o caráter criativo dos nacionalismos e como eles fazem com que as pessoas venham a imaginar uma experiência de identificação com uma comunidade mais ampla, lamentavelmente a maior parte dos leitores de Anderson não exploraram o papel que o gênero cumpre na construção desse imaginário comum, já que “[...] nações não são simplesmente fantasmagorias da mente, mas práticas históricas através das quais a diferença social é tanto inventada como realizada. O nacionalismo se torna [...] radicalmente constitutivo das identidades das pessoas através de concursos sociais que são frequentemente violentos e sempre generificados.” (McCLINTOCK, 1995, p. 353

¹⁶ Por “marcadores sociais da diferença” se entende aqui a noção de que classificações e diferenças em termos de raça, gênero, sexualidade, etc., muitas vezes construídas de formas hierárquicas e/ou assimétricas e resultando em discriminações e desigualdades, não são “atributo[s] inerente[s] a humanos e não-humanos, mas [...] efeito[s] da operação de complexos sistemas de conhecimento e relações sociais” (ALMEIDA et al., 2018, p. 19). Para um balanço sobre a produção brasileira no campo dos marcadores sociais da diferença, cf. LOPES, 2020.

¹⁷ Versão original: “brings with it connotations of masculine solidarity”.

¹⁸ Versão original: “[v]iolent conflicts over citizenship, including civil wars inflected by class and race and campaigns to suppress indigenous peoples, rent Latin American republics during their independence struggles [...]”.

[tradução minha])¹⁹. Para Tamar Mayer, Anderson teria concebido a nação “como um projeto masculino heterossexual e imaginada como uma irmandade de homens” (MAYER, 2000, p. 6 [tradução minha])²⁰. Segundo a autora, o nacionalismo

continua tendo especificidades de gênero, sexualidade, raça e classe. [...] Como o nacionalismo diz respeito à diferença [...], as hierarquias internas muitas vezes se dão segundo linhas de gênero, raça, classe e sexualidade, apesar do discurso nacional de unidade interna. São os homens que geralmente têm o papel de defender a "consciência moral" e o "ego" da nação. Os homens tendem a assumir este papel porque sua identidade está tão frequentemente entrelaçada com a da nação que isso se traduz em uma "imagem personalizada da nação" [...]. Como os homens "consideram a nação - eles mesmos - como um único corpo" (ibid.), seu próprio "ego" passa a estar em jogo nos conflitos nacionais, e eles frequentemente procuram manter o controle sobre a reprodução e representação da sexualidade e da nação e sobre as fronteiras nacionais, através da definição de quem está incluído ou excluído dela. (ibid., p. 6-7 [tradução minha]).²¹

¹⁹ Versão original: “[...] nations are not simply phantasmagoria of the mind but are historical practices through which social difference is both invented and performed. Nationalism becomes [...] radically constitutive of people’s identities through social contests that are frequently violent and always gendered”.

²⁰ Versão original: “as a hetero-male project, and imagined as a brotherhood”.

²¹ Versão original: “remains gender, sexuality, race and class specific. [...] [B]ecause nationalism is about difference—and imagined community can therefore not be inclusive (Chatterjee 1996) — internal hierarchies often occur along lines of gender, race, class and sexuality, despite the national discourse of internal unity. It is men who are generally expected to defend the “moral consciousness” and the “ego” of the nation. Men tend to assume this role because their identity is so often intertwined with that of the nation that it translates into a “personalized image of the nation” [...]. Because men “regard the nation—that is themselves—as a single body” (ibid.), their own “ego” becomes at stake in national conflicts, and they frequently seek to sustain control over reproduction and representation of both sexuality and nation and over the boundaries of the nation, through defining who is included

Essas considerações feitas a obra de Anderson mostram a impossibilidade de discutir as nações e os nacionalismos sem levar em conta a maneira pela qual os marcadores sociais da diferença interpelam processos de *nation-building*. Nesse sentido, essas e outras autoras registram que, apesar de as nações procurarem vender a ideia de que são comunidades fraternas e horizontais, elas constituem-se pela e engendram a produção da diferença, e o desafio colocado por essa perspectiva ao estudo do nacionalismo é que se a nação é uma “comunidade imaginada”, é preciso estar atento às

práticas e exercícios de poder através dos quais esses laços são produzidos e reproduzidos. As questões que isto levanta são: quem define a nação, como ela é definida, como essa definição é reproduzida e contestada e, crucialmente, como a nação se desenvolveu e mudou ao longo do tempo [...]. A questão não é o que existe de imaginação comum [na nação], mas qual imaginação comum é forjada. (MITCHELL, 2000, p. 269 [tradução minha])²²

Levando adiante o argumento de que as nações estão intimamente ligadas à produção da diferença, a crítica feminista ao estudo do nacionalismo ecoa em boa parte o chamado para a adoção de uma perspectiva dos “saberes localizados” (HARAWAY, 1988). Na tendência advogada por Donna Haraway, os marcadores sociais da diferença começam a figurar no campo dos estudos sobre o nacionalismo em trabalhos que criticam o olhar masculino e supostamente universal para a construção dos imaginários nacionais. Uma série de trabalhos têm chamado a atenção ao papel que gênero, raça e sexualidade, entre outros marcadores, têm na produção da condição nacional, ou nas narrativas nacionalistas, ou ainda na forma como as políticas nacionalistas afetam as pessoas diferentemente a partir de sua posição social em contextos marcados por desigualdades (ver, por exemplo, MOSSE, 1985; YUVAL-DAVIS et al, 1989; YUVAL-DAVIS 1997; ENLOE, 1990; MAYER, op. cit.;

in, or excluded from it”.

²² Versão original: “practices and exercises of power through which these bonds are produced and reproduced. The questions this raises are ones about who defines the nation, how it is defined, how that definition is reproduced and contested, and, crucially, how the nation has developed and changed over time ...The question is not what common imagination exists, but what common imagination is forged”.

CARRARA, 2004; MOUTINHO, 2004c; PISCITELLI, 2008; MOUTINHO, CARRARA, 2010; PINTO, 2011; MISKOLCI, 2012; GONTIJO, 2018).

Ao se debruçar sobre a desigualdade presente na construção dos nacionalismos, boa parte da produção feminista tem chamado a atenção para a ideia de que “poder estatal, cidadania, nacionalismo, militarismo, revolução, violência política, ditadura e democracia [...] são melhor entendidos como projetos masculinistas, envolvendo instituições masculinas, processos masculinos e atividades masculinas” (NAGEL, 1998, p. 243 [tradução minha]). Frente às narrativas nacionais e aos estudos tradicionais sobre o nacionalismo, que passam uma impressão neutra em termos de gênero, mas que terminam por elidir ou sujeitar as mulheres, a resposta de acadêmicas feministas tem sido dupla: “em primeiro lugar, ressaltar o papel das mulheres na política, mostrando sua participação e liderança nas políticas e movimentos nacionais e de oposição; em segundo lugar, investigar e documentar os mecanismos de exclusão das mulheres [...]” (NAGEL, *ibid.*, p. 243 [tradução minha]).

Em linha com esses trabalhos, os textos de Veena Das (2007), Ann Laura Stoler (2002), Anne McClintock (*op. cit.*) e Laura Moutinho (2004) se debruçam sobre a relação entre marcadores sociais da diferença e as histórias do nacionalismo e do colonialismo a partir de uma perspectiva antropológica. Partindo de diferentes casos históricos (o nacionalismo hindu, em Das; o colonialismo holandês, no caso de Stoler; e o nacionalismo africâner em McClintock e Moutinho), as autoras argumentam que a investigação desses fenômenos tem de levar em conta aspectos da chamada “vida íntima”, como a sexualidade e a domesticidade, o que nos permite ver que o lugar das mulheres (sejam elas colonizadas, colonizadoras, hindus, muçulmanas, africâneres, *africans...*) era muito diferente do lugar dos homens (em suas diferentes posições de raça, classe, etnia, etc.) na construção das nações.

Se a lente dos marcadores sociais da diferença faz com que da leitura do texto de Anderson emergjam questões sobre as quais o autor não se deteve, este capítulo propõe um procedimento parecido com o texto das quatro autoras mencionadas acima. O objetivo aqui é reconstruir os seus argumentos sobre a relação entre o nacionalismo e os marcadores sociais da diferença para refletir sobre um tema que não aparece explicitamente em suas obras: o lugar da homossexualidade nos projetos nacionais. Partindo da observação de que “[...] as vicissitudes do processo de construção e reconstrução de uma identidade nacional se espelham também nos estudos sobre a homossexualidade” (SIMÕES, CARRARA, 2007,

p. 68), argumento que os insights das autoras a respeito de como questões de raça, gênero e sexualidade foram partes constituintes da construção de impérios e nações nos compele a também voltar o olhar para a figura do homem, não apenas para criticar os vieses masculinos disfarçados de universalidade presentes nesses projetos, mas também para indagar que tipo de viés masculino é esse. Mostro, assim, que seus textos, de maneira mais ou menos implícita, levam-nos a pensar que o controle sexual masculino foi um importante fator nos projetos de poder por elas investigados, e que a homossexualidade esteve implicada nesses cenários.

Analisar as construções de gênero presentes na construção do imaginário nacional implica não só apontar-lhe o caráter tipicamente masculino e disfarçado de universal, mas questionar qual(is) tipo(s) de homem(ns) é(são) esse(s) que o nacionalismo autoriza a representar(em) a nação. Se a crítica feminista ao estudo do nacionalismo mostrou que o lugar que as mulheres ocupam nesses fenômenos está embasado em construções sociais de gênero, esse mesmo *insight* permite indagar também como a figura do homem foi/é (re)feita na constituição de nações e por que o controle da masculinidade foi/é importante para esses projetos de poder. Nesse sentido, se as autoras trabalham com a ideia de que os imperialismos e nacionalismos produziram uma série de normas vinculadas a interesses masculinos, utilizo as suas ideias para sugerir que, quando se pensa sobre a homossexualidade nesses contextos, o colonialismo holandês e os nacionalismos hindu e africaner, se não deixam de serem majoritariamente construídos por homens e os beneficiarem, requerem a explicação de como a posição de poder e privilégios desses homens era garantida em primeiro lugar. Conforme argumenta CRAPANZANO (1985), “a dominância dentro de um sistema [...] [não implica] na dominação do sistema” (ibid., p. 22 [tradução minha])²³; nesse sentido, argumento que, por mais que projetos nacionalistas possam ser, na maior parte das vezes, encabeçados por homens, isso não significa necessariamente que eles escapam aos controles regulatórios e processos normatizadores que esses processos engendram.

²³ Versão original: “[the] dominance within a system [...] [does not mean] the domination of the system”.

A (heteros)sexualização do contrato sexual

Um dos temas que Veena Das aborda em seu livro *Life and Words: Violence and the Descent Into the Ordinary* (2007) é como a fundação da Índia se deu a partir de uma lógica sexual atravessada por divisões religiosas entre hindus e muçulmanos. Ela faz isso a partir de uma análise do discurso do então recém-fundado Estado indiano a respeito das “mulheres raptadas” durante o violento processo de partição da antiga colônia da Índia britânica em 1947, a qual deu lugar às Repúblicas da Índia e do Paquistão. Analisando como o discurso do Estado se apropriou da violência e do sequestro de mulheres hindus por homens muçulmanos, ela revisita a teoria ocidental do contrato social e mostra como esse contrato é sexualizado e como gênero é um ponto fulcral para pensar a soberania e o pertencimento à comunidade nacional. Reconstruindo seu argumento de que a cidadania é “sexuada” [*the citizen as sexed*], pretendo mostrar como a racionalidade que a autora enxerga na fundação do Estado-nação nos leva a pensar que nesse processo, além de ser sexuado, o cidadão também é dotado de uma sexualidade específica, e ela é heterossexual.

A partição da Índia assistiu a uma gigantesca violência contra mulheres hindus por parte de homens muçulmanos e de mulheres muçulmanas por homens hindus, com registros de assassinatos, humilhações públicas, agressões, abuso sexual, conversões religiosas forçadas, casamentos involuntários e raptos. Em setembro de 1947, frente à tremenda violência que acometia as duas nações, os primeiros-ministros indiano e paquistanês se reuniram e decidiram que os casamentos forçados seriam anulados, e delegaram assistentes sociais para percorrerem ambos os países a fim de identificar as mulheres sequestradas e as devolverem para as suas famílias.

O envolvimento dos dois países na questão dos casamentos forçados e sequestros foi, em parte, uma resposta às famílias das mulheres sequestradas, que passaram a demandar que o Estado se responsabilizasse por trazê-las de volta. Das observa que, na Índia, esse problema passou rapidamente de um tópico circunscrito à esfera doméstica para virar uma questão de honra nacional para a nação recém-fundada. Nos debates no Parlamento indiano a respeito das medidas a serem tomadas para a recuperação das mulheres raptadas, muitos políticos proferiram discursos que ligavam a volta à normalidade no país após o violento processo de partição ao retorno das mulheres às suas famílias. Para Das, essa ligação é importante: como a violência da partição se deu em um estado de exceção, o Estado se sentia

autorizado a recorrer a medidas extraordinárias a fim de restaurar a normalidade, o que passava por resolver os sequestros, isto é, retornar as mulheres às suas famílias. Se, a priori, essa parece uma demanda legítima, Das nos convida a analisar as implicações desse processo em termos de gênero, já que

uma vez que o problema das mulheres sequestradas passou da ordem da família para a ordem do Estado [...], isso santificou um contrato sexual como contrapartida do contrato social, criando uma nova categoria legal, a de "pessoa sequestrada" (aplicável, porém, apenas a mulheres e crianças) que se encontrava dentro do poder regulatório do Estado. Havia uma aliança entre o serviço social como profissão e o Estado como *parens patriae*, o que tornou as normas oficiais de parentesco de pureza e honra muito mais rígidas, transformando-as na lei do Estado. (DAS, 2007, p. 25 [tradução minha])²⁴.

Apesar dos raptos terem ocorrido quando da Partição, eles estavam conectados a ansiedades públicas mais antigas, ligadas à preocupação com a sexualidade e a pureza da mulher hindu, sempre em iminente perigo de ser violada por homens muçulmanos. Essa foi uma questão importante na mobilização do movimento nacionalista hindu ainda nos séculos XIX e XX, que “[...] se baseou na imagem do muçulmano luxurioso como uma ameaça à domesticidade hindu” (ibid., p. 32 [tradução minha])²⁵. A imagem do perigo que o homem muçulmano representava foi interpretada por alguns estudiosos como uma maneira de mobilizar amplos setores da sociedade hindu para a causa nacionalista e em favor de ideais de homogeneidade religiosa/cultural e patriarcalismo, mas Das propõe ir mais longe nessa

²⁴ Versão original: “once the problem of abducted women moved from the order of the family to the order of the state (as in the demand for legislation), it sanctified a sexual contract as the counterpart of the social contract by creating a new legal category of “abducted person” (applicable, however, only to women and children) who came within the regulatory power of the state. There was an alliance between social work as a profession and the state as *parens patriae*, which made the official kinship norms of purity and honor much more rigid by transforming them into the law of the state”.

²⁵ Versão original: “drew upon the image of the lustful Muslim as a threat to Hindu domesticity”.

análise: para ela, a forma como o rapto de mulheres durante a Partição foi apropriado pelo Estado “tem implicações para a própria encenação da soberania, de tal forma que quando esta história aparece ampliada na época da Partição, torna-se a história fundamental de como o Estado é instituído e qual a sua relação com o patriarcado” (idid., p. 33 [tradução minha])²⁶. O argumento da autora é que ao se apropriar da figura da mulher raptada, o Estado construiu uma noção de “ordem” pós-partição “como essencialmente um atributo da nação masculina, de modo que a contrapartida do contrato social se torna o contrato sexual no qual as mulheres, como seres sexuais e reprodutivos, são colocadas dentro do doméstico sob o controle dos *tipos ‘certos’ de homens*” (ibid., p. 19 [tradução minha])²⁷ [ênfases minhas]. Gostaria de chamar a atenção para a expressão “tipos *certos* de homens”, pois seu desdobramento na análise da autora é o que permite sugerir que se a sexualização do contrato social torna o cidadão “sexuado”, acarretando em diferentes papéis que homens e mulheres cumprem no Estado-nação, essa sexualização também dota os sujeitos de uma sexualidade específica, que Das não problematiza em seu texto: ela torna os sujeitos essencialmente heterossexuais.

Para Das, a repercussão da história da mulher raptada nos primórdios da república indiana nos convida a repensar, a partir do gênero, a maneira pela qual a teoria política ocidental conta a história imaginária da instituição do Estado. Os discursos no Parlamento a respeito dos sequestros colocavam como condição para a normalidade e para o (re)estabelecimento da honra nacional que as mulheres raptadas voltassem às suas famílias, mas o interesse do Estado nesse assunto não era exatamente oriundo do lugar das mulheres enquanto cidadãs da República da Índia. A agência dessas mulheres foi largamente ignorada no processo de resolução dos sequestros. Muitas delas, ao serem localizadas pelos assistentes sociais, imploravam para não serem retornadas às suas famílias, pois temiam que seriam mortas por terem “perdido sua honra”. Das interpreta, assim, que no retorno das mulheres às suas famílias e na questão da honra nacional o que estava em questão era

²⁶ Versão original: “has implications for the very staging of sovereignty, such that when this story appears magnified at the time of the Partition, it becomes the foundational story of how the state is instituted and its relation to patriarchy”.

²⁷ Versão original: “as essentially an attribute of the masculine nation so that the counterpart of the social contract becomes the sexual contract in which women as sexual and reproductive beings are placed within the domestic under the control of the ‘right’ kinds of men”.

recuperar as mulheres enquanto seres sexuais e reprodutores. Os discursos do Parlamento indiano reforçam o argumento da autora: segundo ela, muitos políticos reclamavam que, enquanto a Índia enviava de volta ao Paquistão mulheres de todas as idades, do país vizinho vinham acima de tudo mulheres velhas e crianças, e que seria importante “que não apenas [...] [o número] de mulheres recuperadas de ambos os lados seja mais ou menos igual, mas também que as mulheres em idade reprodutiva deveriam ser ‘recuperadas’” (ibid., p. 26 [tradução minha])²⁸.

O interesse do Estado em recuperar as mulheres em idade reprodutiva é um ponto importante na leitura do contrato social enquanto sexualizado e do cidadão enquanto sexuado. Em um outro texto, Das nota que a passagem da histórica da soberania enquanto fundada no direito divino dos monarcas para o poder soberano embasado no contrato social fez com que a família se tornasse um repositório de onde o poder soberano extrai vida, isto é, sujeitos que morrem em nome do Estado em troca da proteção garantida pelo contrato social: “[...] uma vez que a ideia de Deus como autor da natureza e do tempo é deslocada e o corpo político sob o secularismo é visto como sujeito à morte e à decadência, meios seculares devem ser criados para assegurar que o soberano obtenha vida para além da vida de seus membros individuais” (DAS, 2008, p. 185 [tradução minha])²⁹. Os “meios seculares” estão diretamente implicados na divisão sexual que homens e mulheres ocupam na nação: enquanto eles deveriam pegar em armas e, no limite, morrer para defender a soberania, elas tinham a responsabilidade de dar à luz novos sujeitos que reproduziriam a nação: “[...] os homens devem estar prontos para pegar em armas pela nação e morrer por ela [...] [ao mesmo tempo,] a reprodução das mulheres é vista como pertencendo justamente ao Estado [...] [assim, mulheres e homens], enquanto cidadãos, são obrigados a ter filhos "legítimos" que, por sua vez, estarão prontos para morrer pela nação [...]” (ibid, p. 185 [tradução minha]) [ênfases minhas]³⁰. Note, no entanto, que as mulheres não tem de dar à

²⁸ Versão original: “that not only [...] the recovery of women on both sides be more or less equal but also that women in their reproductive years should be ‘recovered’”.

²⁹ Versão original: “once the idea of God as the author of nature and time is displaced and the political body under secularism is seen as subject to death and decay, secular means must be crafted to ensure that the sovereign receives life beyond the lifetime of its individual members”

³⁰ Versão original: “men should be ready to bear arms for the nation and be ready to die for it [...] [and] women's reproduction is seen to be rightly belonging to the state [...] so that as citizens they

luz quaisquer crianças, mas *crianças legítimas*: é essa obrigação que Das enxerga estar em questão nos debates sobre as relações entre mulheres hindus e homens muçulmanos, e que implicam que a sexualidade das mulheres tem de ser direcionada para “os tipos certos de homens” (isto é, os homens hindus).

Um outro aspecto que aponta para o caráter sexuado da cidadania eram os discursos no Parlamento que condicionavam as boas relações indo-paquistanesas à resolução dos sequestros. Para Das, o fato de que a boa relação entre os dois países dependia do retorno das mulheres às suas respectivas famílias mostra que havia um contrato social *entre homens enquanto chefes de família* que fundamentava ambas as nações:

O contrato social que legitimaria ambas as nações era visto como um contrato instituído entre homens, no qual eles eram capazes de recuperar seu próprio lugar como chefes de família, colocando a sexualidade e os poderes reprodutivos das mulheres firmemente dentro do espaço familiar.

Assim, a figura da mulher raptada sinaliza a impossibilidade do contrato social porque o contrato sexual que colocaria os homens como chefes de família (não como uma questão de parentesco, mas como uma questão para o Estado) estava em perigo. (DAS, 2007, p. 27 [tradução minha])³¹

É possível afirmar, portanto, que a imagem da mulher raptada era uma em que se inscrevia a ideia da desordem social enquanto uma desordem sexual, o que possibilitou que o Estado se instituisse a partir de um contrato social entre chefes de família de forma a mitigar a violência contra as mulheres, isto é, havia uma importante relação entre contrato social e

are obligated to bear ‘legitimate’ children who will be, in turn, ready to die for the nation”.

³¹ Versão original: “The social contract that would legitimate both nations was seen as one instituted by men in which they were capable of recovering their own place as heads of households by placing the sexuality and reproductive powers of women firmly within the family.

Thus, the figure of the abducted woman signals the impossibility of the social contract because the sexual contract that would place men as heads of households (not as a matter of kinship but as matter for the state) was in jeopardy”.

contrato sexual, “sendo o primeiro um contrato entre homens para instituir o político e o segundo um acordo para colocar a mulher dentro de casa sob a autoridade da figura do marido/pai” (ibid., p. 22 [tradução minha])³².

Essa perspectiva altera a noção hobbesiana da origem do Estado, já que “a figura da mulher sequestrada [...] não está no [registro do] estado mítico da natureza, mas nas relações 'corretas' entre comunidades” (ibid., p. 33 [tradução minha])³³. O estado de natureza aqui representado não é um em que os homens enquanto indivíduos estão em guerra uns com os outros, e sim aquele no qual homens enquanto chefes de família estão em guerra entre si pelo controle dos poderes sexuais e reprodutivos das mulheres, o que, segundo Das, evoca a ideia levistraussiana de que é a troca de mulheres que permite aos homens atingir o estado relacional. Assim, a noção de um estado de natureza em que cada homem luta contra o outro deveria ser substituída pela ideia de que cada chefe de família está em guerra com outro chefe de família; nesse sentido, os membros de cada família não dão seu consentimento ao Estado, mas ao poder absoluto do pai, que é quem toma parte no “contrato” que origina o Estado. Para ela, é essa “guerra dos pais” que testemunhamos nos raptos de mulheres durante a Partição, e o comprometimento do Estado em recuperar as mulheres sequestradas é o reconhecimento da autoridade do pai enquanto a fundação necessária para a autoridade do Estado.

Se a análise de Das mostra que o controle sexual e reprodutivo da mulher é um aspecto fundamental na fundação do Estado, ela menciona brevemente um outro aspecto dessa sexualização do contrato social: o controle da sexualidade masculina. Em certo trecho, ela observa que as discussões em torno dos sequestros no Parlamento não se concentrava somente na recuperação de mulheres hindus do cárcere muçulmano, mas também na importância de retornar as mulheres muçulmanas ao Paquistão, não só como contrapartida à uma ação similar do país vizinho, mas porque a sexualidade masculina deveria ser direcionada especificamente para relações com mulheres hindus. Isso leva a autora a concluir que

³² Versão original: “the former being a contract between men to institute the political and the latter the agreement to place women within the home under the authority of the husband/father figure”.

³³ Versão original: ““[t]he figure of the abducted woman acquires salience because it posits the origin of the state not in the mythic state of nature, but in the ‘correct’ relations between communities””

[...] ser cidadão enquanto chefe de família exige que a própria sexualidade dos homens seja disciplinada, orientada para as mulheres que estão “corretamente” dentro da família, e que as crianças que reivindicarão a cidadania nasçam do tipo certo de união de homens e mulheres. Em outros textos, analisei os debates nos casos de estupro em tribunais indianos para argumentar que o “desejo masculino” é interpretado como uma necessidade natural no discurso judicial sobre estupro, de modo que sempre que as restrições culturais e sociais são removidas, os homens são vistos como caindo em um estado de natureza no qual eles não podem controlar seu apetite por sexo. (ibid., p. 27 [tradução minha])³⁴

Apesar de reconhecer a importância do controle sexual masculino, a análise de Das não trata de uma implicação desse aspecto. Isso abre espaço para especularmos a respeito da possibilidade de retroceder ainda mais na análise do contrato social como precedido pelo contrato sexual estabelecido entre chefes de família para refletir como, em primeiro lugar, os homens se tornam “*os tipos certos de homens*”, isto é, chefes de família, a partir da disciplinarização de sua sexualidade em direção à relação com as mulheres corretas.

Das argumenta que a família não é simplesmente um domínio localizado na vida privada, mas sim um espaço fundamental para o Estado, na medida que é da família que o poder soberano extrai vida para sua continuidade; daí o envolvimento do Estado na recuperação das mulheres raptadas, pois se os homens se tornassem ineficientes no seu papel de chefes de família, produzindo crianças a partir das relações sexuais erradas, o próprio

³⁴ Versão original: “to be a citizen as a head of the household demands that men’s own sexuality be disciplined, oriented to the women who have been placed “correctly” within the family, and that children who would claim citizenship are born of the right kind of union of men and women. Elsewhere I have analyzed courtroom talk in the cases of rape in Indian courts of law to argue that “male desire” is construed as a natural need in the judicial discourse on rape, so that whenever the cultural and social constraints are removed, men are seen as falling into a state of nature in which they cannot control their appetite for sex”.

Estado ficaria privado de sua fonte de vida. Daí também a importância da história da mulher raptada, que coloca a origem da soberania não no mítico estado de natureza, mas na relação “correta” entre as comunidades. Como a própria autora reconhece, essa conceituação da origem do Estado apresenta “uma semelhança inquietante [...] com Lévi-Strauss” (ibid., p. 33 [tradução minha])³⁵. Mas, se aceitamos a interpretação da autora de que “a origem do estado está [...] localizada no legítimo restabelecimento de um parentesco adequado através da recuperação das mulheres do outro lado. Se se preferir colocá-lo na terminologia de Lévi-Strauss, pode-se dizer que o estado restabelece o correto diálogo matrimonial dos homens” (ibid., p. 21 [tradução minha])³⁶, devemos fazer um apontamento. O envolvimento do Estado no controle da sexualidade masculina implica não só fazer com que os homens se relacionem com as mulheres corretas que estão no espaço da família: significa que eles tem de se envolver com mulheres em primeiro lugar. Para ficarmos em metáforas levistraussianas, poderíamos, então, nos basearmos na análise que Gayle Rubin fez da noção de troca de mulheres e de como ela está ancorada em uma proibição da homossexualidade:

[...] o tabu do incesto pressupõe um tabu anterior, menos articulado: o da homossexualidade. Uma proibição contra determinadas uniões heterossexuais supõe um tabu contra uniões não-heterossexuais. Gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele obriga também a que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo. A divisão sexual do trabalho relaciona-se a ambos os aspectos de gênero – as pessoas são divididas em sexo masculino e feminino e são também heterossexuais. (RUBIN, 2017, p. 54)

O esquema que Das desenvolve é conceitual, e sua divisão rigidamente binária da sexualização do contrato sexual não se pretende uma descrição detalhada da realidade. Contudo, é curioso que a autora não se debruce sobre a importância da heterossexualidade para a construção de seus argumentos. Como fica a cidadania homossexual nesse processo? Ainda mais levando em conta que o Código Penal Indiano, criado em 1860, foi reformado

³⁵ Versão original: “an uncanny address [...] to Lévi-Strauss”.

³⁶ Versão original: “[t]he origin of the state is [...] located in the rightful reinstating of proper kinship by recovering women from the other side. If one prefers to put it in the terminology of Lévi-Strauss, one could say that the state reinstates the correct matrimonial dialogue of men”.

35 vezes desde a independência do país e só em 2018, depois de uma batalha legal iniciada em 2009, a Suprema Corte da Índia descriminalizou a prática da sodomia – com muitas críticas do poder legislativo. A questão da homossexualidade, aliás, coloca perguntas à afirmação de Das de que a sexualização do contrato social implica que cabe ao homem a tarefa de pegar em armas para defender a nação: após a descriminalização da homossexualidade, o exército passou a discutir seriamente quais seriam as implicações disso na instituição, uma vez que a homossexualidade é passível de punição nas forças armadas. A resistência à descriminalização da homossexualidade no exército foi enorme, e o chefe do exército indiano, General Bipin Rawat, chegou a dizer que a decisão da Suprema Corte não valia para o exército. Nas palavras dele, registradas no jornal inglês *The Guardian*: “No exército, [a homossexualidade] não é aceitável [...] O exército é conservador, o exército é uma família” [tradução minha].³⁷

A análise de Das a respeito de como o cidadão é sexuado parece sugerir, nas entrelinhas, que o cidadão também é heterossexual. A heterossexualidade como um marcador importante também aparece, implicitamente, no contexto das Índias Neerlandesas dos séculos XIX e XX, conforme mostra, a seguir, a obra de Ann Laura Stoler.

A vigilância da (hetero)sexualidade na construção dos impérios

O livro *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule* (2002) reúne uma série de ensaios de Ann Laura Stoler em que a autora, tomando emprestado a noção de Anderson de “comunidades imaginadas”, “acompanha os movimentos e imaginações de uma população diferente: as percepções e práticas que

³⁷ Versão original: “In the army, it [homosexuality] is not acceptable [...] The army is conservative, the army is family”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/11/not-acceptable-indian-army-backs-gay-sex-ban-despite-decriminalisation>. Mais reportagens sobre o tema podem ser encontradas em: (<https://theprint.in/defence/indian-army-is-worried-now-that-men-can-legally-have-sex-with-other-men/113644/>; <https://www.dailyo.in/variety/general-rawat-doesnt-want-homosexuality-in-the-army-he-should-look-at-other-nations-that-have-allowed-it/story/1/28916.html>; <https://www.news18.com/news/india/indian-army-is-conservative-cannot-allow-gays-in-the-force-general-bipin-rawat-1997837.html>;<https://theprint.in/theprint-essential/heres-how-homosexuals-in-indian-military-can-be-punished/176500/>).

regularam os critérios de adesão entre os colonos europeus [...]” (STOLER, 2002, p. 13-14 [tradução minha])³⁸. Os capítulos, baseados em etnografias de arquivos coloniais das Índias Neerlandesas e na comparação desse contexto com outras colônias, criticam a prática da antropologia do colonialismo de se concentrar somente nas distinções de classe, etnia e gênero entre os colonizados e tomar a categoria “colonizador” como dada e homogênea, ao invés de refletir como essa categoria era fluída e foi construída historicamente. Stoler mostra como a administração das relações sexuais e afetivas foram fundamentais na produção de categorias coloniais, tais como a raça, e como essas categorias contribuíram para a elaboração das distinções entre colonizador e colonizado e para a própria manutenção dos regimes coloniais, os quais estavam firmemente embasados em uma política em que o homem *european* de classe alta tinha o papel dominante e os maiores privilégios. Levando em conta o raciocínio de Stoler e explorando pontos não aprofundados de sua obra, é possível sugerir que a consolidação dessa posição de privilégio para o homem *european* estava intimamente ligada à heterossexualidade.

Baseando-se na ideia de que as categorias raciais coloniais eram, ao mesmo tempo, fixas e fluídas, Stoler argumenta que classificações como *european* ou *white*, geralmente tidas como óbvias, eram de difícil definição nos contextos coloniais, tendo sido (re)produzidas nas colônias a partir de uma administração da sexualidade, do gênero, da raça e da classe. Isso implicou em uma estrita vigilância da vida íntima por parte do poder colonial, de tal forma que “quem ia para cama e quem se casava com quem nas colônias da França, Inglaterra, Holanda e dos países ibéricos nunca foi algo deixado ao acaso. [...] Desde o início do século 1600 até o século XX, as sanções sexuais e proibições conjugais dos agentes coloniais foram rigorosamente debatidas e cuidadosamente codificadas.” (ibid., p. 47 [tradução minha])³⁹.

A penetração do império nos espaços da vida íntima estava relacionada com a forma como os privilégios e poderes eram distribuídos nas colônias. Como o poder colonial se

³⁸ Versão original:” track the movements and imaginings of a different population: the perceptions and practices that policed the membership criteria among European colonials”.

³⁹ Versão original: “[w]ho bedded and wedded whom in the colonies of France, England, Holland, and Iberia was never left to chance. [...] From the early 1600s through the twentieth century the sexual sanctions and conjugal prohibitions of colonial agents were rigorously debated and carefully codified

assentava na identificação de quem era *white/european* e quem era *native*, discussão que implicava na definição de quem era ou não cidadão, houve um intenso esforço dos regimes coloniais para controlar – e tentar tornar mais nítido – o pertencimento à categoria *european*, o que se traduziu em uma intensa vigilância sobre o sexo, pois as relações sexuais, se feitas de maneira errada, poderiam originar uma prole que não seria facilmente encaixada na categoria *european*, o que abalaria a transmissão de poder e de privilégios. Dada a sua centralidade na definição de quem seria colonizador e quem o colonizado, o controle sexual era parte substancial da política imperial, ajudando a fixar as fronteiras raciais:

O que importava não eram apenas as características físicas de cada um, mas também quem contava como "europeu" e por qual medida. O tom de pele era muito ambíguo. As contas bancárias eram mercuriais. A crença religiosa e a educação eram marcadores cruciais, mas nunca suficientemente claros. [...] Em última análise, a inclusão ou exclusão exigia a regulamentação da vida sexual, conjugal e doméstica, tanto dos colonos europeus como de seus súditos (STOLER, 2002, p. 43 [tradução minha])⁴⁰.

Stoler explora os efeitos desse controle sexual nos discursos sobre a mestiçagem e a degenerescência, duas questões basilares para os regimes coloniais, e mostra como eles tiveram efeitos de gênero e raça bastante específicos.

Em sua discussão sobre a mestiçagem, Stoler investiga por que, em diferentes regimes coloniais, ocorreu a proibição das relações sexuais e maritais entre *european* e *natives*. Durante um longo período, a concubinação de homens *european* com mulheres *native* era visto como maneira de aclimatar os trabalhadores *whites* às colônias e evitar que

⁴⁰ Versão original: "What mattered was not only one's physical properties but also who counted as "European" and by what measure. Skin shade was too ambiguous. Bank accounts were mercurial. Religious belief and education were crucial markers but never clear enough. [...] Ultimately, inclusion or exclusion required regulating the sexual, conjugal, and domestic life of both European colonials and their subjects."

eles reivindicassem melhores salários e condições de vida se formassem aglomerados de famílias com mulheres *European*. Contudo, a autora argumenta que a proibição aparece em cena quando essas relações passam a ameaçar as fronteiras entre colonizador e colonizado, arranjo do qual a distribuição de privilégios dependia. Oficiais coloniais passaram a proibir a concubinação justificando que a relação com as mulheres colonizadas estava “aclimatando demais” os homens *whites*, fazendo-os perder seus costumes europeus; porém, mais do que isso, essas relações estavam produzindo um número elevado de crianças mestiças. Essa prole, além de bagunçar os padrões de classificação do colonialismo, poderia colocar em risco o fluxo de distribuição de poderes e privilégios coloniais ao reivindicar direitos por terem progenitores em parte *European*.

Essa situação motivou a imigração de mulheres *European* para as colônias e a proibição da relação marital e sexual entre *europeans* e *natives* – movimento que ocorreu não só nas Índias Neerlandesas, mas em outros regimes coloniais. Analisando o movimento de proibição dessas relações, Stoler nota que apesar do foco na concubinação, a proibição das relações interracialis teve contornos de gênero e raça mais específicos, recaindo especificamente sobre o homem *native* e a mulher *European*. A chegada massiva de mulheres *European* às colônias provocou a difusão do imaginário do *black peril*, segundo o qual os homens *native* seriam portadores de uma sexualidade monstruosa e destrutiva para a moralidade das colônias e representariam uma ameaça sobretudo às mulheres *European*, o que fez com que muitos homens *native* fossem acusados e condenados por estupros, muitas vezes sem provas.

De forma parecida com como o nacionalismo hindu usou o medo do homem muçulmano para promover ideias de unidade, a ideia do *black peril* teve um potente efeito no sentido de unir a comunidade *white*, cuja coesão era sempre colocada à prova nos contextos coloniais: “[a] defesa da comunidade, da moralidade e do poder masculino branco foi alcançada através do aumento do controle e do consenso entre os europeus, reafirmando a vulnerabilidade das mulheres *whites* e a ameaça sexual representada pelos homens *native*, e criando novas sanções para limitar as liberdades de ambos” (ibid., p. 60 [tradução minha])⁴¹. As mulheres *European* também sofreram o ônus desse discurso. No esquema

⁴¹ Versão original: “[a] defense of community, morality, and white male power was achieved by increasing control over and consensus among Europeans, by reaffirming the vulnerability of white

colonial, elas eram encarregadas de resguardar as normas culturais europeias, e as ansiedades sexuais presentes na ideia dos estupros interracialis fez com que muitas delas fossem admoestadas a restringirem seus movimentos à própria casa e aos enclaves europeus.

A ideia da moralidade da mulher *european* como importante para a comunidade *white* também esteve presente no tópico da degenerescência. Nas colônias, o discurso da degenerescência racial forneceu um idioma biológico no qual embasar as ansiedades em torno da hegemonia e do prestígio europeu, e foi uma ferramenta importante no processo de manutenção da superioridade *white*. Dentro do discurso da degenerescência, a ideia de que não só o sexo interracial, mas também o contato muito próximo das crianças *whites* com os servos *native* poderia levar à desgraça racial e contaminar a família fez com que as mulheres *european* fossem encorajadas a abandonar outras funções que competissem com aquela da maternidade. Em seu papel de assegurar a reprodução da comunidade *white*, elas foram alvo de uma campanha pró-natalismo que era baseada em “uma suposição de que a reprodução não era apenas uma função, mas o propósito ... da vida da mulher” (ibid., p. 63 [tradução minha])⁴².

A tentativa de Stoler de mostrar que o discurso masculino dominante no colonialismo definia as necessidades das mulheres serve para embasar seu argumento de que “[a]s mulheres *european* nessas colônias experimentaram as clivagens do domínio racial e das distinções sociais internas de forma muito diferente dos homens, justamente por causa de suas posições ambíguas, tanto como subordinadas nas hierarquias coloniais quanto como agentes do império” (ibid., p. 41 [tradução minha])⁴³. Contudo, seu texto também aponta para a importância do controle dos homens e sua adaptação aos ditames da moralidade *european* nas colônias, especialmente no que se referia à sua sexualidade, que deveria ser condizente com o que se esperava da comunidade de colonizadores. Isso fica patente quando

women and the sexual threat posed by native men, and by creating new sanctions to limit the liberties of both”.

⁴² Versão original: “an assumption that reproduction was not just a function but the purpose . . . of women's life”.

⁴³ Versão original: “European women in these colonies experienced the cleavages of racial dominance and internal social distinctions very differently than men precisely because of their ambiguous positions, as both subordinates in colonial hierarchies and as agents of empire in their own right.”

a autora, não obstante argumentar que a proibição das uniões matrimoniais e sexuais interracialias nas colônias terem tido um efeito maior sobre as mulheres *european* e os homens *native*, chama a atenção, nas entrelinhas do texto, que o regime colonial e sua política sexual também implicou também na normalização do comportamento masculino. A proibição da concubinação, por exemplo, se por um lado respondeu a interesses (masculinos) *european* no que tangia à continuidade da distribuição de poderes e privilégios nas colônias, também implicou na tentativa de “domesticar” o comportamento sexual masculino, cujo estado *optimum* era aquele da união entre homens e mulheres *european* na família nuclear. Nesse sentido, se às mulheres *european* coube o papel de *civilizar* os seus maridos, processo que emerge a partir da lógica de uma identidade feminina construída como doméstica e maternal, também cabia aos homens se adequarem à essa sexualidade domesticada.

Aliás, no controle da sexualidade masculina conforme concebida por Stoler, cabe o mesmo apontamento feito ao texto de Veena Das: a questão não era só que os homens deveriam se interessar pelas mulheres corretas (as *european* quando da proibição dos relacionamentos interracialias), mas deveriam se interessar por mulheres em primeiro lugar. Sobre isso, Stoler mostra que, antes de sua proibição, a concubinação nas Índias Neerlandesas teve um papel econômico muito importante, pois, evitando as doenças venéreas associadas à prostituição, “mantinham homens em seus quartéis e bangalôs em vez de em prostíbulos ou hospitais” (ibid., p. 48 [tradução minha])⁴⁴; mas ela também cumpria um outro papel, que Stoler menciona brevemente: “as uniões heterossexuais baseadas na concubinato e prostituição através da divisão colonial foram defendidas como um 'mal necessário' para combater aqueles considerados mais perigosos ainda - as relações carnavais entre homens e homens” (ibid., p. 2 [tradução minha])⁴⁵. Se Stoler desenvolve o argumento de que a proibição da concubinação e do matrimônio/sexo interracialias tinha principalmente como objetivo garantir os privilégios *european*, porque a proibição das relações homossexuais também entrou nesse jogo?

Uma pista talvez esteja no discurso da degeneração. Segundo Stoler, o medo da degeneração, que também era o medo da vulnerabilidade política dos sujeitos *european* nas

⁴⁴ Versão original: “kept men in their barracks and bungalows rather than in brothels or hospitals”.

⁴⁵ Versão original: “heterosexual unions based on concubinage and prostitution across the colonial divide were defended as a ‘necessary evil’ to counter those deemed more dangerous still— carnal relations between men and men”

colônias, impulsionou dentre os *whites* uma política que assegurasse que seus membros respeitassem as fronteiras biológicas e políticas nas quais se considerava que seu poder estava embasado. Para sustentar a noção de que uma boa saúde, virilidade e a habilidade de governar eram características inatas de ser *european*, os administradores coloniais investiram em uma política de exclusão e reforma de seus membros considerados como ameaças a esses valores. Assim, Stoler mostra que foram tomadas medidas para evitar, por exemplo, a migração para as colônias de *whites* pobres e para produzir um perfil do homem *european* que sublinhava a virilidade, bem-estar físico e emocional e a produtividade, em uma equação na qual masculinidade, identidade nacional e superioridade racial se entrelaçavam. Não é preciso muita imaginação para supor que essa masculinidade era essencialmente heterossexual e que o discurso sobre a saúde e a virilidade era o mesmo que condenava a homossexualidade; como bem apontam PEREIRA (1994) e GREEN (2000) para o caso brasileiro, as ideias eugênicas e o medo da degeneração foram fundamentais na patologização da homossexualidade.

Em um livro anterior, *Race and the Education of Desire*, em que Stoler faz uma leitura do primeiro livro de *A História da Sexualidade* no contexto do colonialismo, ela admite que a homossexualidade é um problema sobre a qual não se debruçou. No livro, em que examina no contexto colonial as “quatro unidades estratégicas” que Foucault diz estarem no centro das tecnologias do sexo no século XVIII: “a histerização do corpo das mulheres, a especialização pedagógica aplicada à sexualidade das crianças, a socialização da vida procriadora e a análise psiquiátrica do prazer perverso” (STOLER, 1995, p. 13 [tradução minha])⁴⁶. Contudo, uma dessas categorias fica de fora de sua análise. Em um determinado momento do livro, ela mostra como os corpos burgueses coloniais eram construídos a partir de um discurso altamente generificado e que “O império forneceu o terreno fértil no qual as noções burguesas de masculinidade e virilidade poderiam ser aperfeiçoadas e postas à prova patriótica” (ibid., p. 129 [tradução minha])⁴⁷, mas também comenta que as colônias acentuavam “[as] interpretações conflitantes da virilidade e de suas

⁴⁶ Versão original: “the hysterizing of women's bodies, the pedagogic expertise applied to children's sexuality, the socialization of procreative life, and the psychiatric analytics of perverse pleasure”.

⁴⁷ Versão original: “Empire provided the fertile terrain on which bourgeois notions of manliness and virility could be honed and put to patriotic test.”

vulnerabilidades” (ibid., p. 129 [tradução minha])⁴⁸. Discutindo as questões que ameaçavam a masculinidade *european* nas Índias Orientais Neerlandesas, ela nota a falta de mulheres *european*, a concubinação com mulheres *native*, as doenças venéreas e a homossexualidade entre soldados. Sobre o último ponto, ela puxa uma nota de rodapé e diz:

A ausência da presença dos perigos da homossexualidade nestes debates é impressionante. Além disso, nos arquivos holandeses, a ameaça do desejo homossexual entre os agentes respeitáveis do império holandês, do *middenstand* colonial, é raramente ou nunca mencionada. Quando a homossexualidade é abordada, é sempre na forma de um discurso desviado, um discurso sobre a sodomização dos *coolies* nas plantações chinesas, sobre os soldados europeus subalternos degenerados, nunca sobre homens holandeses respeitáveis.

Meu silêncio sobre esta questão e o lugar de destaque que dou à heterossexualidade refletem meus esforços de longo prazo e meus fracassos em identificar quaisquer fontes que façam mais do que assumir ou aludir obliquamente a este "mal", tornando assim aceitáveis os outros males "menores" da concubinato e da prostituição. [...] Assim, meu tratamento colonial da quarta "unidade estratégica" de Foucault, que constitui o "adulto perverso", é apenas minimamente explorado. (STOLER, 1995, p. 129 [tradução minha])⁴⁹

⁴⁸ Versão original: “[the] conflicting interpretations of manliness and its vulnerabilities”.

⁴⁹ Versão original: “The absent presence of the dangers of homosexuality in these debates is striking. What is more, in the Dutch archives, the threat of homosexual desire among stolid Dutch agents of empire, of the colonial *middenstand*, is rarely if ever mentioned. When homosexuality is broached, it is always in the form of a deflected discourse, one about sodomizing Chinese plantation coolies, about degenerate subaltern European soldiers, never about respectable Dutch men.

My silence on this issue and the prominent place I give to heterosexuality reflects my long-term and failed efforts to identify any sources that do more than assume or obliquely allude to this “evil”,

Seria possível argumentar que esse silêncio com respeito à homossexualidade dos arquivos analisados por Stoler reflita sua não importância no regime colonial das Índias Neerlandesas Orientais. Não obstante, a própria construção da respeitabilidade *European* nas colônias, como tentei mostrar acima, dependia de uma sexualidade que era primeiramente heterossexual, e o controle sexual dos homens era direcionado não só às mulheres *certain*, mas às mulheres em primeiro lugar. Além disso, o “silêncio” sobre a homossexualidade nos documentos analisados pela autora não quer dizer que o tópico não era uma preocupação dos regimes coloniais. Falando sobre o cálculo que os oficiais do colonialismo fizeram ao permitir a concubinação entre mulheres *native* e soldados *European* em um primeiro momento da colonização, Stoler nota que

Os oficiais militares aceitaram o concubinato como um "mal necessário" com o argumento de que ele reduzia significativamente os pedidos de subsistência dos soldados, evitando o aumento dos salários e também dos custos médicos que vinham com a prostituição e com a sífilis. [...] Mas o que está ausente, e geralmente indizível neste discurso sobre o "mal" é tão marcante quanto o que ele continha; os perigos da existência de funcionários *Europeans* homossexuais foram implicitamente ponderados contra os perigos médicos da prostituição heterossexual desenfreada: ambos foram condenados como moralmente perniciosos e uma ameaça à sobrevivência racial. (STOLER, 1995, p. 180-181 [tradução minha])⁵⁰.

thereby making the other “lesser” evils of concubinage and prostitution acceptable. [...] As such, my colonial treatment of Foucault's fourth "strategic unity," constituting the "perverse adult", is only minimally explored.”

⁵⁰ Versão original: “Military officials condoned concubinage as a "necessary evil" on the grounds that it significantly lowered the subsistence requirements of soldiers without incurring higher wages or the increased medical costs that came with prostitution and a syphilitic rank and file. [...] But what is absent from, and usually unspeakable in, this discourse on "evil" is as striking as what it

Em uma nota de rodapé a esse parágrafo, a autora escreve que

Embora os perigos dos "desejos não naturais" entre os homens fossem mais frequentemente assumidos do que discutidos, nem sempre foi este o caso. Em um debate sobre os méritos manter o concubinato, um oficial militar em 1893 observou que, na ausência de mulheres no complexo militar de Gombong, "muito mais da metade dos homens jovens ali foram culpados de praticar vícios não naturais [com outros homens]" [...]. Vinte anos depois, a abolição do concubinato foi novamente debatida por motivos semelhantes, mas com resolução diferente. O arcebispo de Batávia sustentou que "desejos não naturais" poderiam ser "estritamente controlados", mas "não desenraizados" [...] [...]” (STOLER, 1995, p. 181 [tradução minha])⁵¹.

A homossexualidade parece ser, assim, um tópico que preocupava os regimes coloniais e desperta indagações: por que ela foi objeto de debate no contexto colonial? Seria pelo interesse dos regimes na sexualidade estritamente reprodutiva? Representaria a homossexualidade uma mácula à ideia que os europeus nas colônias queriam ter de si? O certo é que o importante não é saber exatamente se a homossexualidade era um problema

contained; the dangers of a homosexual European rank and file were implicitly weighed against the medical hazards of rampant heterosexual prostitution: both were condemned as morally pernicious and a threat to racial survival.”

⁵¹ Versão original: “While the dangers of ‘unnatural desires’ between men were more often assumed than discussed this was not always the case. In a debate over the merits of retaining barrack-concubinage, one military official in 1893 noted that in the absence of women at the Gombong military compound, ‘far more than half of the young men quartered there were guilty of practicing unnatural vices [with other men]’ [...]. Twenty years later the abolition of concubinage was again debated on similar grounds but with different resolution. The archbishop of Batavia held that “unnatural desires” could be “strictly controlled” but “not rooted out” [...].”

recorrente ou não nas colônias, pois, como a própria autora nota, o questão não é examinar se as ansiedades sexuais europeias tinham contrapartida ou não na realidade, mas sim entender porque elas foram evocadas em primeiro lugar:

A questão não é se estes eram perigos reais e, portanto, se suas afirmações eram verdadeiras ou falsas. A tarefa é, antes, identificar os regimes de verdade que sustentaram esse discurso e essa política que fez com que uma noção racialmente codificada de quem poderia ser íntimo de quem - e de que forma – se tornasse uma preocupação central na política colonial (STOLER, 2012, p. 2 [tradução minha])⁵².

Além da sua importância nos regimes coloniais, o controle da vida íntima foi a peça essencial na engrenagem de um dos mais controversos nacionalismos do século passado: o *Afrikanerdom*, ou nacionalismo africâner, ideologia que terminou por dar origem ao sistema do *apartheid*. Apesar de ser lembrado principalmente pelo seu componente racial, o regime de segregação também foi construído a partir de uma complexa gestão da sexualidade, engendrando efeitos de gênero bastante específicos. É o controle da sexualidade e seus efeitos em homens e mulheres, modulado por marcadores raciais, que analisam Anne McClintock e Laura Moutinho a seguir.

O nacionalismo africâner e a família

Em *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest* (1995), Anne McClintock mostra como a articulação entre categorias de gênero, raça, sexualidade e classe foram fulcrais para os imperialismos e nacionalismos, nos quais havia acoplada uma ideologia de domesticidade que foi fundamental para sua sustentação. Stoler mostra como diferentes marcadores sociais da diferença não só foram mobilizados pelo imperialismo e pelos nacionalismos, mas também “[...] como as categorias de *whiteness* e *blackness*, masculinidade e feminilidade, trabalho e classe surgiram historicamente em primeiro lugar”

⁵² Versão original: “The question is not whether these were real dangers and thus whether their claims were true or false. The task is rather to identify the regimes of truth that underwrote such a political discourse and a politics that made a racially coded notion of who could be intimate with whom—and in what way—a primary concern in colonial policy.”

(McCLINTOCK, 1995, p. 16 [tradução minha])⁵³, processo que, como também argumenta Stoler, ocorreu a partir de uma intrincada relação entre metrópole e colônia, de tal forma que discursos coloniais reverberavam e tinham importantes efeitos nas próprias metrópoles, e vice-versa. Em sua discussão sobre os efeitos que os discursos sobre as colônias tiveram nas metrópoles, McClintock coloca em cena a homossexualidade como uma preocupação declarada do discurso sobre a degeneração, o que deixa claro como a sexualidade masculina era um ponto nevrálgico do imperialismo. Contudo, a homossexualidade na análise da autora fica restrita às metrópoles. Ao aplicar seus insights à análise do nacionalismo africâner, ela se preocupa em mostrar como o discurso nacionalista colocava homens e mulheres *whites* em lugares diferentes na nação e como essa divisão estava influenciada por uma ideologia da domesticidade. Essa perspectiva, assim, deixa de perceber as maneiras por vezes sutis com que os próprios homens foram regulados pelos mecanismos que inscreveram as mulheres ao espaço doméstico no âmbito do *Afrikanerdom*.

O controle da sexualidade como um aspecto importante do imperialismo e suas reverberações nas metrópoles aparece na análise da autora quando ela fala do discurso sobre as “classes degeneradas”. Ao mostrar que a analogia entre raça e classe se tornou um tropo organizacional muito importante para outras normas sociais no contexto do imperialismo, ela argumenta que “o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da modernidade ocidental, industrial” (ibid., p. 5 [tradução minha])⁵⁴. A raça aparece aqui não só como marcador para designar as ideias de *whites* e *blacks* ou *europeans* e *natives*. McClintock mostra como a invenção da raça nas metrópoles urbanas funcionou para policiar as chamadas “classes perigosas”, ou “*white negroes*”: “a classe trabalhadora, os irlandeses, judeus, prostitutas, feministas, gays e lésbicas, criminosos, a multidão militante, etc.” (ibid., p. 5 [tradução minha])⁵⁵. Esse discurso emergiu nas metrópoles em meados do século XIX a partir de uma analogia entre a degeneração racial, de classe e de gênero, que ajudou a aumentar a vigilância sobre aqueles vistos enquanto transgredindo as normas:

⁵³ Versão original: “how the categories of whiteness and blackness, masculinity and femininity, labor and class came historically into being in the first place”.

⁵⁴ Versão original: “imperialism and the invention of race were fundamental aspects of Western, industrial modernity”.

⁵⁵ Versão original: “the working class, the Irish, Jews, prostitutes, feminists, gays and lesbians, criminals, the militant crowd and so on”

Foi feita uma analogia triangular [...]entre o desvio racial, de classe e de gênero como um elemento crítico na formação da imaginação moderna e imperial. No triângulo simbólico do dinheiro desviante, da sexualidade desviante e da raça desviante, as chamadas classes degeneradas foram metaforicamente ligadas a um regime de vigilância, coletivamente imaginadas por imagens de patologia sexual e aberração racial como retrocessos atávicos a um momento primitivo da pré-história humana, que sinistramente sobreviviam no coração da metrópole imperial moderna. Representados como transgredindo as distribuições naturais de dinheiro, poder sexual e propriedade e, assim, ameaçando fatalmente a economia fiscal e libidinal do Estado imperial, estes grupos tornaram-se sujeitos a um controle estatal cada vez mais vigilante e violento. (ibid., p. 44 [tradução minha])⁵⁶

Apesar de argumentar que o imperialismo foi um negócio levado a cabo por homens *european* de classe alta, McClintock mostra como o discurso sobre as “classes degeneradas” tornava essa posição não tão segura. A homossexualidade era um dos motivos. Ela mostra, por exemplo, que na Inglaterra de finais do século XIX, “[a] masculinidade [...] estava em disputa, com a descoberta do bordel masculino de Cleveland em 1889, o julgamento de Oscar Wilde em 1895 e a patologização da homossexualidade” (ibid., p. 282 [tradução minha])⁵⁷; assim, no discurso sobre a degeneração,

⁵⁶ Versão original: “A triangulated, switchboard analogy [...] emerged between racial, class and gender deviance as a critical element in the formation of the modern, imperial imagination. In the symbolic triangle of deviant money, deviant sexuality and deviant race, the so-called degenerate classes were metaphorically bound in a regime of surveillance, collectively figured by images of sexual pathology and racial aberration as atavistic throwbacks to a primitive moment in human prehistory, surviving ominously in the heart of the modern, imperial metropolis. Depicted as transgressing the natural distributions of money, sexual power and property and as thereby fatally threatening the fiscal and libidinal economy of the imperial state, these groups became subject to increasingly vigilant and violent state control”.

⁵⁷ Versão original: “[m]asculinity [...] was under contest, with the discovery of the Cleveland male brothel in 1889, the trial of Oscar Wilde in 1895 and the pathologizing of homosexuality”.

As críticas mais ferrenhas recaíram sobre as mulheres "não produtivas" (prostitutas, mães solteiras, solteironas) e sobre os "homens não produtivos" (gays, desempregados, empobrecidos). Aos olhos dos legisladores e administradores, as fronteiras do império só poderiam ser garantidas e mantidas por uma disciplina doméstica e decoro adequados, probidade sexual e saneamento moral. (ibid., p. 47 [tradução minha])⁵⁸

Nesse sentido, apesar de uma alta posição social ser garantia aos homens das metrópoles de uma cornucópia de poderes e privilégios, a homossexualidade representava uma ameaça que competia com sua posição de classe.

Se a homossexualidade como ameaça aparece na análise de McClintock sobre as metrópoles, ela some quando a autora analisa a produção do nacionalismo nas colônias. Examinando os nacionalismos africâner e *african* na África do Sul para mostrar como a ideologia da domesticidade também se fez presente nesses contextos, a autora se preocupa sobretudo em mostrar como as mulheres foram colocadas no espaço da domesticidade por ambos os nacionalismos, que ignoraram completamente seu papel ativo na construção desses movimentos. Na análise que faz do nacionalismo africâner, McClintock reconstrói a maneira pela qual o *Afrikanerdom* pintou as mulheres enquanto vítimas, cuja proteção estava a cargo dos homens, e como seres reprodutores, a partir de seu papel enquanto mães. Assim, se na análise do império e da metrópole a autora dá atenção para a complexa relação de diferentes marcadores sociais da diferença, na análise do nacionalismo é principalmente ao gênero que ela volta a sua atenção.

McClintock argumenta que todos os nacionalismos são “generificados”, de tal forma que neles as mulheres aparecem como o limite simbólico da nação. Se elas são, por um lado, imaginadas como “portadoras” (*bearer*) da nação, elas não têm qualquer relação com a agência nacional: “[...] [...] o papel masculino no cenário nacionalista é

⁵⁸ Versão original: “Special opprobrium fell on "nonproductive" women (prostitutes, unmarried mothers, spinsters) and on "nonproductive men" (gays, the unemployed, the impoverished). In the eyes of policymakers and administrators, the bounds of empire could be secured and upheld only by proper domestic discipline and decorum, sexual probity and moral sanitation.”

tipicamente 'metonímico', ou seja, os homens são contíguos uns com os outros e com o conjunto nacional. As mulheres, ao contrário, aparecem 'em um papel metafórico ou simbólico'" (McClintock, *ibid.*, p. 354-355 [tradução minha])⁵⁹. O nacionalismo também é um projeto que guarda uma intrínseca relação com uma temporalidade ambígua: ele se apresenta, ao mesmo tempo, como um projeto moderno, que transforma vínculos tradicionais em novas identidades, e como a reflexão de valores culturais autênticos, selecionados das profundezas de um suposto passado comunal. Apesar de muitos autores já terem chamado a atenção para a anomalia temporal do nacionalismo, McClintock diz que eles não se derem conta de que essa contradição é resolvida na representação do tempo como uma divisão natural de gênero. Nesse sentido,

As mulheres são representadas como o corpo atávico e autêntico da tradição nacional (inerte, retrógrado e natural), personificando o princípio conservador de continuidade do nacionalismo. Os homens, ao contrário, representam o agente progressista da modernidade nacional (vanguardista, potente e histórico), encarnando o princípio progressista ou revolucionário da descontinuidade do nacionalismo (*ibid.*, p. 359 [tradução minha])⁶⁰.

O *Afrikanerdom* teve de enfrentar o fato de que os africâneres não tinham uma identidade monolítica, um propósito comum e uma língua homogênea. Na tentativa de resolver esses problemas, um conjunto de (homens) intelectuais e profissionais pequeno-burgueses sul-africanos se reuniu em 1918 e criou a Jong Zuid Afrika (Jovem África do

⁵⁹ Versão original: "[...] the male role in the nationalist scenario is typically 'metonymic'; that is, men are contiguous with each other and the national whole. Women, by contrast, appear 'in a metaphoric or symbolic role'".

⁶⁰ Versão original: "[w]omen are represented as the atavistic and authentic body of national tradition (inert, backward-looking and natural), embodying nationalism's conservative principle of continuity. Men, by contrast represent the progressive agent of national modernity (forward-thrusting, potent and historic), embodying nationalism's progressive, or revolutionary principle of discontinuity".

Sul), que dois anos mais tarde viria a se tornar a Afrikaner Broederbond (lit.: Irmandade Africâner), uma sociedade secreta cujo objetivo era fomentar os interesses africâneres no país e, ao mesmo tempo, impulsionar a ideologia do *Afrikanerdom*. A Broederbond promoveu uma série de campanhas para conquistar a adesão dos africâneres ao programa nacionalista, e sua influência na política sul-africana era tão grande que todos os Primeiros-Ministros e Presidentes de Estado da África do Sul durante o *apartheid* foram membros da organização. Segundo McClintock, a partir da criação da Broederbond, o nacionalismo africâner passou a ser sinônimo de interesses masculinos *whites*.

Apesar do sucesso, o *Afrikanerdom* enfrentou importantes desafios para se consolidar. Ele foi uma doutrina de crise, nascida da derrota dos africâneres na Segunda Guerra Anglo-Bôer⁶¹; após a vitória inglesa, o que restou das comunidades africâneres teve de forjar uma nova contracultura para sobreviver no capitalismo emergente do Estado sul-africano. McClintock mostra que o nacionalismo africâner tinha um claro componente de classe: os africâneres eram a maior parte dos *poor whites* sul-africanos, ao passo que os sul-africanos ingleses detinham boa parte do controle da economia. Segundo a autora, isso fazia com que ideologias rivais ao nacionalismo africâner, principalmente o socialismo, fossem importantes fontes de mobilização para os empobrecidos africâneres. Contudo, a vanguarda do *Afrikanerdom* habilmente explorou uma instituição que os africâneres ainda controlavam para conquistar o coração dos *poor whites*: a família.

McClintock mostra que no *Afrikanerdom* prevalecia uma divisão “generificada” na criação da nação, onde os homens *whites* eram entendidos enquanto incorporando a agência política e econômica do *volk*⁶² e as mulheres como as guardiãs de sua tradição e missão

⁶¹ O termo “Bôer” (palavra em holandês e africâner para “fazendeiro”) é uma outra palavra pelos quais são conhecidos os africâneres. As Guerras Bôeres foram motivadas pela resistência das Repúblicas Bôeres, territórios independentes controlados pelos africâneres na porção nordeste do que hoje é a África do Sul, a um maior controle do Império Britânico. Após uma primeira vitória contra os ingleses na chamada Primeira Guerra Anglo-Bôer (1880-1881) e a manutenção da independência das Repúblicas Bôeres, um novo conflito entre africâneres e ingleses, a Segunda Guerra Anglo-Bôer, teve início em 1899 e terminou em 1902, com as Repúblicas Bôeres concordando em se tornarem colônias britânicas auto-governadas e, finalmente, com sua anexação ao território da União Sul-Africana em 1910.

⁶² *Volk* é uma palavra em africânder, derivada do termo homônimo em holandês, cuja tradução literal

moral e espiritual. Assim, na “invenção do arcaico”, o nacionalismo africâner recorreu a essa divisão de gênero. Isso fica patente em um evento de 1938, a celebração do centenário da *Great Trek*, a migração de africâneres em direção ao nordeste sul-africano, onde seriam fundadas as repúblicas bôeres. Analisando essa celebração, nomeada de *Tweede Trek* (Segundo Trek), celebrada a partir de uma marcha que percorreu o país com réplicas de nove vagões com os quais os africâneres levaram seus pertences em direção ao nordeste em 1838, McClintock mostra como a divisão de gênero estava presente na concepção do evento. Cada um dos vagões foi batizado com o nome de um herói *Voortrekker* (nome dado aos migrantes africâneres que participaram da *Great Trek*), e todos eles eram homens; todos, menos um: um dos vagões foi batizado de *Vrou en Moeder* (esposa e mãe).

O uso da imagem da mulher enquanto ligada ao âmbito da família teve um poderoso efeito na mobilização nacionalista. A historiografia africâner da época, largamente escrita por homens, relembra a bravura dos homens bôeres que resistido ao imperialismo inglês e na defesa da independência africâner; as mulheres, enquanto isso, eram lembradas enquanto vítimas, especialmente porque várias delas, assim como crianças, haviam sido internadas em campos de concentração construídos pelos ingleses durante a Segunda Guerra Anglo-Bôer. A figura da mulher que morreu nas mãos dos ingleses deu origem a uma importante figura mítica no nacionalismo africâner: a *volksmoeder* (a mãe do *volk*), encarnada em um monumento instalado em 1913 em Bloemfontein, onde se vê estátuas de mulheres chorando com suas crianças. O monumento consagra a feminilidade africâner nem como militante nem como política, mas como sofredora, estoica e abnegada, apagando, com isso, o papel das mulheres durante a Guerra Anglo-Bôer, onde muitas serviram como fazendeiras e mesmo guerreiras. Segundo McClintock,

A tragédias das mulheres não era considerado tão expressivo da política de diferença de gênero, decorrente da relação ambígua das mulheres coloniais com a dominação imperial, mas como emblemático da tragédia nacional (ou seja, masculina). Ao retratar

para o português seria “povo”. No texto de McClintock, assim como em suas outras utilizações neste artigo, a palavra diz respeito a crença do nacionalismo africânder de que os africâneres eram um “povo” (*volk*) claramente distinto dos outros grupos que habitavam a África do Sul por conta de sua herança racial, cultural e linguística (para mais informações sobre o termo e seu uso pelo nacionalismo africâner, ver RIBEIRO, 1994).

simbolicamente a nação africâner como uma mulher chorando, a enorme vergonha masculina em relação à derrota militar poderia ser negligenciada e a memória dos esforços vitais das mulheres durante a guerra se transformaria nas imagens de lágrimas femininas e perda maternal. (ibid., p. 378 [tradução minha])⁶³.

O apagamento do papel das mulheres e sua circunscrição ao ambiente doméstico, contudo, não foram os únicos meios pelos quais o *Afrikanerdom* se construiu a partir do controle da vida íntima. Ao dizer que o nacionalismo é geralmente levado a cabo a partir de interesses masculinos, McClintock diz que “[...] é também crucial notar que nem todos os homens gozam o privilégio da contiguidade política uns com os outros na comunidade nacional” (ibid., p. 355 [tradução minha])⁶⁴, apesar de não analisar mais a fundo essa questão para o caso do nacionalismo africâner. Com a obra de Moutinho (2004) abaixo, vemos, porém, que o controle sexual do homem foi parte importante do nacionalismo africâner; assim, apesar da sua posição de inegável privilégio, esses homens foram alvos do Estado quando não mantinham a sua sexualidade nos ditames morais do *apartheid*.

O controle do comportamento sexual masculino como razão de Estado

Em *Razão, “cor” e desejo* (2004), Laura Moutinho faz uma comparação entre os relacionamentos interracialis no Brasil e na África do Sul e entre as ideias de “separação” e “mistura” que presidiram as relações interracialis nos dois contextos, de forma a entender como o desejo erótico interracial está presente na construção da identidade nacional em ambos os países. Moutinho analisa a relação entre gênero, raça, sexualidade e desejo

⁶³ Versão original: “Women's disempowerment was figured not as expressive of the politics of gender difference, stemming from colonial women's ambiguous relation to imperial domination, but as emblematic of national (that is, male) disempowerment. By portraying the Afrikaner nation symbolically as a weeping woman, the mighty male embarrassment of military defeat could be overlooked and the memory of women's vital efforts during the war washed away in images of feminine tears and maternal loss.”

⁶⁴ Versão original: “it is also crucial to note that not all men enjoy the privilege of political contiguity with each other in the national community”.

presentes no nacionalismo africâner, e trabalha com a hipótese, aventada por J. M. Coetzee, de que o *apartheid* seria um “empreendimento que visa[va], em última instância, ‘neutralizar’ o desejo erótico entre ‘negros’ e ‘brancos’ na África do Sul” (MOUTINHO, 2004, p. 31); munida dessa ideia, Moutinho tenta entender por que os relacionamentos interracialis na África do Sul foram regulados por meio uma legislação específica, sob a égide de uma *raison d'État*, ao contrário do que aconteceria no Brasil, onde imperaria a etiqueta do silêncio frente às relações afetivo-sexuais “heterocrômicas”. Analisando processos penais de casas heterossexuais interracialis que foram acusados de terem tido relações sexuais, a autora mostra como o regime de segregação foi instituído não só por uma gestão da raça, mas também do gênero e da sexualidade. Nesse contexto, a interferência do Estado na sexualidade não recaiu somente sobre homens *native* e mulheres *whites*, mas também, e principalmente, sobre homens *whites*.

Comparando Brasil e África do Sul no quesito relacionamentos interracialis, a autora nota que se no caso brasileiro imperaria uma “etiqueta racial” que silenciaria frente às relações afetivo-sexuais heterocrômicas, “na África do Sul tais relacionamentos foram regulados (e organizados) explicitamente através de uma legislação específica, constituída sobre a lógica de uma razão de Estado” (ibid., p. 365). Nesse sentido, as ideias de separação e “mistura” foram tratadas de maneira diferente nos dois países. Se a África do Sul certamente teve um foco muito maior na separação do que o Brasil, a autora mostra que é preciso qualificar essa noção de separação, “perscrutando os valores e as representações sociais sobre ‘raça’, gênero e desejo erótico encenados nos relacionamentos afetivo-sexuais ‘interraciais’ sul-africanos” (ibid., p. 365-366). A autora nota que os elementos estruturantes das relações afetivo-sexuais interracialis no Brasil – a mobilidade social e o desejo erótico – também estão presentes na África do Sul, mas com valores distintos. Assim, se no Brasil o casal homem negro/mulher branca é importante nas estatísticas sobre casamento interracial e submetidos ao tabu de uma etiqueta racial que privilegia o silêncio, na África do Sul ocorre o oposto: “a centralidade desse casal na construção política do *apartheid* é tão explícita quanto o desejo que a sustenta (e ameaça)” (p. 366).

Centrando sua análise nas relações afetivo-sexuais interracialis, Moutinho mostra como a supressão do desejo sexual estava no âmago da utopia segregacionista na África do Sul. A autora escreve que o problema dos relacionamentos interracialis aparece de maneira clara na discussão a respeito da classificação da população *coloured* sul-africana nas décadas

anteriores à instalação do *apartheid*. Dada a dificuldade de encaixar esse grupo em uma definição racial essencialista, a imaginação nacionalista africâner via os *coloureds* como uma ameaça à pureza e à separação racial, pois eles poderiam “passar” por *europeans*, confundindo as fronteiras raciais e, portanto, colocando a supremacia *white* em perigo. Essa preocupação está na origem da Comissão on Mixed Marriage (1939), instituída pelo governo sul-africano com o objetivo de estudar a proibição dos casamentos interraciais a partir do argumento de que essas relações ameaçariam a hereditariedade social e racial por, entre outros motivos, produzir uma prole mestiça. Segundo a autora, essa preocupação com os casamentos evidencia “a centralidade dos relacionamentos afetivo-sexuais ‘interraciais’ na manutenção das hierarquias de classe e gênero e da ameaça ‘coloured’ (ou da miscigenação) na imaginação africâner, e na posterior instalação legal do *apartheid*” (p. 381), cujos pontos centrais foram a promulgação, em 1927, do “Immorality Act”, lei que, entre outras coisas, proibiu o relacionamento sexual fora do casamento entre *whites* e *blacks*, e a Prohibition of Mixed Marriages Act de 1949, que proibiu o casamento entre *europeans* e *non-europeans*.

A centralidade dos relacionamentos interraciais na construção do nacionalismo africâner nas décadas anteriores ao *apartheid* também aparece na análise que a autora faz do *swart gevaar*, correlato em africâner para o *black peril* que Stoler menciona e que designava as ansiedades (masculinas) *whites* frente a ameaça que o homem *black* causava à “pureza” sexual da mulher branca. Essa questão ficou muito proeminente nas décadas de 1920 e 1930 na África do Sul, momento que assistiu a emergência de um grande contingente de mulheres africâner que se tornaram proletárias. Uma grande preocupação social à época era que essas mulheres, quando chegavam às cidades, não tinham quem recebê-las, e muitas delas passaram a morar sozinhas em locais nos quais tinham contato com pessoas (especialmente homens) *non-whites*. A questão em torno da moradia dessas mulheres ecoava, em parte, outras preocupações em relação à condição da classe trabalhadora *white*, mas também refletia uma preocupação de gênero: segundo Moutinho, a figura da mulher africâner proletária soou como uma ameaça ao domínio do homem *white*, na medida em que “a urbanização e a industrialização [ameaçaram] a forma paternalista de dominação ‘racial’, própria de uma ordem social baseada em uma estrutura agrária” (ibid., p. 387). Além disso, temia-se que essas mulheres, convivendo com homens *native*, pudessem entrar em um processo de degradação sexual. Nesse sentido, o debate em torno dos casamentos interraciais foi, também, uma tentativa dos homens africâneres reestabelecerem as hierarquias de

gênero: “[a]o desenhar a mulher africâner como vulnerável ao homem ‘negro’, os homens africâneres se delegavam o papel de protetores da mulher ‘branca’, reestabelecendo seu controle patriarcal” (ibid., p. 387).

A mobilização em torno dessas questões adquiriu enorme força na arena política, de tal forma que, nas eleições sul-africanas de 1938, o eleitorado africâner foi mobilizado pela imagem da mulher *white* ameaçada pelos relacionamentos interracialis, o que ajudou a impulsionar a causa nacionalista e de segregação racial. Nesse sentido, “[m]ais que uma questão de subordinação de classe e/ou racial, ou mesmo ‘loucura’, a emergência do nacionalismo africâner ‘foi a organização de uma nova forma de dominação dos homens africâneres sobre as mulheres africâneres’” (Hyslop, 1995, p. 60, apud ibid., p. 387 [tradução da citação minha]⁶⁵); isto é, todo o debate em torno dos casamentos interracialis foi uma tentativa dos homens africâneres de reestabelecerem as hierarquias de gênero: “[a]o desenhar a mulher africâner como vulnerável ao homem ‘negro’, os homens africâneres se delegavam o papel de protetores da mulher ‘branca’, reestabelecendo seu controle patriarcal” (ibid., p. 387).

Nesse sentido, a análise de Moutinho se aproxima da de McClintock ao também apontar como questões de gênero figuraram proeminentemente no nacionalismo africâner, de tal forma que a construção da imagem da mulher africâner enquanto ameaçada aparece como ponto importante de mobilização e aglutinação dos (homens) africâneres em torno da causa segregacionista – mesma situação que Das observa na construção do nacionalismo hindu a partir da mulher ameaçada pelo homem muçulmano lascivo e Stoler na união da comunidade *white* nas Índias Neerlandesas por meio da difusão do *black peril*. Contudo, Moutinho faz um importante adendo à sua análise. A autora nota que a despeito da propaganda do *swart gevaar*, na realidade o casal homem *african* e mulher *white* era minúsculo na África do Sul; o casal homem *white* / mulher *african*, também pequeno, era mais relevante numericamente. Da mesma forma, ela comenta que a Immorality Act, 1929 coibia principalmente a prática da prostituição, o que atingia principalmente o casal homem *white* / mulher *african*. Assim, ela pergunta “[q]ue fatores funcionaram para persuadir o

⁶⁵ Versão original: “was the organization of a new form of the domination of Afrikaner men over Afrikaner women”.

eleitorado sobre o caráter urgente da necessidade de ‘proteção’ da mulher ‘branca?’” A autora propõe o seguinte:

Toda a histeria acerca da ameaça sexual dos homens negros contra as mulheres africanas evocada pelos ideólogos do apartheid não corresponde às informações históricas [...]. Nos processos criminais a que tive acesso, há uma preponderância da relação do homem “branco” com mulheres “coloureds” e “negras”. Talvez [...] a propalada ameaça sexual do homem “negro”, seguida da exploração social da mulher africana por este homem em condições de pobreza, tinha relação com o reestabelecimento das hierarquias de gênero, poder e raça por parte dos homens africanos. Nesse sentido, talvez caiba questionar se, de fato, era preponderantemente sobre a mulher “branca” e o homem “negro” que pairava a necessidade de neutralizar o desejo interracial. (ibid., p. 430).

Ao fazer um balanço sobre como a construção da nação no Brasil e na África do Sul se deu a partir de uma “correlação de forças e de poder orientada por uma certa concepção de ‘raça’, gênero e, mesmo, desejo erótico” (p. 391), a autora nota que, na África do Sul, aparece um elemento importante que estaria, a priori, ausente na construção da nação brasileira: “a presença de um controle sexual/moral sobre o comportamento masculino” (p. 391). Ela nota, por exemplo, que se no Brasil o debate sobre a prostituição sempre esteve associado à disciplina e moralização do espaço público, ela também era considerada “um mal necessário”; a ideia de controle do Estado sobre a prostituição não era controlar o comportamento masculino, mas manter a atividade – e as meretrizes – sob a vigilância policial e fora da esfera pública.

Já na África do Sul, o controle em relação à prostituição não recaiu somente sobre a prostituta, mas também sobre o homem. Assim, “[...] se, por um lado, a defesa moral da mulher ‘branca’ funcionou como um catalisador de medos e ameaças ao *volk* africano, por outro, a regulação da conduta sexual (e moral) masculina era uma preocupação que assumiu o formato legal com o decreto da Immorality Act em 1927” (ibid., p. 392). Moutinho destaca, nesse sentido, que as penas eram diferenciadas no Immorality Act não pela raça, mas pelo gênero dos indivíduos (os homens, quando condenados pelo sexo interracial, eram passíveis de punições muito mais severas do que as mulheres) e que a lei indica que o desejo sexual

estaria alocado nos homens (eles aparecem enquanto o parceiro ativo na relação e elas enquanto “permitindo” que o sexo se consumisse). Além disso, fazendo uma análise de casos enquadrados na Immorality Act e na Prohibition of Mixed Marriages Act, a autora nota que os casais que sofriam as sanções penais geralmente eram compostos por homens *white* e mulheres *non-whites*, o que leva a autora a questionar se o controle do desejo sexual interracial na África do Sul não estaria, assim, direcionado ao homem *white*.

A construção do nacionalismo africâner e suas relações com o gênero ganham, assim, dimensões mais complexas no trabalho de Moutinho. Se a análise da autora tende a corroborar a ideia geral de McClintock de que o *Afrikanerdom* se baseou em grande parte na mobilização em torno da proteção da mulher africâner, e com o argumento de Stoler de que os projetos de controle da vida íntima tinham como objetivo atingir principalmente os homens *native* e as mulheres *European*, Moutinho também nota que, na prática, o nacionalismo africâner acabou por também engendrar um controle sexual do homem *white*. Nesse sentido, se McClintock e Moutinho ressaltam como a mobilização em torno dos ideais de separação racial no nacionalismo africâner foram construídos a partir de uma lógica eminentemente masculina, a última atenta para como a construção do regime de segregação terminou por incluir uma estrita vigilância sob o comportamento moral e sexual do homem *white* – consagrando a sexualidade com sua esposa, também *white*, como aquela que o tornaria um verdadeiro membro do *volk* e, portanto, colocando-o, pelo menos na questão da sexualidade, também no espaço doméstico, que McClintock consagra como o ambiente onde a sexualidade da mulher *white* africâner foi confinado pelo conservadorismo do *Afrikanerdom*.

Um outro ponto interessante a se levantar é que se a homossexualidade masculina está ausente nesse trabalho de Moutinho, ela aparece em outro lugar em reflexões que a autora faz a respeito do controle sexual no *apartheid*. Nessa análise, a regulação da homossexualidade durante o *apartheid* aparece diretamente implicada na construção da nação:

Uma nação também se constrói na cama, sem dúvida. O sujeito que emerge de um encontro sexual pode, simbolicamente, corporificar, denunciar ou mesmo provocar as fronteiras da nacionalidade. Nesse sentido, ao contrário do que aconteceu no Brasil, a mestiçagem, no caso da África do Sul [...], funcionou como um entroncamento que

articulou negativamente, do ponto de vista da nação, raça e sexualidade. Mas se observarmos a legislação que criminalizou a homossexualidade na mesma África do Sul, a partir da década de 1960, notamos que, também nesse caso, as fronteiras raciais e sexuais estavam definindo e tensionando os limites simbólicos da nação. [...] [D]o mesmo modo que o casal homem negro/mulher branca foi fundamental para mobilizar os medos acerca da miscigenação na instalação do *apartheid* em 1948, nesse caso, os africanos – com menor poder aquisitivo, segundo a perspectiva africano, em relação aos ingleses e judeus –, passaram a acusar estes últimos de assediar (emocional e financeiramente) seus jovens, trazendo-os para a homossexualidade[...] (MOUTINHO; CARRARA, 2010, p. 12-13)

Assim, apesar da preocupação do regime do *apartheid* com a dimensão procriadora do sexo e os seus possíveis resultados para a manutenção da segregação, da pureza racial e da supremacia *white*, a homossexualidade aparece como uma preocupação diretamente vinculada ao problema da nação, e não como uma dimensão da vida privada. Frente a isso, a autora convida à seguinte reflexão:

Se o foco da ação do Estado era a reprodução visando à manutenção da pureza africano (como indicam as *Mixed Marriage Act* e a *Immorality Act*), como os relacionamentos afetivo-sexuais ‘inter-raciais’ entre homossexuais foram [...] percebidos e vividos? Em especial em um Estado como o do *apartheid*, no qual a regulação e a repressão à sexualidade articuladas à ‘raça’ eram centrais para a organização do regime. (MOUTINHO, 2004d, p. 359).

A partir das indagações de Moutinho, proponho no capítulo uma exploração inicial de como o *apartheid* lidou com a homossexualidade entre homens *whites*. Se McClintock e Moutinho se concentraram na gestão da sexualidade nos primórdios do regime de segregação, proponho explorar a questão da homossexualidade entre as décadas de 1960 e 1980 na África do Sul, quando o *apartheid*, já consolidado, começa a dar os primeiros sinais de ruir e a política interna do país passa a ser sacudida por crises políticas, sociais

e econômicas. Para analisar a relação do Estado com a homossexualidade, reflito sobre dois momentos históricos. O primeiro deles é a emergência, nos anos 1980, do End Conscription Campaign (ECC), movimento que se opunha à conscrição militar obrigatória de homens *whites* no exército, e a forma como o governo difamou o movimento a partir de uma retórica de gênero, raça e sexualidade; em seguida, analiso a tentativa de criminalização da homossexualidade masculina no final dos anos 1960 e o que isso revela sobre a relação do Estado com a homossexualidade. Por fim, analiso as eleições parlamentares de 1987 na África do Sul – a última em que somente *whites* podiam votar – e o esforço do candidato no *National Party* no distrito de Hillbrow, Johannesburg – o espaço que detinha uma das maiores concentrações de bares e outros espaços gays no país – em angariar votos de homossexuais com analogias que comparavam gays enquanto uma minoria e *whites* em um país formado majoritariamente por *non-whites*. Essa discussão, além de trazer para a cena a homossexualidade enquanto fator a ser levado em conta na análise dos marcadores sociais da diferença no *apartheid*, também aponta para as diferentes maneiras pelas quais o Estado sul-africano lidou com formas de masculinidade e sexualidade distintas daquelas as quais ele preconizava.

CAPÍTULO 2: *MOFFIES DURANTE O APARTHEID*

Qual era o lugar da homossexualidade masculina *white* na cosmologia conservadora do apartheid? Se o regime se tornou mundialmente conhecido pela sua legislação racista, o controle moral e legal do gênero e da sexualidade era também central para o seu funcionamento. Durante o *apartheid*, pornografia, prostituição, aborto e educação sexual eram frequentemente alvo de cruzadas morais apoiadas por políticos. A homossexualidade também. Os alinhamentos morais do apartheid gravitavam em torno de uma masculinidade *white* viril e heterossexual; contudo, nos anos finais do regime, é possível perceber algumas mudanças no tom do regime para com a homossexualidade, com algumas concessões linguísticas, simbólicas e políticas advindo de políticos do NP e de instituições como a SADF. Este processo coincidiu com demandas crescentes de grupos de direitos homossexuais, bem como com a mudança das percepções da sociedade sobre a homossexualidade. No entanto, argumento aqui que para além de responder às exigências de movimentos sociais e de se adaptar às mudanças de valores morais, a modificação no discurso do regime também significou um esforço para sustentar o *apartheid* em um momento de crise, procurando incrementar o tamanho da população *white* que apoiava o NP e sua política.

No capítulo anterior, produzi um enquadramento analítico para pensar o controle do comportamento sexual masculino como razão de Estado em movimentos de *nation-building*. Nesse capítulo, aplico esse raciocínio para pensar a cambiante atitude do regime do apartheid para com a homossexualidade ao longo das décadas. Forneço um resumo de marcos legislativos importantes na história da homossexualidade na África do Sul, concentrando-me principalmente na homossexualidade masculina *white*. Em seguida, discuto a tentativa de criminalização da homossexualidade no final dos anos 1960, assim como a campanha de difamação do governo contra o *End Conscription Campaign*, movimento *white* contra o serviço militar obrigatório, que tinha um caráter homofóbico. No final, cotejo esses momentos com as eleições distritais de 1987 em Hillbrow, Johannesburgo, em que um candidato do conservador e pró-apartheid *National Party* lançou uma campanha apoiando os “direitos gays”. Concluo apontando o caráter flexível da moral heterossexual da ideologia do *apartheid*.

White peril

A segregação racial era o objetivo central do *Afrikanerdom*, ou nacionalismo africânder, um movimento nacionalista inspirado por uma ideologia calvinista socialmente conservadora. O *Afrikanerdom* afirmava que os africâneres compartilhavam semelhanças raciais (*whiteness*), linguísticas (o idioma africâner) e religiosas (pertencimento à *Nederduitse Gereformeerde Kerk*, ou Igreja Reformada Holandesa (NGK)) que os tornavam um *volk* com contornos próprios (TEPPO, 2021). A causa nacionalista ganhou proeminência em círculos africâneres no final do século XIX, quando as Guerras Anglo-Bôeres resultaram na anexação das duas repúblicas africâneres independentes ao domínio colonial britânico na África Austral. Amargurados com a violência que lhes foi infligida durante o conflito, os africâneres também se ressentiam do seu status enquanto *poor whites* frente aos ingleses no que veio a se tornar a União Sul-Africana⁶⁶. De fato, a pobreza *white*, que afligia principalmente os africâneres, tornou-se um tópico central de debates no governo na era pré-*apartheid*, a tal ponto que na década de 1930 foi estabelecida a base de um avançado Estado de bem-estar social que visava melhorar a vida dos sul-africanos *whites* e, ao mesmo tempo, assegurar a diferenciação social que concedia preeminência à *whiteness* e sustentava um discurso racista de inferioridade *black* (TEPPO, 2004; SEEKINGS, 2006; PINTO DE ALMEIDA, 2015).

O *Afrikanerdom* ganhou ainda mais apoio de um grande número de africâneres a partir da década de 1940, quando o crescimento econômico na África do Sul atraiu muitos *blacks* para as cidades, aumentando o receio de trabalhadores *whites* de que eles poderiam perder os seus empregos para uma mão-de-obra mais barata, temor que havia provocado uma grande greve de mineradores *whites* ainda em 1922 na chamada *Rand Revolt*⁶⁷. Para além

⁶⁶ A União Sul-Africana foi um domínio do Império Britânico entre 1910 e 1961, criada a partir da junção entre as duas repúblicas bôeres (Estado Livre de Orange e Transvaal) e de colônias britânicas (Província do Cabo e Natal) que existiam no sul da África Austral.

⁶⁷ A *Rand Revolt* foi uma greve de mineradores *whites* ocorrida no Transvaal em 1922 contra a diminuição de seus salários e contra a contratação de trabalhadores *blacks* por parte das mineradoras. A greve foi apoiada pelo Partido Comunista da África do Sul e por sindicalistas, que, contudo, criticaram a violência racial contra pessoas *blacks* que caracterizou parte dos eventos ocorridos durante a rebelião (cf. KRIKLER, 2006).

da questão da competição por trabalho, o crescimento urbano rápido e descontrolado resultou no aumento do desemprego, da criminalidade e dos problemas de saúde pública. Ao mesmo tempo, apesar da ajuda estatal, os africâneres ainda estavam economicamente em desvantagem em relação aos *whites* falantes de língua inglesa. Para combater estes problemas, a propaganda nacionalista africânder nos anos 30 e 40 se utilizou de uma poderosa estratégia de angariamento de apoio político baseado em uma linguagem de gênero. Evocando o sentimento de muitos homens africâneres, líderes do movimento nacionalista passaram a utilizar a figura da mulher africâner como catalizadora dos porquês o *Afrikanerdom* deveria ser apoiado. Apesar das mulheres africâneres terem tido um papel importante na construção do *Afrikanerdom* (cf. KRUGER, 1991; VINCENT, 2000; DU TOIT, 2003), elas eram evocadas na propaganda nacionalista através da figura do *volksmoeder* (lit. mãe do *volk*), e a domesticidade feminina era tida como o elemento principal do apoio das mulheres à causa Afrikaner (GAISTKELL e UNTERHALTER, 1989; MCCLINTOCK, 1991).

Conforme apontado no capítulo anterior, a propaganda nacionalista dizia que as mulheres africânderes estavam à mercê de homens ingleses e também *blacks*. Os primeiros eram retratados como colonizadores covardes que queriam destruir a independência africâner e lhes deixar em uma situação econômica deplorável. Isso teria sido alcançado na Segunda Guerra Anglo-Bôer, quando os ingleses empregaram métodos bárbaros como a internação de crianças e mulheres em campos de concentração, onde muitas vidas foram perdidas, desmoralizando os bravos guerreiros africâneres – essa era a visão do *Afrikanerdom*. Para honrar as *volksmoeders* que pereceram nas mãos dos imperialistas, os africâneres tiveram que se unir como um grupo e defender seus interesses (cf. McClintock, 1991, 1995). Por sua vez, os homens *blacks* foram representados como possuidores de um desejo sexual incontrolável pelas mulheres *whites*, as quais estariam à mercê desses homens portadores de uma sexualidade animalesca nas cidades racialmente misturadas. Para evitar que as mulheres brancas fossem vítimas do *swart gevaar* ("perigo negro") (e para evitar uma descendência misturada racialmente que colocaria em risco as fronteiras raciais), os nacionalistas africânderes fizeram campanha pelas restrições das relações sexuais e, mais tarde, das relações inter-raciais conjugais (Du Pisani, 2004; Moutinho, 2004c).

No entanto, ainda conforme argumentos do capítulo anterior, os homens *whites* eram as verdadeiras ameaças à "pureza racial" africâner e à manutenção das fronteiras e privilégios

raciais, com o número de casamentos e relações inter-raciais entre homens *whites* e mulheres *non-whites* excedendo em valores astronômicos o número de casamentos e de sexo inter-racial entre homens *non-whites* e mulheres *whites*. Se o acesso ao poder e ao privilégio concedido aos homens *whites* exigia que o sistema de segregação e diferenciação racial estivesse intacto, e, para tanto, as relações entre homens *whites* com mulheres *non-whites* tinham de ser evitadas, porque o regime do *apartheid* se interessou pelos encontros sexuais dos homens *whites* com outros homens?

Para entender porque o *apartheid* se interessou pelas relações homossexuais entre homens *whites*, creio que é necessário contextualizar as tentativas do governo em governar a vida íntima dos *whites* como forma de diminuir os riscos à *baaskaap*. As políticas raciais do regime resultaram em mais do que privilégios para os sul-africanos *whites*. Com a promulgação do *Population Registration Act* em 1950, legislação que tornou obrigatória a classificação racial de todos os sul-africanos como *blacks*, *coloureds* or *whites* (e mais tarde também *indians*), Posel argumenta que “pela primeira vez, também os *whites* deveriam se sujeitar a uma detalhada demanda por informação, sendo obrigados a carregar documentos de identidade oficiais ligados a bancos de dados biográficos integrados e cruzados” (ibid., p. 100 [tradução minha])⁶⁸. Mas a raça não era o único aspecto vigiado de perto pelo Estado. O *apartheid* governou intensamente a vida íntima (Stoler, 2002) de sua população como parte intrínseca do funcionamento do regime. O movimento também tinha um credo moral conservador arraigado permeado por ideais de gênero e sexualidade que foram defendidos pelo regime do *apartheid* (FALKOF, 2018), fornecendo a fundamentação para leis que proibiam o casamento inter-racial e o sexo, a prostituição, o aborto e a pornografia (MOUTINHO, 2004a; STEMMET, 2005; KLAUSEN, 2015; VAN DER WESTHUIZEN, 2017).

Neste sentido, se os homens brancos eram os mais beneficiados com o *apartheid*, existiam regras estritas a serem seguidas se quisessem ser concedidos privilégios. A *Afrikaner-Broederbond* (AB) é a epítome destas regras. A AB foi uma das mais importantes organizações na promoção da causa do *Afrikanerdom*, sendo altamente influente na política

⁶⁸ Versão original: “a high-modernist fantasy, a hankering for totalizing order, positioning the eye of the state at the pinnacle of an orderly bureaucracy, with a panoramic view of the racial landscape and everything constructed upon it”.

sul-africana durante todo o *apartheid* – de fato, todos os chefes de governo de 1948 a 1993 sendo membros do grupo. Parte dos intelectuais da AB, além disso, inseriam-se na tradição do *volkekunde*, uma linha de pensamento antropológico dominante na antropologia africâner do século XX que enfatizava diferenças culturais (e em alguns casos raciais) entre grupos que habitavam a África do Sul. A *volkekunde* foi durante décadas a linha de pensamento hegemônica na antropologia produzida em instituições como a Stellenbosch University (durante muitos anos uma universidade exclusivamente africâner), em franca oposição à tradição inglesa e liberal da antropologia sul-africana produzida em lugares como a University of Cape Town, e serviu de verniz intelectual às políticas racistas do *apartheid* (cf. BOOYENS, 1989; COERTZE, 1991; MARAIS, 1992; SHARP, 2007; BANK, 2015a, 2015b; VAN DER WAAL, 2015; GORDON, 2017; GRUNDLINGH, 2021) Pertencer à AB era um privilégio restrito a homens financeiramente independentes, *whites*, falantes de africânder, maiores de 25 anos, e portadores de um “[...] caráter irrepreensível e [...] compromisso com sua pátria, língua e cultura” (Du Pisani, 2004, p. 159 [tradução minha])⁶⁹. Além desses, outros padrões morais e implícitos eram esperados dos membros, tais como conservadorismo político e heterossexualidade, valores que “[...] representavam o ‘ideal masculino’ do nacionalismo africânder” (ibid., p. 159 [tradução minha])⁷⁰.

Homossexualidade masculina white durante o apartheid

Em Afrikaans, uma das palavras mais depreciativas para se referir a um homem homossexual é “moffie”. Em sua edição de 1979, o *Handwoordeboek van die Afrikaanse Taal* (Dicionário de Mão da Língua Africâner) define o termo da seguinte forma:

moffie², s.nw. (-s) 1. Homem afeminado [verwyfde mansmens]. 2. Homossexualista [homoseksualis]. 3. Hermafrodita, travesti [Hermafrodiet, trassie] [tradução minha].

⁶⁹ Versão original: “[...] irreproachable character and [...] commitment to their fatherland, language, and culture”.

⁷⁰ Versão original: “represented the Afrikaner nationalist 'manly ideal’”.

Semanticamente analisando os termos "verwyfde mansmens" ("homem efeminado") e "homoseksualis" ("homossexualista"), Pieterse (2013, p. 628) escreve:

A raiz *wyf designa fêmeas do reino animal [...] ou mulheres de má reputação [...]. As adições do prefixo *ver- e sufixo *-de transformam *wyf em um adjetivo, significando alguém que se tornou, ou veio a se tornar, uma 'wyf'. A adição do sufixo *-is a "homoseksualis" é significativa, pois compara os homossexuais com outros *-is percebidos como ameaçadores dos pilares do Afrikanerdom, mais notadamente 'kommuniste' (comunistas) e 'liberaliste' (liberais).⁷¹

Como a passagem acima sugere, os homens homossexuais estavam em desacordo com os ideais do *Afrikanerdom*, e isto pode ser visto nas tentativas do Estado de restringir a homossexualidade através de leis. A proibição da sodomia já fazia parte da *common law* sul-africana herdada do direito romano-holândes desde o século XIX (SANTOS, 2013), mas não era normalmente empregada nos tribunais. Tratando de queixas sobre as dificuldades de punir legalmente o comportamento homossexual, em 1957 o governo emendou a Immorality Act para possibilitar a perseguição de pessoas envolvidas em comportamento público "imoral" (GEVISSER, 1995).

Antes dos anos 1960, as discussões públicas sobre homossexualidade eram raras e o tema era tratado em grande parte como tabu, mas isto mudou com a crescente visibilidade de espaços gays em metrópoles sul-africanas e escândalos como uma batida policial em uma festa em que homens praticavam sexo entre si em um subúrbio rico de Johannesburg em 1966 (GEVISSER, *ibid.*, DU PISANI, 2012; PIETERSE, 2013). O

⁷¹ Versão original: "The root *wyf signifies female members of the animal kingdom [...] or women of ill repute [...]. The additions of the prefix *ver- and suffix *-de turn *wyf into an adjective, signifying someone who has become, or has come to act like, a 'wyf'. The addition of the suffix *-is to 'homoseksual' is significant in that it equates homosexuals with other *-ists perceived to threaten the pillars of Afrikanerdom, most notably 'kommuniste' (communists) and 'liberaliste' (liberals)".

crescimento da visibilidade da homossexualidade levou algumas associações religiosas e cívicas a expressarem suas preocupações com a "corrupção" de jovens brancos por homossexuais, e a polícia intensificou batidas em bares e espaços sociais gays. O governo, preocupado com o que via como o “crescimento da homossexualidade no país” – que era imputado principalmente a homens ricos, ingleses e judeus, que estariam “corrompendo” a juventude *white* sul-africana (MOUTINHO, 2004d) – decidiu aumentar o cerco contra os homossexuais:

Argumentando que a homossexualidade era uma "desordem" mental que poderia se espalhar para inocentes homens e mulheres heterossexuais *whites*, muitos policiais e funcionários do governo desejavam proibir todas as atividades homossexuais através de leis. Eles argumentavam que as leis contra a sodomia, que de qualquer forma eram raramente eram aplicadas, não lhes permitiam investigar atos sexuais privados ou atos que não resultassem na penetração sexual de um pênis. Estes atos incluíam o uso de brinquedos sexuais, lesbianismo, beijo, dança, dar as mãos em público e qualquer outra atividade sexual vista como abominável. Assim, pediam que a legislação fosse revista para que os indivíduos que participassem de qualquer ato homossexual pudessem ser condenados. (JONES, 2008, p. 403, tradução minha)⁷².

A fim de estudar as possibilidades de criminalização da homossexualidade, em 1968 o governo criou um comitê, subordinado ao Departamento de Justiça, que oferecesse soluções para o problema. A grande preocupação do governo, contudo, não era a

⁷² Versão original: “Professing to believe that homosexuality was a mental “disorder” that could spread to innocent white heterosexual men and women, many police and government officials wished to prohibit all homosexual activities through regulation. They argued that sodomy laws, which in any event were rarely enforced, failed to allow them to investigate private sexual acts or acts that did not result in sexual penetration of a penis. These acts included the use of sexual devices, lesbianism, kissing, dancing, holding hands in public and any other sexual activity seen as abhorrent. They therefore asked that legislation be revised so that individuals who partook in any homosexual act could be convicted.”

homossexualidade em si, mas sim a homossexualidade entre homens *whites*. A preocupação do governo com o comportamento dos homens *whites*, que se refletia no grande investimento feito em leitos psiquiátricos para esses sujeitos (JONES, 2008, 2012), também esteve presente na comissão. A homossexualidade entre homens *blacks* e *coloureds*, por exemplo, só foi mencionada quando da discussão do sexo homossexual interracial, e pouco se discutiu sobre a homossexualidade entre mulheres.

A tentativa de criminalização da homossexualidade foi criticada pela *Society of Psychiatrists and Neurosurgeons of South Africa* (SPNSA), que se posicionou contrariamente à decisão de criminalizar um “problema” – visto predominantemente enquanto algo que afetava a população *white* – que era, segundo a organização, passível de tratamento:

Quando perguntados sobre quais seriam as alternativas à prisão, a SPNSA argumentou que a homossexualidade poderia ser evitada "através de um sistema de educação pública [que] ajudaria as pessoas a educar seus filhos com atitudes sadias em relação ao comportamento sexual". Isto, eles sugeriram, seria "muito melhor do que qualquer legislação contra a imoralidade". Mas eles foram menos claros sobre se poderiam ou não 'curar' a homossexualidade. A SPNSA rejeitou oficialmente a validade das terapias de aversão e hormônios. No entanto, eles também admitiram que alguns de seus membros acreditavam que poderiam efetivamente curar indivíduos da homossexualidade através de tais terapias. A SPNSA argumentou que era mais importante oferecer alguma assistência psicológica aos homossexuais para capacitá-los a "adaptar" ou "conter" seus impulsos sexuais e, se suficientemente jovens, ajudá-los a viver vidas heterossexuais "normais". (JONES, 2008, p. 409, tradução minha)⁷³

⁷³ Versão original: “When asked about alternatives to imprisonment, the SPNSA argued that practitioners could essentially prevent homosexuality “through a system of public education [that would] help people to bring up their children with sound attitudes towards sexual behavior”. This, they suggested, would be “far better than any immorality legislation”. But they were less clear about

intervenção da psiquiatria terminou por surtir efeito. O governo terminou por abandonar seus planos de criminalização mais radical da homossexualidade, mas ainda assim decidiu restringir a sua legalidade: em 1969, foi proibida a consumação de atos sexuais entre dois homens na presença de terceiros e a idade de consentimento para relacionamentos homossexuais passou de 16 para 19 anos. De resto, “atividades homossexuais privadas entre adultos consentidos permaneceram sob o domínio dos psiquiatras” (JONES, *ibid.*, p. 410 [tradução minha])⁷⁴.

O comitê de 1968 teve algumas consequências não intencionais. Du Pisani (2012) argumenta que as discussões terminaram por colocar a homossexualidade no centro das atenções e provocou discussões em meios de comunicação que revelaram opiniões mistas dos africâneres sobre o assunto, com algumas cartas escritas para revistas de grande circulação argumentando que a homossexualidade deveria ser aceita pela sociedade. Neste sentido, “[os debates] ao mesmo tempo contribuíram para a liberalização gradual do pensamento africâner que eventualmente levaria a grandes mudanças políticas e culturais no país” (DU PISANI, *ibid.*, p. 220)⁷⁵. A comissão também fez com que os sul-africanos homens, homossexuais, *whites* e de classe média se organizassem pela primeira vez como um grupo de interesse em torno de um tema particular, fornecendo a base para os movimentos gays e lésbicas que ganharam preeminência nos anos 80 (LUIRINK, 2000; MATEBENI, 2017.).

Se nos anos 1960 os debates públicos sobre homossexualidade revelaram uma série de opiniões entre os africâneres em relação à homossexualidade, sinalizando uma mudança no

whether or not they could 'cure' homosexuality. The SPNSA officially rejected the validity of aversion and hormone therapies. Yet they also admitted that some of their members believed they could effectively cure individuals of homosexuality through such therapies. The SPNSA argued that it was more important to offer some psychological assistance to homosexuals to enable them to 'adapt' or 'contain' their sexual impulses, and if young enough, help them live “normal” heterosexual lives.”

⁷⁴ Versão original: “private homosexual activities between consenting adults remained the domain of psychiatrists”.

⁷⁵ Versão original: “[the debates] at the same time contributed to the gradual liberalisation of Afrikaner thinking that would eventually lead to major political and cultural changes in the country”.

sentido de maior aceitação social, nos anos 1980, início da crise de HIV/AIDS que assolou a África do Sul (cf. FASSIN, 2007), os gays foram alvo de uma campanha de pânico moral que os associou a satanistas e pedófilos (FALKOF, 2018). Estas campanhas contra os homossexuais eram comuns durante o apartheid (BOTHÁ, CAMERON, 2002), e algumas delas eram dirigidas a indivíduos, sendo o mais famoso o caso do Dr. Ivan Toms, um ativista anti-*apartheid* abertamente gay que foi preso por 18 meses após se recusar a prosseguir com seu serviço militar obrigatório. De 1967 a 1993, o alistamento foi obrigatório para todos os homens *whites* a partir dos 17 anos de idade, que tinham que suportar um treinamento militar de linha dura na South African Defence Force (SADF). O trabalho militante de Toms no *End Conscription Campaign* (Campanha pelo fim do alistamento militar, ou ECC) - um grupo *white* anti-*apartheid* e antimilitarista - foi recebido com a fúria de políticos e membros do exército. Toms e muitos outros no ECC foram alvos frequentes de discursos de ódio público que tinham tons homofóbicos evidentes, questionando a sexualidade e masculinidade dos membros (cf. CONWAY, 2004, 2012). Para entender a dimensão do desafio que a ECC representou ao *apartheid*, é necessário compreender a importância da SADF para a África do Sul e a militarização da sociedade durante o regime de segregação.

Um exército white na África subsaariana e a militarização da sociedade sul-africana

A *South African Defence Force* tinha um papel fundamental na manutenção do regime de segregação, reprimindo revoltas internas contra o *apartheid* e atuando nos conflitos nos quais a África do Sul se envolveu durante a chamada *South African Border War* (1966-1990)⁷⁶. As forças armadas sul-africanas eram as mais poderosas da África

⁷⁶ A *South African Border War* também é conhecida como *Namibian War of Independence* e *Angolan Bush War*. Ela está relacionada com o movimento de guerrilha iniciado pela *South West African People's Organization* (SWAPO) contra o domínio sul-africano na *Southern West Africa* e pela independência do país. O conflito entre a SWAPO e a África do Sul começou em 1966 e durou até 1990, tendo se dado especialmente no território da SWA e se espalhado por Angola e Zâmbia. Além da ameaça que a SWAPO representava aos interesses sul-africanos na SWA, o conflito se insere na dinâmica mais ampla da Guerra Fria, tendo URSS e EUA financiando grupos armados na região que melhor atendiam a seus interesses geopolíticos.

subsaariana e recebiam vultosos investimentos do Estado – consumindo 5,1% do PIB em 1978, por exemplo –, e sua influência na política nacional foi se tornando cada vez mais forte entre os anos 1960 e 1980. Ela foi especialmente relevante durante o mandato de P. W. Botha (1978-1989), quando o exército, através do State Security Council, aconselhava o governo sobre a política nacional e a segurança do país (THOMPSON, 2014 (1990), p. 200, 223-224). A influência da SADF nos órgãos de governo levou a uma militarização da política, e o exército se tornou uma das forças mais importantes em um contexto no qual a *South African Border War* e a crescente pressão interna contra às políticas de segregação colocavam as forças armadas no centro das atenções (GRUNDY, 1986). Além de seu papel na salvaguarda do *apartheid*, cabe destacar a composição demográfica da instituição: ainda que a população *white* fosse minoritária na África do Sul, a SADF era majoritariamente composta por homens *whites*. Apesar de uma abertura maior para membros de outras raças a partir dos anos 1970, a composição das forças armadas continuou a ter uma maioria de homens *whites* em seus rankings durante o *apartheid*, e um número ínfimo de *blacks*, *coloureds* e *indians* – além de mulheres – em posições de combate ou de alta hierarquia⁷⁷.

⁷⁷ Desde os anos da Union Defence Force (1912-1957), o exército sul-africano era uma instituição composta majoritariamente por homens *whites* (ANDOR, 1999) e, apesar de homens e mulheres *africans*, *coloureds*, *indians*, além de mulheres *whites*, poderem se voluntariar para servir a instituição, esses sujeitos geralmente ocupavam postos administrativos ou de menor hierarquia, em raras ocasiões chegando a cargos de combate ou chefia (NÖTHLING, STEYN, 1986; HEINECKEN, 2009). Durante a participação sul-africana na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, um grande número de *africans*, *coloureds* e *asians* foram alocados pelo exército no esforço de guerra – mas somente uma minoria em posição de combate (NÖTHLING, STEYN, 1986, op. cit.) O perfil demográfico do exército começou a mudar somente após o fim do *apartheid*, quando as forças armadas sul-africanas, rebatizadas com o nome de South African National Defence Force, absorveram as guerrilhas *blacks* que organizavam a resistência armada ao *apartheid* e implementaram uma série de políticas afirmativas a fim de atingir uma maior representatividade em termos de gênero, raça e etnia, além de criar medidas visando coibir as discriminações no exército, inclusive por orientação sexual, em linha com a constituição sul-africana promulgada em 1996 (HEINECKEN, *ibid.*). Contudo, não obstante o perfil de um exército composto majoritariamente por *whites* durante o *apartheid*, cabe dizer que durante a *South African Border War* a SADF utilizou um grande número de infantarias compostas por homens *blacks* oriundos da SWA e de Angola. A

A ligação da população *white* com a SADF já era considerável ao se levar em conta que o exército, ao reprimir os movimentos contrários ao *apartheid*, efetivamente garantia a continuidade de um sistema que privilegiava essa parcela minoritária da população como um todo⁷⁸, mas essa relação se tornou ainda mais próxima quando o exército implementou um sistema de serviço militar obrigatório para homens *whites* nos anos 1960. Já em 1957 o Defence Act, n. 44 previa em sua seção 3(1)(b) que “Todo cidadão entre 17 e 65 anos [...] será responsável por prestar serviço na Força de Defesa Sul-Africana”⁷⁹; contudo, com exceção de períodos de guerra, a participação no exército da África do Sul era voluntária. Isso mudou em 1961, quando o governo introduziu uma lei que criava um sistema de conscrição por sorteio (*ballot system of conscription*) para homens *whites*.

Já em 1967, cerca de um ano depois do início da South African Border War, o país implementou uma política de serviço militar obrigatório para todos os jovens *whites* de sexo masculino. Inicialmente, esse sistema previa que os homens *whites* deveriam se inscrever para servir o exército a partir de 16 anos, e que homens *whites* entre 17 e 65 anos deveriam reservar 9 meses para realização de treinamento na instituição. O tempo previsto de duração do serviço militar cresceu ao longo do tempo, chegando a um período de treinamento inicial de 24 meses e mais 30 dias de serviço militar anuais por alguns anos a partir de 1977. Além do crescimento progressivo do tempo de serviço, as possibilidades de atrasar o início do período no exército por meio do ingresso na universidade, ou obter a dispensa total por meio da objeção de consciência (que só era válida por motivos religiosos, não por razões filosóficas, éticas ou morais), se tornaram

utilização dessas infantarias, que eram comandadas por homens *whites*, ajudou a minimizar a morte de recrutas *whites* durante o conflito e, assim, evitar críticas do público sul-africano *white* em relação à guerra. Para mais informações sobre *africans* na SADF, ver GRUNDY, 1983; para mais informações sobre o recrutamento de *africans* da SWA durante a guerra, ver BOLLIGER, 2017.

⁷⁸ THOMPSON (2001, p. 200) escreve que o padrão de vida dos *whites* na África do Sul do *apartheid* era tão prospero quanto os das classes médias e altas da América do Norte e da Europa: “Characteristically, they owned cars and lived in substantial houses or apartments in segregated suburbs, with black servants. The state provided them with excellent public services: schools and hospitals; parks and playing fields; buses and trains; roads, water, electricity, telephones, drainage, and sewerage.”

⁷⁹ Versão original: “[E]very citizen between his 17th and 65th year, both included, shall be liable to render service in the South African Defence Force”.

mais difíceis com o passar dos anos, o que empurrava muitos jovens *whites* para a emigração como forma de escapar das forças armadas (COCK, 1989). As punições para quem não servisse o exército também se tornaram mais rígidas ao longo do tempo, podendo implicar em um tempo de prisão de 1 ano e meio a 6 anos. Em 1989, comparando a SADF a outros países que também tinham serviço military obrigatório, Cock concluía que “[...] a duração do serviço militar exigido dos recrutas está entre os mais longos dos 76 países do mundo que têm serviço militar obrigatório [...] [e] as penas por objeção estão entre as mais severas” (COCK, *ibid.*, p. 1 [tradução minha])⁸⁰.

O influente papel da SADF na política e a conscrição obrigatória de homens *whites* são indícios da militarização da sociedade sul-africana – processo que não ocorreu somente dentre o setor *white*: Cock aponta como os conflitos engendrados durante o *apartheid* construíram uma “sociedade em guerra”, na qual a SADF e o African National Congress (ANC) e seu braço armado, uMkhonto we Sizwe (MK)⁸¹, representavam os principais protagonistas (COCK, *ibid.*, p. 1, 15). Nessa sociedade em guerra, desde os tempos de escola a militarização fazia parte da socialização dos jovens *whites*. Isso pode ser exemplificado pelo sistema de formação de cadetes: previsto como parte do currículo do sistema educacional sul-africano para meninos *whites* desde 1912, ele sofria com a falta de pessoal qualificado para sua implementação, mas ganhou mais atenção do Estado a partir de 1976, quando foi criado um sistema de formação de cadetes centralizado e sob a direção da SADF. O programa, compulsório para os meninos, tinha por objetivo desenvolver sentimentos de responsabilidade e amor à pátria e à bandeira nacional, incutir a importância da defesa civil entre os jovens e ensiná-los sobre a boa cidadania, uma forma de prepara-los para o serviço militar (COCK, *ibid.*, EVANS, 1989). O clima da formação de cadetes é assim descrito no Cape Education Department's 1986 Cadet Training Manual:

⁸⁰ Versão original: “the length of military service demanded from conscripts is among the longest of the 76 countries in the world which have conscription [...] [and] the penalties for objection are among the harshest”.

⁸¹ O African National Congress foi fundado em 1912 como um movimento contra a opressão de *blacks* na África do Sul e foi, ao longo do século XX, um dos principais grupos na luta contra a segregação racial no país. Em 1961, frente a perspectiva de que a luta por vias pacíficas não estava provocando alterações substanciais no *apartheid*, o grupo criou o uMkhonto we Sizwe, que passou a agir de forma guerrilheira contra o regime.

Na primeira lição, seis alunos são advertidos sobre a "ameaça à coexistência pacífica e à prosperidade na África do Sul". O treinamento de cadete é necessário para "se preparar contra esta ameaça, porque os jovens foram selecionados como o grupo alvo de um ataque revolucionário". É absolutamente necessário que as informações sobre "inimigos reais e potenciais" sejam coletadas por eles e comunicadas ao cadete oficial "o mais rápido possível". Isto é necessário porque o inimigo está desesperado e "pretende derrubar o atual governo e criar um governo de maioria *black*". (COCK, 1989., p. 5 [tradução minha])⁸².

Gênero, sexualidade e militarização: o exército como construtor de masculinidade na nação segregada e a resistência ao serviço militar

Segundo Cock, tanto *whites* como *blacks* sul-africanos consideravam que o país era uma "sociedade em guerra" nas décadas finais do *apartheid*, dado a dimensão e o número de conflitos que sacudiam a África do Sul. Nesse contexto, gênero e sexualidade foram dois marcadores importantes no processo de militarização da sociedade sul-africana. Tanto *blacks* como *whites* se apegaram a um discurso bélico no qual havia pouco espaço para as mulheres enquanto agentes políticos ativos; as mulheres eram tidas principalmente como passíveis de sofrer violência, e os homens eram considerados seus protetores (COCK, 1992a, 1992b, 1993). A correlação entre masculinidade e violência fazia com que, desde cedo, meninos fossem ensinados que "violence is proper and appropriate to manliness" (COCK, 1993, p. 52).

No caso dos homens *whites*, a ligação entre militarismo e masculinidade aparece na ideia do serviço militar enquanto um ritual de amadurecimento. Ainda analisando o Cape Education Department's 1986 Cadet Training Manual, Cock mostra como o documento

⁸² Versão original: "In the first lesson standard six pupils are warned of the 'threat to peaceful co-existence and prosperity in South Africa'. Cadet training is necessary to "prepare themselves against this threat because young people have been selected as the target group for revolutionary attack". It is absolutely necessary that information about "actual and potential enemies" be gathered by them and reported to the cadet officer "as soon as possible". This is necessary because the enemy is desperate and "aims to overthrow the present government and create a black majority government."

dava ênfase ao período no exército como um momento de construção da masculinidade, em que jovens saíam do exército como homens admirados pelas mulheres:

Entre os ganhos oriundos do serviço militar mencionados na seção sobre o "Significado do Serviço Nacional" estão o autoconhecimento, a responsabilidade, a liderança, a perspicácia, a autodestruição, a resistência, a autodisciplina e a autoconfiança. Há também uma ênfase na construção da masculinidade. "O Serviço Nacional pode virtualmente ser considerado como uma escola de iniciação moderna. É sabido que as Forças Armadas transformam garotos em homens. Apesar das lágrimas e ansiedades de seus entes queridos, todos os militares são admirados e aqueles que já completaram o serviço militar desfrutam de um status particular em seu círculo familiar e na sociedade. Como é negada às mulheres essa oportunidade, elas têm especial admiração sobre os homens que fazem parte do serviço militar" (COCK, *ibid.*, p. 6 [tradução minha])⁸³.

O exército aparece, assim, como um espaço em que os homens *whites* sul-africanos podem desenvolver toda a sua masculinidade –masculinidade essa que era implicitamente heterossexual. A relação entre gênero, sexualidade e militarismo também aparece nas tentativas do Estado em desmoralizar e perseguir o End Conscription Campaign (ECC), movimento criado em 1983 com o objetivo de criticar a política de conscrição obrigatória de homens *whites* e a crescente militarização da sociedade sul-africana, processo analisado por CONWAY (2004a, 2004b, 2008a, 2008b, 2012). O ECC, formado por diferentes

⁸³ Versão original: "Among the gains of military service mentioned in the section on the "Meaning of National Service" are self-knowledge, responsibility, leadership, insight, selflessness, endurance, self-discipline, and self-confidence. There is also an emphasis on building masculinity. "National Service may virtually be regarded as a modern initiation school. It is generally considered that the Defence Force makes a man of boys. In between tears and reproaches of loved ones, every national servicemen is nevertheless admired and those who have already completed national service enjoy a particular status in their family circle and in society. As they are denied this opportunity, women especially admire national servicemen." (COCK, *ibid.*, p. 6)".

grupos *whites* anti-*apartheid* e por uma série de organizações religiosas, era “o movimento político anti-*apartheid* mais significativo empreendido por sul-africanos *whites* na década de 1980 e desafiou as normas dominantes de militarização” (CONWAY, 2012, p. 2 [tradução minha])⁸⁴, e significou um importante golpe na tentativa do governo de mostrar uma população *white* unida aos propósitos do regime de segregação.

A ideia do movimento era convencer o público *white* dos malefícios da conscrição obrigatória e do *apartheid*, com o objetivo de criar uma África do Sul sem divisões raciais e sem violência. Essa mensagem, contudo, teve dificuldades em ser espalhada. Além da difusão do militarismo entre os *whites*, que tornava as críticas do movimento em relação à conscrição e ao militarismo pouco palatáveis, o ECC enfrentou uma série de restrições legais impostas pelo Estado. Em 1985, no contexto de prolongadas e generalizadas ações de resistência contra o *apartheid* em *townships*⁸⁵ e atos de sabotagem por parte do uMkhonto we Sizwe, o governo implementou um Estado de Emergência parcial em algumas províncias do país, que em 1986 passou a englobar toda a África do Sul. A medida levou à detenção de milhares de pessoas e reduziu a liberdade de expressão, política e de reunião, e, incluída no seu bojo, estava a previsão de que pessoas que proferissem discursos “subversivos” que criticassem ou prejudicassem o sistema de conscrição militar poderiam receber multas de valores elevados ou enfrentar até 6 anos de encarceramento.

Além dos desafios legais impostos ao movimento, Conway também mostra que o governo e grupos apoiadores do regime do *apartheid* vilipendiaram o movimento com uma linguagem carregada de referências a gênero e sexualidade, que procurava sobretudo questionar a masculinidade dos homens *whites* envolvidos no movimento: “[o] objeto que se recusava a prestar serviço militar era [caracterizado] como] desviante, efeminado, subversivo, impotente, não confiável, desleal e um perigoso para a dominação comunista. O Ministro da Defesa caracterizou os membros do ECC como ‘Filhinhos da Mamãe’” (CONWAY, 2004a, p. 34 [tradução minha])⁸⁶. Da mesma forma, “acusações” de que o

⁸⁴ Versão original: “the most significant anti-apartheid political act undertaken by white South Africans in the 1980s and challenged dominant norms of militarization”.

⁸⁵ O termo *township* implica em diversos significados na língua inglesa, a depender da região. Durante o *apartheid*, o termo se tornou popular ao designar o nome de territórios onde *non-whites* tinham permissão de morar.

⁸⁶ Versão original: “The objector refusing to do military service was [characterized as] deviant, effeminate, subversive, impotent, untrustworthy, disloyal, and a dangerous conduit for communist

ECC era formado por homens homossexuais objetivavam enfraquecer o movimento perante a parcela *white* da sociedade sul-africana:

O ECC foi alvo de uma série de insultos homofóbicos. Uma campanha anônima de cartazes trazia slogans como "O ECC faz por trás" e "O CCE acredita em contos de fadas". O grupo Veterans for Victory [Veteranos pela Vitória, em tradução livre] [...] adaptou a abreviação ECC para 'E-motional, C-owardly, C-hickenhearted' [E-motivo, C-ovarde, M-edroso em tradução livre]! (Conway, *ibid.*, p. 34, tradução minha)⁸⁷

Levando em conta o perfil demográfico da instituição, reforçado pela conscrição obrigatória, é possível analisar o exército enquanto um ponto de parada obrigatório na vida dos homens *whites* sul-africanos entre 1966 e 1994. Dessa perspectiva, mais do que as forças armadas sul-africanas, a SADF aparece também o lócus de um ritual de passagem para a vida adulta, para a plena masculinidade e para a cidadania. Nesse ritual, gênero e sexualidade se acoplam ao militarismo para construir a versão idealizada pelo governo de como deveriam ser os homens *whites* depois de sua passagem pelo serviço militar: leais à pátria, corajosos, independentes... E heterossexuais.

Segundo BELKIN e CANADAY (2010), a SADF mantinha uma política dupla em relação à homossexualidade: considerada como um desvio pelo exército, ela era proibida dentre a força permanente, e aqueles que desejavam fazer uma carreira na instituição tinham de rotineiramente responder questões sobre a sua sexualidade. Contudo, a homossexualidade de um recruta não era motivo de dispensa do serviço militar, pois as forças armadas temiam que jovens *whites* usassem a sexualidade como desculpa para evitar a conscrição, mecanismo do qual a instituição tanto dependia. Como os relatos de

domination. Defence Minister General Malan charged that ECC members were "Mommy's Little Boys [...]"

⁸⁷ Versão original: "[T]he ECC was subject to a barrage of homophobic insults. An anonymous poster campaign carried slogans such as 'ECC Does It From Behind' and 'The ECC Believes in Fairy Tales'. The Veterans for Victory group ran a leaflet campaign with the slogan 'Queer Birds These War Resisters' and adapted the ECC abbreviation to 'E-motional, C-owardly, C-hickenhearted'!"

violência homofóbica na instituição sugerem, essa “aceitação” de recrutas *moffies* não impediu a violência contra homossexuais na instituição. Assim, a princípio, o caráter heterossexual do serviço militar na África do Sul do *apartheid* e a instrumentalização por parte do governo e de seus apoiadores de discursos de gênero e sexualidade para aviltar o ECC parecem apontar para a ideia de o ethos da SADF e do próprio *apartheid* eram infensos à homossexualidade e repousavam sobre a heterossexualidade. O tom heterossexual que o serviço militar assumia ajuda a entender as alegações de violência homofóbica nas forças armadas, com alegações relatadas à Comissão de Verdade e Reconciliação (TRC) na forma de depoimentos de ex-recrutas da SADF indicando que havia uma cultura cotidiana de assédio e violência contra homossexuais, com práticas como a "terapia de choque" na tentativa de reverter a orientação sexual e a cirurgia de mudança involuntária de sexo (Van Zyl et al. 1999, Kaplan 2004, 2016; Reedy, 2013).

Do moffie para o homem white gay

As relações sexuais entre dois homens e, mais amplamente, a figura do *moffie* estava em desacordo com a ideologia heterossexual, conservadora e calvinista do *apartheid* e com o ideal de masculinidade que estava no cerne do *Afrikanerdom*. Preocupados em como proibir ou reverter a homossexualidade masculina *white*, como mostram as discussões no Ministério da Justiça em 1968, e em como difundir uma masculinidade guerreira, viril e implicitamente heterossexual através do serviço militar no país, a África do Sul segregada mostra como a tríade raça-gênero-sexualidade era parte fundamental do funcionamento da máquina do *apartheid*, exigindo transformações mesmo àqueles que estavam nas posições mais privilegiadas do regime, isto é, homens *white*. No entanto, isto não deve nos levar a pensar que a homossexualidade e o *apartheid* foram sempre totalmente imiscíveis.

Por um lado, as tentativas do governo em sujar a reputação do ECC nos anos 1980 por meio de uma linguagem que duvidava da masculinidade dos membros e que sugeria que eles eram homossexuais, além das tentativas de criminalização da homossexualidade nos anos 1960, mostram que o Estado procurou fazer com que os homens *whites* se adequassem a um padrão heterossexual. É possível argumentar, nesse sentido, que “[a] homossexualidade entre os homens *whites* da África do Sul desafiava as definições raciais

estatais... [...] [O] privilégio racial/sexual é minado quando o corpo masculino white se torna um locus de desejo” (ELDER, 1998 apud CONWAY, 2009, [tradução minha])⁸⁸.

Por outro lado, o governo parece ter se adaptado em relação à sua política para com a homossexualidade ao longo do tempo. Assim, além dos que conta JONES (2008, 2012) a respeito de como a opinião da psiquiatria suavizou a tentativa do governo em criminalizar a homossexualidade, CONWAY (2009) também mostra que, nos anos finais do *apartheid*, o National Party passou a adotar uma instância ambígua em relação à homossexualidade.

Em meados dos anos 1980, o NP testemunhou uma estranha transformação em um partido que encarnava a moral conservadora do *apartheid*. Em 1985, a Immorality Act tinha sido novamente emendada, e alguns dos membros do NP propuseram punições mais severas para a homossexualidade - o que acabou não acontecendo, embora o governo se recusasse a remover as restrições à homossexualidade da lei. Ao mesmo tempo, alguns membros do partido começaram a mostrar apoio a algumas das exigências do movimento gay. Por exemplo, o candidato da NP ao distrito de Hillbrow nas eleições legislativas de 1987 – as últimas eleições em que só *whites* puderam votar –, Leon de Beer, se definiu como a favor dos "direitos gays". Nos anos 1970, Hillbrow era uma área de Johannesburg somente para *whites*, mas com o tempo se tornou uma área cosmopolita e multirracial, onde muitos gays e lésbicas passaram a viver.

De acordo com Conway (ibid., p. 851), nos anos 80 "[...] o NP [...] havia iniciado um processo de ‘absorção’ de identidades numa tentativa de ‘rejuvenescer’ seu eleitorado em desintegração [...], [um processo que era] parte de uma preocupação mais ampla sobre a fragmentação política da comunidade *white* e suas consequências para o regime do *apartheid*" [tradução minha]⁸⁹. Em consonância com isso, De Beer se apresentou como um defensor dos direitos dos gays porque eles, como os *whites* no final dos anos 1980 na África do Sul, eram uma “minoridade ameaçada”. Sua campanha acabou atraindo o apoio da *Exit*, uma revista gay publicada em Hillbrow, que deu críticas ao opositor de De Beer, Alf Widman, do

⁸⁸ Versão original: “homosexuality between South Africa's white men challenged State definitions of race... Within the South African case racial/sexual privilege is undermined when the white male body becomes a locus of desire”.

⁸⁹ Versão original: “[...] the NP [...] had embarked on a process of ‘plundering’ identities in an attempt to ‘rejuvenate’ its disintegrating constituency [...], [a process that was] part of a wider concern about the political fragmentation of the white community and its consequences for minority rule”.

Progressive Federal Party – uma força política *antiapartheid* –, por responder que a homossexualidade era uma questão pessoal e não algo pelo qual o governo deveria ser responsável quando perguntado sobre a opinião de seu partido a respeito da descriminalização da homossexualidade na África do Sul.

O caso da África do Sul nas últimas décadas do *apartheid* parece mostrar que o estado tinha uma suposição de que os homens brancos eram heterossexuais e, mais do que isso, estava preocupado em garantir essa heterossexualidade, como mostra a tentativa de criminalizar a homossexualidade no final dos anos 60. A homossexualidade aparece, neste contexto, como um desvio, e assim não é surpreendente que em seus ataques ao ECC, o governo e seus partidários usaram uma linguagem que questionava a masculinidade e a sexualidade dos membros do maior movimento branco em oposição ao regime segregacionista. Assim, se aos homens *whites* estava reservado um lugar de privilégio na nação segregacionista, esse privilégio não vinha automaticamente: exigia, em troca, a administração da sexualidade masculina, dirigida primeiro às mulheres e mulheres certas. Isto não é para negar o privilégio e o poder dos homens brancos homossexuais num contexto de racismo estatal e desigualdade de classe brutal: é, ao contrário, para apontar como o regime do *apartheid* foi construído além de uma moral heterossexual. Mesmo a SADF, o símbolo máximo da masculinidade heterossexual branca aos olhos do público, procurou dialogar com outras noções de masculinidade em sua revista oficial, *Paratus*, chegando ao ponto de ter um romancista gay como capa e destacando suas contribuições para o Estado por seu serviço militar (CONWAY, 2008).

Nesse sentido, se o movimento de inclusão de homossexuais se insere em um contexto social no qual a homossexualidade foi aos poucos sendo aceita pela sociedade sul-africana e movimentos de direitos homossexuais cresceram, a mudança de atitude do NP também fez parte de uma estratégia para angariar apoio desse setor mostrando o *apartheid* como um regime que visava a proteger uma minoria racial dentro de um país majoritariamente composto por *non-whites*, e, assim, preservar a *baaskaap*, ou supremacia *white*. Pode-se dizer que o governo sul-africano instrumentalizou a homossexualidade para fins próprios, assim como homens *whites* gays de classe média moradores de Hillbrow não se importaram em se associar à um partido que dificultava a vida de seus pares homossexuais *non-whites*. A crítica de PUAR (2006) à instrumentalização de pautas queer por Estados nacionais se aplica ao caso das eleições em Hillbrow também, “complica[ndo] as implicações dicotômicas de representar a nação como promotora e produtora da heteronormatividade e

sempre reprimindo e proibindo a homossexualidade” (PUAR, 2006, p. 68 [tradução minha])⁹⁰. Para preservar a *baaskaap* e os inúmeros privilégios de ser *white* na África do Sul segregada, tudo valia, até mesmo transformar *moffies* em uma versão mais “aceitável” na figura dos homens *gays whites* de classe média.

⁹⁰ Versão original: “complicates the dichotomous implications of casting the nation as only supportive and productive of heteronormativity and always repressive and disallowing of homosexuality”.

CAPÍTULO 3: *MOFFIES* NO EXÉRCITO

INTRODUÇÃO

Localizada há cerca de 30 minutos do Aeroporto Internacional da Cidade do Cabo a partir da rodovia N2, a Table Mountain se apresenta ao visitante de primeira viagem como uma das primeiras impressões marcantes da *Mother City*, ou Cidade Mãe, como a capital legislativa da África do Sul é afetuosamente conhecida. Abraçando a parte central da cidade, a chamada *City Bowl*⁹¹, a montanha oferece um espetáculo visual que pode ser apreciado dos restaurantes refinados, bares *hipsters*, hotéis de luxo e cafês de qualidade internacional que se estendem por diversas partes da Cidade do Cabo. A cidade, diversas vezes eleita um dos melhores destinos turísticos do mundo, conta ainda com a praia de Camps Bay, usualmente eleita como uma das mais bonitas do mundo por revistas de turismo e local onde milionários de todos os continentes têm casas esplendidas. Para chegar a esse paraíso cosmopolita, contudo, é necessário cruzar as heranças deixadas pelo racismo de Estado: no caminho para a Cidade do Cabo, estão *townships* como Gugulethu, Nyanga e Langa, áreas afastadas da parte central da cidade – habitada principalmente por quem possui os recursos para morar em uma área de intensa gentrificação e especulação imobiliária (BORGES, 2009, 2011, 2013; ROSA, 2008, 2012a, 2012b; MONTEIRO, 2012). As *townships* foram designadas para sul-africanos *blacks* durante o *apartheid*, e esse grupo demográfico ainda hoje compõem a quase totalidade dos moradores desses espaços.

Conforme aponta o antropólogo Didier Fassin em seu estudo sobre a resposta sul-africana ao HIV/AIDS (FASSIN, 2007), o *apartheid* continua presente como uma história viva na África do Sul contemporânea, marcando os corpos e designando-lhes lugares sociais que seguem as linhas-mestras desenhadas pelo regime de segregação racial. Ainda que a celebrada passagem do regime de supremacia *white* para uma democracia multirracial tenha sido relativamente pacífica⁹², principalmente se comparada às guerras civis ocorridas em Zimbábue e Moçambique, a desigualdade social continua um problema importante na África

⁹¹ A City Bowl tem o formato de um anfiteatro em cujas bordas está a Table Mountain, Signal Hill, Lion's Head e Devil's Peak.

⁹² Mas não totalmente, uma vez que o final do *apartheid* foi marcado por uma série de tensões que causou em mortes e em violência política (cf. HICKEL, 2015).

do Sul. Segundo dados do Banco Mundial, a África do Sul é o país mais desigual do mundo, com sul-africanos *whites* concentrando boa parte da riqueza do país, dividida com uma pequena elite de cidadãos *blacks* (SOUTH AFRICA, 2019), enquanto a maioria da população *non-white* depende de auxílios governamentais (DUBBELD, 2017, 2021). A África do Sul ainda possui números elevados de violência de gênero – que afeta principalmente mulheres *blacks* (SOUTH AFRICA, 2020) – além de altos índices de violência contra pessoas LGBTQIA+ (ARCUS FOUNDATION, 2019).

Ao realizar as entrevistas para a minha pesquisa, contudo, era fácil não reparar em todos os contrastes materiais e sociais que caracterizam a África do Sul. Ainda que eu tenha realizado o trabalho de campo para essa dissertação no primeiro semestre de 2021, em meio à pandemia de SARS-CoV-2, e tenha chegado na África do Sul em meio à uma segunda onda que registrou um alto número de mortes e fez o governo adotar uma série de medidas de distanciamento social, a trajetória da pandemia no país, assim como alguns cuidados tomados por mim, permitiram que eu conversasse com meus interlocutores presencialmente, na maioria das vezes em suas casas, usando máscaras e munido de álcool gel. O privilégio de fazer um trabalho de campo presencial foi importante, na medida em que eu pude ver o que talvez eu não visse – ou talvez de outra maneira – caso minhas entrevistas tivessem sido feitas via *internet*. E a primeira coisa que eu vi foram as casas dos meus interlocutores, homens sul-africanos homossexuais *whites* entre 50 e 70 anos de idade, ex-recrutas da *South African Defence Force*.

Ler as estatísticas sobre concentração de renda e seus fatores em termos de raça e gênero antes de viajar para a África do Sul já tinha me feito imaginar que esses homens viveriam uma vida de conforto. Contudo, confesso que ao visitar suas casas e apartamentos na Cidade do Cabo e em Stellenbosch sempre ficava maravilhado e desconcertado. Como muitos de seus pares *whites*, esses homens vivem vidas que raramente se conectam com a vida da maior parte dos sul-africanos. Suas residências são protegidas por muros e cercas elétricas, seu deslocamento ocorre em carros próprios, seu lazer acontece majoritariamente em espaços privados e de pouco acesso à quem não tem recursos financeiros... Em minhas entrevistas, geralmente era recebido com uma xícara de café com leite ou chá comprados em uma das lojas da rede de supermercado *premium Woolworths*⁹³, e às vezes com tábuas

⁹³ Equivalente, em alguns Estados do Brasil, à rede de supermercados Pão de Açúcar.

de queijos e garrafas de vinhos produzidos no distrito de Cape Winelands, de onde saem bebidas exportadas para todo o mundo.

Entendi que estar na África do Sul significa estar em diferentes mundos ao mesmo tempo, marcados por barreiras físicas, sociais, geográficas, de classe, gênero, língua, raça. Ao escolher o tema de meu trabalho de campo, eu sabia que conviveria com um grupo com muitos privilégios, cujas experiências cotidianas estariam longe daquelas da maior parte dos sul-africanos; questioneei a mim mesmo se isso fazia sentido, dada a tradição da antropologia de estudar grupos oprimidos, mas decidi que eu poderia obter *insights* interessantes ao *studying up*, isto é, fazer uma antropologia de grupos em posições de poder e privilégio (NADER, 1974; GUSTERSON, 1997). Mais do que isso, decidi ir atrás de sanar uma curiosidade que me acompanhava desde que eu comecei a ler trabalhos sobre o *apartheid*, ainda na graduação: como seria ser um homem *white* e gay no período? Conforme argumentado nos capítulos anteriores, o regime de segregação sul-africano funcionou não só a partir de uma gestão da raça enquanto um marcador que influenciava a vida de todos os sujeitos no país, definindo privilégios e direitos, mas também por meio de uma regulação do gênero e da sexualidade. Operados em conjunto, esses marcadores permitiam a reprodução de um regime baseado na ideia de supremacia *white* e carregado de ideais conservadores cristãos que muitas vezes implicaram em tentativas estatais de reprimir e mesmo criminalizar a homossexualidade.

Nesse capítulo, de caráter etnográfico, relato meu trabalho de campo na África do Sul e os resultados das entrevistas com 10 homens *whites*, gays e na faixa etária de 50-70 anos. Ao longo da pesquisa, ocorrida em meio à pandemia de SARS-CoV-2, pude perceber os dilemas que cercam a história da passagem desses homens pelo exército. Mais do que isso, passei a refletir sobre suas respostas a respeito de seu tempo nas forças armadas não só em relação à sua sexualidade, mas também pensando na SADF enquanto instituição fundamental para a manutenção do *apartheid*. Importante notar que, a fim de salvaguardar sua privacidade, não chamarei meus interlocutores por seu nome verdadeiro.

Antes de tratar das entrevistas, faço a seguir uma análise do livro *Moffie*, escrito por André Carl van der Merwe. O romance serviu como uma fonte de inspiração para essa pesquisa desde a sua gênese, e o relato de como era a vida de um recruta gay na SADF me despertou a curiosidade que me levou ao meu trabalho de campo na África do Sul.

Moffie, o livro

O romance de André Carl van der Merwe se tornou uma espécie de sensação literária na África do Sul quando foi publicado em 2011. O livro se insere em um conjunto de obras que se convencionou chamar, na academia sul-africana, de *South African Border War Literature*, romances memorialistas, (auto)biográficos, históricos e/ou ficcionais, escritos em sua maioria por homens *whites*, que rememoram, principalmente da perspectiva da nostalgia e glorificação, mas em alguns casos também em um tom de denúncia e dor (categoria em que se insere o romance *Moffie*), a participação da SADF durante a chamada South African Border War (1966-1990). Nos últimos anos, análises dessas obras têm chamado a atenção para questões de gênero e raça presentes nesses escritos, que muitas vezes aparecerem de maneira sutil (cf. REES, 2010; MASON, 2016; WESSELS, 2017); esse não é, entretanto, o caso de *Moffie*. No livro, masculinidade, homossexualidade, racismo e homofobia aparecem de maneira explícita.

O livro conta a história de Nicholas van der Swart, um jovem *white*, filho de um homem africânder e uma mulher inglesa, que recebe sua convocação para o treinamento militar obrigatório durante seu 18º aniversário. Nicholas abomina a ideia de servir o exército e participar de uma guerra na qual, segundo ele, não lhe compete lutar, por estar na base de ideais que ele abomina. Além da rejeição ideológica e moral que sente ao serviço militar, Nicholas teme ainda mais sua passagem pela SADF porque, desde criança, ele trava uma espécie de batalha interna com seus desejos sexuais e românticos por outros homens. A ideia de que esses desejos fossem descobertos no exército lhe inspira pavor, uma vez que ele teme ser submetido à violência verbal e física. Estas agressões já tinham acontecido com ele em sua família. Seu pai usualmente o humilhava por ele não se encaixar no arquétipo do que é ser um homem africânder: Nicholas não era um bom jogador de rugby, um símbolo da masculinidade africâner (GRUNDLINGH, 2007); na escola ele só se destacava na disciplina de artes; ele não gostava de caçar; ele era muito sensível... A falta de características "masculinas" faz com que seu pai se torne cada vez mais furioso com ele, e advirta Nicholas que, caso ele não mudasse, seu destino seria se tornar um *moffie*, algo intolerável.

O serviço militar aparece neste contexto como uma oportunidade para Nicholas "tornar-se um homem de verdade". Antes da partida de Nicholas para iniciar o treinamento, seu pai lhe diz: "Estou feliz que não é meu trabalho colocá-lo em forma. Sinto pena daqueles instrutores [...] Você vai ver como funciona o mundo real, meu rapaz! (...) Seu bebezinho.

Na sua idade eu já era um homem" (Van der Merwe, 2006, pp. 19)⁹⁴. Sua esposa o implora para que pare de dizer coisas assim ao filho, ao que o marido responde: "[E]le é um maricas (...), e espero que eles o açoitem no exército. Deus sabe que não tive sorte com ele"⁹⁵ (ibid., p. 20).

A expectativa do pai de que o exército fará de Nicholas "um homem" mostra que a "transformação do eu" que ocorre no exército vai além do propósito de ensinar o que Marcel Mauss chamou de "técnicas do corpo" (Mauss, 2003). Espera-se que o "ritual de passagem" do treinamento militar também transforme o "eu" dos recrutas. CASTRO (2009, p. 589) chamou a atenção para como o trote no Colégio Naval de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, cumpria uma função ritual:

O ponto focal de todo o processo ritual pelo qual o indivíduo passa no Colégio, de calouro a veterano, é a identidade militar: o aluno aprende o que significa ser um militar. Trata-se, portanto, de um processo eminentemente pedagógico, e a minha tese principal é a de que o trote, como um elemento específico do ritual, é fundamental no aprendizado e construção desta identidade. O trote é a dramatização daquilo que estrutura e dá o estilo da vida militar: a hierarquia.

Segundo LEIRNER (1997a, 1997b), a hierarquia é o fator estruturante das relações sociais no Exército, expressando-se inclusive nas relações entre os indivíduos. Retornando ao texto de CASTRO (ibid.), é interessante notar que uma das maneiras pelas quais os veteranos impõem sua força frente aos calouros é através de um processo de "feminização" desses últimos; emasculando-os, os veteranos demonstram seu poder sob os calouros, pondo cada um em seu lugar. Um processo similar ocorre em *Moffie*.

⁹⁴ Versão original: "I'm just glad it's not my job to get you into shape. I feel sorry for those instructors [...] You are going to see how the real world works, my boy! (...) Little baby. At your age I was a man".

⁹⁵ Versão original: "[H]e is a sissy (...), and I hope they flog it out of him in the army. I sure as hell have had no luck with him".

O romance destaca que a conduta moral e a respeitabilidade eram importantes e que ser gay estava em desacordo com o ethos da SADF. Em uma passagem, Nicholas menciona um episódio quando dois recrutas foram pegos fazendo sexo em um banheiro nas instalações do exército, o que causou um tumulto. Um general decide humilhar publicamente os dois e, reunindo todos os recrutas, aponta para os dois jovens e diz: "Isto diante de vocês (...) é a forma mais baixa de vida que vocês jamais verão. (...) Vocês são merdas, k***⁹⁶, cães, animais. Não, vocês não são nem dignos de serem chamados de animais; nem mesmo animais se comportam como vocês" (Van Der Merwe, 2006, pp. 131)⁹⁷. Dias depois, o mesmo oficial reúne a tropa para informar que um dos rapazeds admitiu ter cometido um erro e pediu ajuda para se livrar de seu "distúrbio de personalidade", e foi decidido que ele seria enviado para a Ward 22, um lugar onde sujeitos "problemáticos" como homossexuais, dependentes de drogas e outros seriam "tratados com técnicas sofisticadas, [...] e eventualmente retornam à sociedade como indivíduos perfeitamente equilibrados que podem se integrar, casar e ter filhos" (ibidem, pp. 159)⁹⁸. O medo da revelação pública de seus desejos sexuais faz com que Nicholas tente esconder seu "verdadeiro eu", em um processo que se assemelha às ideias de Foucault sobre o "governo de si na modernidade", onde processos de subjetivação dependeriam do "eu" agindo como seu próprio censor (Foucault, 1988). Apesar deste retrato sombrio da violência homofóbica no exército, Nicholas experimenta, pela primeira vez em sua vida, relações homossexuais que o transformam em um homem gay confiante até o final do romance.

As experiências ambíguas de Nicholas no exército lembram uma discussão interminável sobre a posição de Foucault em relação ao poder. Em suas investigações sobre a história dos humanos sendo transformados em sujeitos, Foucault argumenta que "onde há poder, há resistência, e ainda, ou melhor, esta resistência nunca está em uma posição de exterioridade em relação ao poder" (Foucault, 1978). Se Foucault recebeu críticas por supostamente ter uma visão "fatalista" sobre a resistência ao poder e de não prestar atenção

⁹⁶ Palavra derogatória usada para se referir a pessoas *blacks* na África do Sul.

⁹⁷ Versão original: "This before you (...) is the lowest form of life you will ever see. (...) You're shit, kaffirs, dogs, animals. No, you're not worthy of being called animals; not even animals carry on like you do".

⁹⁸ Versão original: "They treat them with sophisticated techniques, I'm told, and eventually they give society a perfectly balanced individual who can integrate, get married and have children".

ao potencial dos seres humanos em se desviar e fugir de normas (cf. Biehl, Locke, 2017), outros autores apontam para o fato de que o filósofo francês descreve a governabilidade moderna como uma forma de exercício do poder que, ao confiar na subjetividade, abre o caminho para novas formas de estar no mundo. Seguindo esta linha, Agier (2012) argumenta que a antropologia deveria pensar na forma como o "sujeito", no sentido foucaultiano, poderia ser usado como uma categoria de análise. Segundo ele, a noção de sujeito poderia transcender (sem eliminar) os diversos significados atribuídos a noções antropológicas como "pessoa" e "indivíduo". Na visão de Agier, um "sujeito" emerge quando alguém é capaz de se distanciar de sua condição social, de sua identidade atribuída, de um eu que sofre.

Considerando Nicholas como um "sujeito" neste sentido, é possível afirmar que ele é capaz de resistir ao ethos heterossexual do exército. Apesar do assédio constante a que está exposto, da ameaça sempre presente do Ward 22, da perseguição que os homossexuais sofrem nas forças armadas, Nicholas acaba se afirmando como um homossexual ao final do livro. No entanto, a aceitação de Nicholas sobre a "sua" sexualidade deve ser vista como parte da tentativa do exército de reprimir a homossexualidade. No processo de tentar conter a homossexualidade e expiar a instituição da mesma, o exército acaba nomeando-a e transformando atos nas propriedades dos indivíduos. Na cena em que os dois homens foram pegos fazendo sexo, é interessante notar como este ato "revela" algo importante sobre sua identidade: como eles fizeram sexo um com o outro, eles seriam homossexuais. Se isto dá ao exército o poder de enviar um dos homens a uma instituição psiquiátrica para tentar mudá-lo, também dá àqueles que o exército nomeia como homossexuais a possibilidade de se apropriar desta identidade de forma afirmativa, que é o que Nicholas faz. Isto é evocativo do argumento de Foucault (1978, p. 101) de que na modernidade a proibição da sodomia se transformou na regulamentação do homossexual como uma "espécie", o que resultou não apenas no controle dos indivíduos, mas indivíduos controlando os discursos sobre eles:

[O] aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de todo uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e "hermafroditismo psíquico" permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de "perversidade"; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso "de reação": a homossexualidade passou a falar por si mesma, a reivindicar sua

legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 1988, p. 95).

Para além da instituição enquanto produtora de uma subjetividade homossexual, é importante atentar para o caráter homossocial do serviço militar. Em uma entrevista para a revista francesa *Gai Pied*, Foucault (1997, p. 139) fez comentários sobre as relações entre homens e observa que, a partir do século XIX, o corpo dos homens era acessível a outros homens em basicamente dois lugares: a prisão e a guerra:

Durante a Primeira Guerra Mundial, os homens viviam completamente juntos, um em cima do outro, e para eles isso não significava nada, na medida em que a morte estava sempre presente e a devoção uns aos outros e os serviços prestados eram sancionados pelo jogo da vida e da morte. [...] Não quero dizer, com isso, que foi por serem amantes que esses homens continuaram a lutar; mas honra, coragem, dignidade, sacrifício, deixar a trincheira com o seu companheiro - tudo isso implicava um laço emocional muito intenso. Não significa dizer: "Ah, veja, aí está a homossexualidade!" Eu detesto esse tipo de raciocínio. Mas sem dúvida você tem ali uma das condições, não a única, que tornou suportável a vida infernal onde durante semanas aqueles caras se afundavam na lama e na merda, entre cadáveres, famintos, e estivessem bêbados nas manhãs de ataque⁹⁹ [tradução minha].

⁹⁹ Versão original: “During World War I, men lived together completely, one on top of another, and for them it was nothing at all, insofar as death was present and finally the devotion to one another and the services rendered were sanctioned by the play of life and death. [...] I don't mean that it was because they were each other's lovers that they continued to fight; but honor, courage, not losing face, sacrifice, leaving the trench with the captain—all that implied a very intense emotional tie. It's not to say: "Ah, there you have homosexuality!" I detest that kind of reasoning. But no doubt you have there one of the conditions, not the only one, that has permitted this infernal life where for weeks guys floundered in the mud and shit, among corpses, starving for food, and were drunk the morning of the assault”.

Foucault procura introduzir o conceito de homossexualidade como abertura de caminho para estabelecer múltiplas relações além da idéia da *scientia sexualis*, que visa dizer a “verdade” sobre a sexualidade dos sujeitos. A menção do exército como um lugar onde os homens poderiam testar novas formas de relacionamento com os homens poderia facilmente usar *Moffie* como exemplo, pois o livro destaca a amizade como uma força de afirmação da vida durante todo o treinamento. Três personagens tornam-se centrais para o tempo de Nicholas no exército: Dylan, Ethan e Malcolm, descrevendo a relação com eles da seguinte forma: “[Eles] são três pessoas com as quais eu formei, nesse pesadelo, conexões antes desconhecidas; três relacionamentos notáveis, tão importantes que se tornaram parte de mim, como um órgão vital. Que ironia que aqui, onde me sinto tão sem esperança, eu receba estas bênçãos” (Van der Merwe, 2006, pp. 79)¹⁰⁰. Dylan é um homem sombrio que comete suicídio, o que leva Nicholas a pensar que seu amigo não poderia suportar a pressão de lutar contra ser gay nas forças armadas, fazendo-o prometer a si mesmo que terminará seu treinamento para provar que um *moffie* também pode ter sucesso no exército. Ele se apaixona por Ethan, e o sentimento que ele desenvolve por seu amigo faz Nicholas suportar as dificuldades do exército, imaginando o futuro que ele e seu amado poderiam ter depois. Malcolm, por sua vez, torna-se o melhor amigo de Nicholas no exército e durante seu período de folga ele introduz a cena homossexual de Johannesburgo a Nicholas, que começa a se ver como parte de uma coletividade maior de homens gays¹⁰¹.

¹⁰⁰ Versão original: “[They] are three people with whom I form previously uncharted connections here in my living nightmare; three remarkable relationships, so important that they become a part of me, like a vital organ. How ironic that here, where I feel so hopeless, I receive these blessings”.

¹⁰¹ A idéia de amizade como elemento importante em tempos de dificuldade ressoa com o conceito que Weeks (2001) nomeia como “ética da amizade”. Ao falar de relações entre pessoas *queer* nos EUA, o autor mostra como as relações afetivas entre gays e lésbicas são geralmente legitimadas através de outras fórmulas que não as de “sangue” e “lei”, mas através da linguagem do amor e da escolha, baseada em valores mais democráticos. Embora ele não use explicitamente a linguagem do parentesco para falar de seus amigos, as relações que Nicholas forma no exército lhe dão alívio da dureza do treinamento militar e são muitas vezes descritas em contraste com o ambiente autoritário e sufocante da vida familiar.

Idéias semelhantes são exploradas por Kath Weston (1991) em sua etnografia em uma comunidade gay e lésbica em São Francisco, Califórnia. A autora mostra que as relações homossexuais levaram

Uma análise de inspiração foucaultiana à *Moffie* mostra que, na tentativa de proibir a homossexualidade, o exército acaba produzindo subjetividades homossexuais. A aceitação de Nicholas de sua identidade (homo)sexual é, assim, mediada pelo ethos heterossexual do exército, que tenta impedir a homossexualidade e acaba produzindo subjetividades homossexuais ao nomear atos que supostamente revelariam verdades sobre os sujeitos. Ao mesmo tempo, a subjetivação de Nicholas está relacionada às amizades que ele cria e nutre na instituição, o que lhe dá um espaço além de sua família onde encontrar apoio e identificação. No final, o treinamento militar fez de Nicholas um soldado sul-africano de elite, um corpo capaz de defender o apartheid e seus objetivos. Ao mesmo tempo, opera nele outra transformação: ele não se tornou o homem africâner viril e heterossexual que seu pai esperava. Ao invés disso, Nicholas sai da instituição mais consciente - e confiante - de ser gay. Em suas palavras, "[Meu pai] enviou um garoto no armário para o exército e recebeu um homem homossexual de volta" (Van der Merwe, *ibid.*, pp. 194)¹⁰².

Entrevistas

Eu embarquei para a África do Sul no dia 03 de janeiro de 2021, aterrissando no país no dia 04. Fui recebido com o típico céu azul e o calor que caracterizam a Cidade do Cabo nessa época do ano; ao contrário de outros verões recentes na África do Sul, dessa vez o número de turistas era escasso, fruto da pandemia de SARS-CoV-2. Quando cheguei, a África do Sul estava no pico da segunda onda da doença, e as restrições impostas pelo

a uma mudança do "império da biologia" como legitimador do parentesco para o da "escolha" como o valor a ser enfatizado, o que mais tarde levaria ao surgimento do conceito de "comunidade gay". O autor observa que ao estender a homossexualidade para além do âmbito sexual, a idéia de uma comunidade baseada na identidade abriu novas possibilidades para o uso da terminologia do parentesco para imaginar lésbicas e gays como membros de uma totalidade unificada (Weston, 1991, pp. 121). Nesse sentido, mais do que a afirmação da vida, essas amizades tornam-se afirmação da identidade. As amizades de Nicholas podem ser descritas como o que Cornejo (2014) chama de "pedagógicas", ensinando a Nicholas não apenas como amar e ter prazer sexual, mas como se tornar gay.

¹⁰² Versão original: "[My father] sent a closeted child to the army and got a homosexual man back".

governo limitavam o contato social de maneiras importantes, com a venda de bebidas alcoólicas proibida em qualquer lugar e um toque de recolher que começava às 21:00 horas e durava até às 05:00 horas da manhã. Frente à necessidade do distanciamento social, minha saída para manter contato com seres humanos foi recorrer às redes sociais.

Dentro os aplicativos de mensagem que possuo no meu celular, um deles já tinha se mostrado útil para conhecer homens não-heterossexuais próximos a mim: o *Grindr*. Esse é um aplicativo voltado a pessoas *queer* e utilizado principalmente por homens que fazem sexo com homens na procura de parceiros para encontros românticos, sexuais, de amizade. Nas minhas duas primeiras semanas na Cidade do Cabo, morei no afluyente bairro de Sea Point, localizado próximo à chamada “De Waterkand Gay Village”. Essa é uma área conhecida pelos vários bares e casas noturnas voltadas a pessoas *queer*, e que, por estar localizada em uma região nobre da cidade, afastada de *townships*, acaba atraindo um público composto por *whites* em sua maioria, especialmente homens cis homossexuais de classe média alta (TUCKER, 2009; MATEBENI, 2017). Como o *Grindr* é um aplicativo que funciona por meio de geolocalização que em sua versão gratuita mostra um número limitado de pessoas próximas ao usuário, acabei encontrando uma maioria de homens *whites* com quem eu poderia conversar, muitos deles homens de meia idade. O *Grindr*, assim como outras redes sociais, foi relativamente eficaz em me ajudar a manter conexões com outras pessoas em um momento que as interações pessoais estavam limitadas. No aplicativo, conheci pessoas com quem iniciei relações de vários tipos e com quem mantenho contato até hoje. Apesar do aplicativo ser útil para se conectar com outras pessoas, eu nunca havia pensado nele como outra coisa que não um passatempo. Ele acabou, contudo, se tornando uma ferramenta de pesquisa.

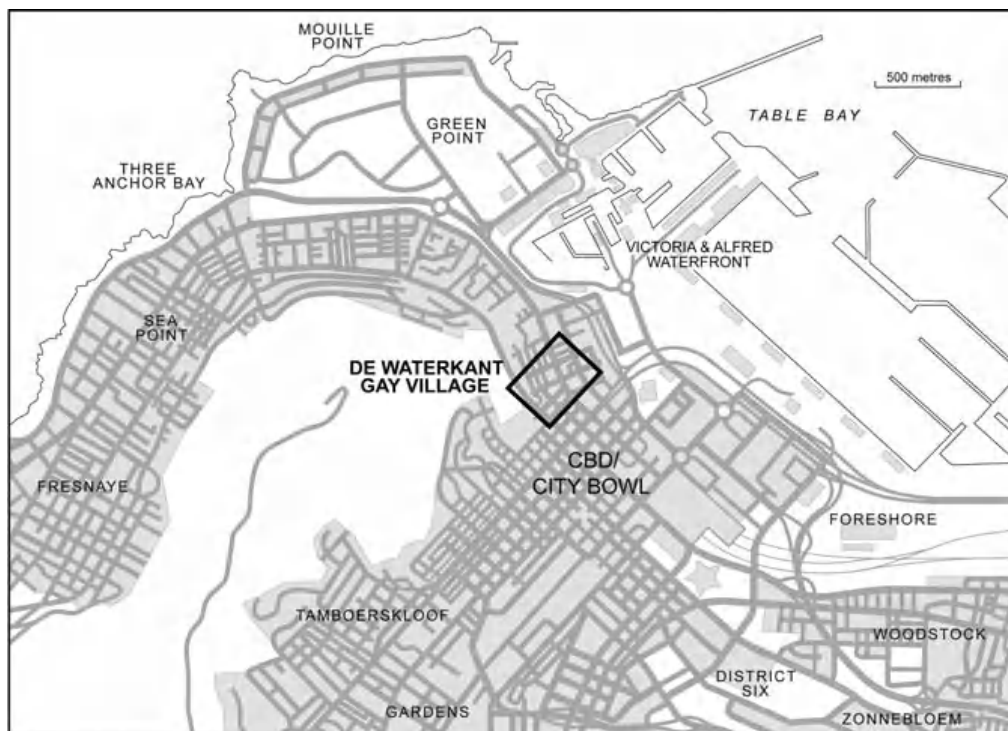


Figura 1: Localização da “De Waterkant Gay Village”. Fonte: TUCKER, 2009.

Na minha primeira semana na Cidade do Cabo, comecei a trocar mensagens com um homem que não havia colocado uma foto no seu perfil do *Grindr*¹⁰³, seguindo o *script* comum à essas conversas: se estava tudo bem, o que estávamos procurando no aplicativo, trocamos fotos – inclusive *nudes*, isto é, fotos sem roupa – falamos sobre sexo, sobre o que gostávamos na cama. Por fim, ele me perguntou o que eu estava fazendo na África do Sul, uma vez que eu tinha escrito no meu perfil do aplicativo que eu era um *Brazilian exchange student living in South Africa* – um estudante de intercâmbio brasileiro vivendo na África do Sul. Eu então respondi que estava ali para fazer um trabalho de campo e entrevistar ex-membros da SADF que eram gays, ao que ele me respondeu: eu escrevi um romance sobre isso.

Ao ler isso eu fiquei surpreso. Estava falando com um dos autores de um livro que fala sobre ser gay na SADF. Ao mesmo tempo, entrei em pânico. Não sabia quais seriam as

¹⁰³ Essa, alias, é uma prática comum entre homens que preferem se manter sigilosos no aplicativo (cf. MISKOLCI, 2015). Ao iniciar uma conversa com outra pessoa, é possível mandar e receber fotos.

implicações éticas de ter contatado meu primeiro interlocutor por um aplicativo de mensagem e ter trocado fotos nuas com ele. Antes de respondê-lo, refleti por um momento. Eu estava certo em me preocupar, ou será que estaria somente baseado em um moralismo interno? Decidi continuar conversando com ele, porque nesse momento me lembrei de algumas discussões que tive na disciplina *Métodos em Campo em Antropologia*, ministrada pela Profa. Silvana Nascimento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Conversamos sobre como as aproximações com nossos interlocutores se dão das maneiras mais diversas possíveis. Além disso, durante a disciplina conversamos um pouco sobre o livro *Out in the Field* (LEWIN, LEAP, 1996), escrito por antropólogos *queer* que propõe um questionamento sobre o que significa ser um antropólogo não-heterossexual em campo, o que inclui maneiras de se aproximar dos nossos interlocutores que fogem das regras mais “convencionais” de como antropólogos homens cisgêneros e heterossexuais trabalham em campo.

Respondi que eu adoraria conversar a respeito do livro e de suas experiências enquanto um homem gay no exército, ao que ele respondeu que sim, que seria um prazer. Fui convidado para ir em seu apartamento, também em Sea Point, onde eu poderia entrevista-lo. Confesso que fiquei em parte receoso em encontra-lo em sua casa. Nossa conversa havia sido iniciada de maneira não muito “convencional”, e eu tinha medo de que o conteúdo sexual de nossa primeira interação fosse, de alguma forma, ser prejudicial à entrevista. No final, decidi que, acontecesse o que acontecesse, eu poderia sempre registrar essa experiência e refletir sobre ela.

Ao final, graças a esse primeiro contato, eu acabei conhecendo uma série de outros ex-membros do exército que se identificam enquanto homens gays hoje em dia, e para quem sua sexualidade foi uma questão premente quando da passagem pela SADF. Meu primeiro interlocutor me apresentou a um amigo, o qual me apresentou a outro, e assim por diante. Além disso, também tive a valiosa contribuição do Professor Shaun Viljoen do Departamento de Inglês da Stellenbosch University, que serviu de ponte entre mim e um proeminente escritor sul-africano que me concedeu não uma, mas três entrevistas, que marcaram profundamente minha experiência de campo e que me levaram a refletir sobre pontos que estavam ausentes de minhas questões iniciais.

Dado o volume de dados que eu recolhi em campo (mais de 20 horas de gravação) e de forma a resumir o conteúdo das entrevistas, copio a seguir um resumo que fiz de cada uma delas em meu caderno de campo:

Entrevista 1: Frank, 60-anos de idade. Frank foi a primeira pessoa que eu entrevistei. Ele estava mais do que disposto a falar comigo quando lhe perguntei se poderíamos falar sobre suas experiências militares. Ele me disse que achava seu período no exército horrível, não só por causa da homofobia que, segundo ele, era uma característica principal da instituição, mas também porque ele sentia um profundo desprezo pela dureza do treinamento físico a que os recrutas eram submetidos. Ele teve uma experiência homossexual no exército, e me disse que decidiu sair do armário depois que deixou a instituição e se matriculou em uma prestigiosa universidade de reputação liberal na África do Sul. Ele tentou lidar com seu passado no exército usando a literatura a fim de entender seus sentimentos e memórias, e ele compartilhou alguns de seus escritos comigo.

Entrevista 2: Bob, 56 anos de idade. Antes de iniciarmos a entrevista, Bob se desculpou: embora estivesse disposto a falar comigo sobre seu período no exército, ele achava que não tinha muito a dizer, porque não tinha nenhuma relação homossexual no exército nem sabia de ninguém que fosse abertamente gay na instituição, e, mais importante, ele disse que sua memória daquela época era um pouco turva. No entanto, durante a entrevista, ele se lembra que costumava pensar que alguns de seus colegas militares eram homossexuais, e chegou a conclusão de que suas escassas lembranças do período de alistamento estão possivelmente relacionadas ao intenso medo que sentia de ser identificado como homossexual, o que teria o tornado um alvo de violência. Ele fez interessantes contrastes entre seu tempo no exército e seu período como jovem estudante em uma universidade liberal na Cidade do Cabo, momento em que ele decidiu sair do armário.

Entrevista 3: Vincent, 71 anos de idade. "Por pura sorte", como ele mesmo descreveu, Vincent foi colocado em uma posição burocrática durante seu alistamento militar, o que o isentou de ser enviado para "a fronteira", isto é, a fronteira das África do Sul com outros países da África Austral onde ocorreram os eventos da South African Border War entre 1966 a 1990. Em seu cargo no escritório, cuidando do pagamento de seus colegas recrutas, ele me disse que gostava de uma vida confortável. Ele teve diferentes relacionamentos com homens durante seu período militar; muitos de seus colegas no escritório sabiam que ele era gay, e ele até se envolveu em um relacionamento com um deles.

Entrevista 4: Dante, 70 anos de idade. Sua experiência no setor militar foi "sexualmente carregada", segundo ele. Nascido e criado em um contexto rural, ele teve múltiplas experiências sexuais com homens diferentes enquanto ainda era criança, algo que não era visto como um problema em sua cidade natal, uma vez que estes atos de diversão entre homens não eram tidos enquanto "homossexualidade". Esta atitude um tanto relaxada para com a sexualidade (homo)sexual mudou quando ele foi para uma cidade maior para completar seus estudos secundários nos anos 1970, pois neste momento a categoria "homossexualidade" estava se tornando cada vez mais presente nas discussões públicas na África do Sul. Durante seu treinamento militar, ele se tornou membro do coral da SADF, e viajou pelo país cantando para os soldados – e fazendo sexo com muitos deles. Ao contrário de outros entrevistados que disseram que o exército eram para eles uma instituição conservadora onde o sexo entre homens era uma impossibilidade, Dante me disse que as atitudes em relação à homossexualidade eram muito piores na universidade para onde ele foi depois - localizada em uma pequena cidade na porção sudoeste da África do Sul - do que no exército. Ao consultar uma terapeuta na universidade e dizer que ele era gay, ele foi encaminhado para a "terapia de conversão elétrica" - algo que os

militares eram acusados de realizar em homens homossexuais – quando ainda era um calouro, experiência que o marcou mais negativamente do que tudo o que ele viveu no exército.

Entrevista 5: Tyler, 67-anos de idade. Como Bob, Tyler me pediu desculpas durante toda nossa entrevista, porque também achou que não tinha nada de interessante a dizer. Ele disse que tentou ao máximo não chamar a atenção para si mesmo durante seu treinamento, adotando o que definiu como uma "estratégia de sobrevivência" para evitar ser alvo e escolhido por seus superiores por causa de seus modos não tão masculinos. Ninguém que ele conhecia no exército era gay, e ele não teve nenhum tipo de experiência homossexual lá, mas me contou que lamentava nunca ter tentado se aproximar de algum de seus colegas sexualmente ou romanticamente, porque havia momentos em que alguns deles davam a entender que estariam dispostos a isso. Quando perguntei por que ele tentou ser o mais invisível possível, ele me disse que temia ser enviado à enfermaria 22, uma ala psiquiátrica infame do Hospital Militar de Pretória, onde os homossexuais eram supostamente submetidos à violência.

Entrevista 6: Matthew, 66 anos de idade. Ao longo de nossa conversa, Matthew estabeleceu contrastes entre a experiência dele e de seu irmão mais velho nas forças armadas. Ambos participaram do treinamento militar, mas enquanto seu irmão, um jovem forte e esportista que jogava críquete e tinha boas relações com seus superiores militares desfrutou da experiência no exército, Matthew me disse que sua inépcia com esportes e sua falta de músculos fez com que seus colegas e superiores fossem indiferentes ou mesmo agressivos para com ele. Como Tyler, ele mencionou que sua estratégia era ser o mais invisível possível, temendo que suas disposições não masculinas o transformassem em um alvo de violências.

Entrevista 7 e 8: Erasmus e Peter, 55 e 70 anos de idade, respectivamente. Conheci Erasmus e Peter através de Tony (ver abaixo), e entrevistei ambos ao mesmo tempo. Falar com duas pessoas de gerações diferentes e que serviram em ramos diferentes - Erasmus estava na marinha, Peter na Força Aérea - foi interessante porque eles falaram de suas experiências através de um quadro comparativo, o que me deu uma visão interessante de como a geração desempenhou um papel importante na forma como a homossexualidade foi vivida no exército. Enquanto para Peter o exército era um ambiente hiper-masculino onde se falava de homossexualidade como sendo uma aberração, Erasmus disse que os seus anos de alistamento foram razoavelmente tranquilos, e que uma das coisas que ele mais temia sobre ser gay naquela época não era a discriminação ou violência no exército, mas algo que estava começando a assombrar a sociedade sul-africana: a epidemia de HIV/AIDS.

Entrevista 9: Tony, 66 anos de idade: Minha entrevista com Tony foi emocionalmente desgastante. Mesmo pensando que ele não estava sujeito a nenhum tipo de violência institucional e interpessoal por ser gay no exército, suas impressões sobre o militarismo enraizado na sociedade sul-africana durante o *apartheid* e os males que ele criou - e que em sua opinião ainda estão presentes - foram extremamente melancólicas e pessimistas. Ele me disse que achava que o exército não tinha um impacto profundo em sua velhice, mas que, em retrospectiva, foi uma das experiências mais eróticas que ele já viveu, pois o sexo parecia estar em toda parte. Ele também se arrepende Ele também disse que lamentou não ter tido experiências homossexuais enquanto lá esteve, até mesmo pensou que tinha a oportunidade de, e fez comparações entre o ethos conservador cristão e heterossexual do exército e o ambiente mais tolerante e

progressista de uma universidade na Cidade do Cabo que ele frequentou.

Entrevista 10: Sam, 60 anos de idade: Sam gostou tanto de sua experiência no exército que decidiu seguir uma carreira militar após o treinamento obrigatório. Ele me disse que as atitudes em relação à homossexualidade melhoraram gradualmente nas forças armadas à medida que a sociedade sul-africana se tornou mais liberal em relação aos direitos de gays e lésbicas nos anos 1980 e 1990. Sam saiu do armário para um de seus superiores quando já era membro permanente do exército e disse que nunca enfrentou nenhuma discriminação por causa de sua homossexualidade. Ele decidiu deixar a instituição antes do fim do *apartheid* e reclamou da inépcia da Força de Defesa Nacional da África do Sul atualmente.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Versão original no meu caderno de campo, em inglês:

- Interview 1: Frank, 60-years old. Frank was the first person I interviewed. He was more than willing to talk to me when I reached out to him asking if we could talk about his experiences in the military. He told me he found his period in the military horrific, not only because of the homophobia that was, according to him, a main feature of the institution, but also because he felt a deep contempt for the harshness of the physical training that conscripts were submitted to. He had one homosexual experience in the military, and he told me that he decided to come out of the closet after he left the institution. He was able to deal with his past in the military using literature as a toll to understand his feelings and memories, and he shared some of his writings with me.

- Interview 2: Bob, 56-years old. At first Bob was apologetic: even though he was willing to talk to me about his period in the military, he thought he did not have much to say, because he did not experience any homosexual relationship in the military nor knew about anyone who was openly gay there, and, most importantly, he felt his memory of that time was somewhat blurry. Nevertheless, during the interview he recall that he used to think that some of his colleagues in the military might have been homosexual, and how his scarce memories of the conscription period is possibly related to the intense fear he felt of being identified as a homosexual, which would make him a target for violence. He made interesting contrasts between his time in the military and his period as a young student in a liberal university in Cape Town, moment he decided to come out of the closet. The same comparison between the conscription years and the college period was also made by other

interviewees.

- Interview 3: Vincent, 66-years old. “Out of sheer luck”, as he himself described it, Vincent was posted to a bureaucratic position during his training, what exempted him to be sent to “the border”, as he and other interviewees referred to the front where the South African Border War was taking place from 1966 to 1990. In his office position, taking care of the payment of his fellow conscripts, he told me he enjoyed a comfortable life. He had different relationships with men during his military period; many of his colleagues in the office knew that he was gay, and he even engaged in a relationship with one of them.

- Interview 4: Dante, 58-years old. His experience in the military was “sexually charged”. Born and raised in a rural context, he had multiple sexual experiences with different men whilst still a child, something that was not frowned upon in his hometown because these acts of fun between men were not seeing as “homosexuality.” This somewhat lax attitude towards (homo)sexuality changed when he went to a bigger city to complete his high school education, for by then the category of the “homosexual” was becoming ever-present in the public discussions about morality in South Africa. During his military training, he became a member of the SADF’s choir, and he travelled the country singing for soldiers and having sex with them. As opposed to other interviewees who said that the military was for them a conservative institution where sex between men was an impossibility, Dante told me that the attitudes towards homosexuality was much worse in his alma mater – located in a small town – than in the army, and that he was referred to “electrical conversion therapy” – something that the military was accused of performing in homosexual men – as an university freshman, after he consulted a councilor on his confusion about his sexuality.

- Interview 5: Tyler, 67-years old. As Bob, Tyler apologized to me throughout our interview, because he also thought he did not have anything interesting say. He said that he tried his best not to draw attention to himself during his training, adopting what he defined as a “survival strategy” to avoid being targeted and picked on by his superiors because of his not so masculine manners. No one he knew in the military was gay, and he did not have any kind of homosexual experience there, but he told me he regrets never trying anything, because there were moments when men made passes at him. When I asked why he tried to be as invisible as possible, he told me that he feared being sent to Ward 22, an infamous psychiatry ward in the Military Hospital in Pretoria, where gay men were allegedly subjected to violence.

- Interview 6: Matthew, 66-years old. Throughout our conversation Matthew established contrasts between his and his brother’s experience in the military. Both were conscripted, but whereas his brother, a sporty, toned young man who played cricket and had good relationships with his military superiors had a “good time,” Matthew told me that his sheer ineptitude with sports and his lack of muscles made his colleagues and superiors ill-disposed towards him. As Tyler, he

Além das entrevistas acima, eu também conversei com duas pessoas que não estavam previstas inicialmente por não serem parte do grupo demográfico correspondente à homens *whites* homossexuais que serviram a SADF.

A primeira foi a filha de um ex-recruta da SADF, um homem *white* heterossexual. Anna (nome fictício) tinha 21 anos de idade quando conversamos. Ela me contatou depois

mentioned that his strategy was to be as invisible as possible, fearing that his non- masculine dispositions would turn him into an outcast.

- Interview 7 and 8: Erasmus and Peter, 55-years old and 70-years old, respectively. I met Erasmus and Peter through Tony (see below), and I interviewed both together. Speaking with two people from different generations and who served in different branches – Erasmus was in the navy, Peter in the Air Force – was interesting because they talked about their experiences through a comparative frame, which gave me interesting insights on how generation played an important part on the way homosexuality was experienced in the military. Whereas for Peter the army was a hyper-masculine environment where homosexuality was spoken of as being an aberration, Erasmus said that he had a relatively easy time in his conscription years, and that one of the things he feared the most about being gay back then was not the discrimination or violence in the army per se, but something that was starting to haunt South African society: the HIV/Aids epidemic.

- Interview 9: Tony, 66-years old: My interview with Tony was emotionally draining. Even though he was not subjected to any sort of institutional and interpersonal violence for being gay in the army, his impressions of the militarism ingrained in South African society during apartheid and the maladies that it created – and that in his view are still present in South Africa – were extremely melancholic and pessimistic. He told me that he thought the army did not have a profound impact in his coming of age, but that in hindsight it was one of the most erotically charged experiences he has ever lived, because sex seemed to be everywhere. He also said he regretted not having had homosexual experiences while there, even though he had the opportunity to, and drew comparisons between the Christian conservative and heterosexual ethos of the army and the more open-minded environment of the Capetonian university that he went to.

- Interview 11: Sam, 63-years old: Sam enjoyed his experience as a conscript, so much that he decided to pursue a military career after the mandatory training. He told me that the attitudes towards homosexuality gradually improved in the army as the South African society became more liberal towards gay and lesbian rights in the 1980s and 1990s. Sam came out of the closet to one of his superiors when he was already a permanent member of the military and say that he never faced any discrimination because of his homosexuality. He decided to leave the institution before 1994 and complained of the ineptitude of the South African National Defence Force currently.

que apresentei minha pesquisa no curso "Writing Queer Lives", ministrado pelo Professor Shaun Viljoen na Stellenbosch University no primeiro semestre de 2021. Para falar sobre meu tema, enviei aos estudantes da disciplina um texto que analisava o livro *Moffie*, de forma a introduzir o tema da homossexualidade na SADF. Ao final da aula, Anna me disse ter algumas considerações a fazer sobre como sua relação com seu pai foi afetada pelo serviço militar, e ela perguntou se podia conceder uma entrevista a mim. Entrevistei-a durante 3 horas em um café em Stellenbosch, onde ela me contou como meu trabalho sobre homossexualidade nas forças armadas havia produzido uma forte reação nela e a fez compreender algumas das questões que a perturbaram no relacionamento com seu pai. Ela me disse que seu pai é muito violento e possui uma personalidade difícil, o que ela credita a um transtorno de estresse pós-traumático oriundo de seu treinamento militar. Segundo ela, seu pai sente orgulho do serviço militar e, de fato, hoje tem uma empresa que fornece seguranças privados a clientes de alta renda na África do Sul, mas ela sente que o seu tempo na SADF foi traumático. Eles nunca falaram sobre as experiências que ele teve no exército, exceto uma vez quando ele ingeriu álcool e chorou na frente dela, falando sobre seus dias enquanto recruta. Ela disse que reconhecer o trauma que seu pai deve ter adquirido durante o treinamento militar a levou a compreendê-lo melhor, mas que este é um tópico sobre o qual muitos homens *white* têm problemas em falar; em sua opinião, se houvesse uma conversa franca no país a respeito dos traumas que muitos jovens *whites* do sexo masculino sofreram durante o treinamento militar, muitas das questões que ela associa a uma militarização da sociedade sul-africana – violência de gênero, violência contra pessoas LGBTQ+, etc. – poderiam ser melhor compreendidas e trabalhadas.

A segunda entrevista foi com um jovem ator *white*. Um de meus entrevistados conhece muitas pessoas na indústria cinematográfica sul-africana e sugeriu que eu entrevistasse um dos protagonistas do filme *Moffie*. O filme, dirigido por Oliver Hermanus e lançado nos cinemas sul-africanos em 2021, é baseado no livro homônimo de Andr Carl van der Merwe e retrata o sistema de recrutamento militar através das experiências de um jovem homossexual. O filme foi aclamado pela crítica e é uma das poucas obras cinematográficas a tratar do tema do alistamento militar na África do Sul¹⁰⁵. Com a ajuda

¹⁰⁵ Outros filmes são *Property of the state: gay men in the apartheid military* (2003) e *Kanarie* (2018). *Property of the state*, dirigido por Gerald Kraak e baseado no relatório do *The aVersion Project*, demonstra a experiência contraditória no exército para muitos homens homossexuais, em que o

daquele entrevistado, pude entrar em contato com o ator principal do filme, que concordou em me dar uma pequena entrevista sobre suas opiniões a respeito do filme. Assim como fiz com Anna, perguntei a ele, um jovem sul-africano *white*, quais eram suas opiniões sobre temas como recrutamento militar e violência homofóbica na África do Sul. Ele me disse que ser escolhido para atuar como o ator principal do filme o fez questionar seu pai pela primeira vez sobre sua experiência como recruta, e que a conversa o ajudou não apenas a encontrar inspiração para o papel, mas também a entender algumas questões que ainda estão presentes na sociedade sul-africana, tais como uma cultura de violência e homofobia. Foi interessante comparar suas respostas às de Anna, porque havia muitas semelhanças em ambas, como uma ênfase no silêncio que envolve a questão do recrutamento militar e como ambos pensam que o que chamaram de "cultura da violência" que ainda está presente na sociedade sul-africana está intrinsecamente relacionado com o passado sempre presente do país. Ainda que não pude explorar essas entrevistas, creio que seria interessante abordá-las a partir de ideias como "trauma intergeracional" (DAS, 2003; CHO, 2008) que envolve as experiências dos pais e avôs das jovens gerações sul-africanas mais jovens no serviço militar.

Abaixo, analiso alguns dos temas que recorrentemente apareceram nas minhas entrevistas, e que ajudam a construir uma perspectiva a respeito da homossexualidade na SADF e suas implicações mais amplas sobre o pertencimento desses homens *whites* homossexuais à África do Sul segregada.

Ser moffie no exército

A primeira pergunta que fazia em minhas entrevistas era quando meus interlocutores tinham iniciado o seu serviço militar e para qual área das forças armadas haviam sido enviados. Obtive diferentes respostas: meus interlocutores estiveram no exército em períodos que variam do início dos anos 1970 ao final dos anos 1980, e, no conjunto, trata-

homoerotismo andava lado a lado com a repressão. Dirigido por Christiaan Olwagen, *Kanarie* é um *coming of age* ambientado nos anos 1980 e que conta a história de um jovem de uma pequena cidade sul-africana que é escolhido, durante seu período de serviço militar, para cantar no grupo de coral da SADF, onde ele vivencia suas primeiras experiências homossexuais e também uma série de violências homofóbicas. Para uma lista de filmes sul-africanos recentes que tratam de temática homossexual, ver PIETERSE, 2019.

se de uma amostra composta por pessoas que estiveram na Marinha, na Aeronáutica e no Exército. A partir dessa pergunta, a entrevista geralmente fluía livremente; eu não tinha nenhum grande conjunto de questões específicas, a não ser perguntas como se o entrevistado tinha saído do armário antes, durante ou depois do serviço militar, se ele teve algum tipo de relação homossexual na instituição e se presenciou algum tipo de violência homofóbica. Eu preferia que a conversa fosse na direção de onde meus interlocutores quisessem, o que me rendeu diferentes histórias de vida. Entretanto, alguns tópicos estiveram presentes em todas as perguntas.

A reflexão sobre a própria sexualidade durante o serviço militar obviamente esteve presente em todas as conversas. A maioria dos meus interlocutores não saiu do armário durante o serviço militar, adotando a mesma estratégia do personagem Nicholas van der Merwe do livro *Moffie*. A razão para isso era um sentimento e, mais do que isso, a certeza de que ser gay no exército implicaria em sofrer uma série de violências, desde agressões físicas até verbais. Apesar de nenhum dos meus interlocutores ter sofrido algum tipo de agressão física durante seu período enquanto recrutas, havia uma sensação de que as forças armadas exigiam um tipo de masculinidade heterossexual de seus membros. Quando comentei com Frank minha impressão sobre o livro *Moffie* e como havia uma mistura de violência e relações homossexuais acontecendo no exército, essa foi a sua impressão sobre o serviço militar:

- Phillip: [...] When I first read the book I was like "oh, the army actually tried to prevent homosexuality from happening, even using violence..." But at the same time, at least in the book, there were some homosexual relationships, right?

- Frank: Ja, ja, for sure. But it was very risky for them. Very... If they get caught... Which I was exposed to, you know. People being caught. It was terrible.

- Phillip: It's strange for me that the army, this institution where male bonding is so important, but it can't be... This bonding needs to happen in such a way there is no...

- Frank: No sexual...

- Phillip: Ja, and no feelings involved...

- Frank: Ja. The thing is, [the military service] is very homoerotic, because you shower in these open showers... You spend time with your friends, 24/7, only men, and you are 19 years old, you are horny as fuck, you know. It's difficult.

- Phillip: So you had to... To hide your feeling in these situations, like in the shower...

- Frank: Yeah it was... Look, I went to boarding school as well, so you get used to controlling yourself. You cannot have an erection while you are having a shower.

- Phillip: And you had to hide the way you talk and... You had to be "manly"?

- Frank: Very manly, ja. So you learn to hide your sexuality.

Para esses homens, esconder a sua sexualidade era algo corriqueiro no contexto de uma África do Sul comandada por um regime de caráter conservador. De fato, muitos me disseram que a experiência de tentar parecer algo que não se era ocorria quando eles estavam entre membros de família, na escola, alguns mesmo na universidade. Para Frank, “sair do armário” significaria a perda de relações e ser taxado enquanto doente: “[If I came out of the closet] they would've told me that I was sick, that I needed, hm, psychological help, that I... People would've... I would've lost all my friends, my family, everything”.

Quando conversei com Tony, ele disse que não pensava no seu tempo no exército havia décadas. Esse momento, para ele, não tinha significado nada. Contudo, no decorrer da entrevista, ele pareceu ter alguns *insights*. Apesar de ele também ter procurado se manter invisível, obedecendo ordens e não questionando muita coisa, ele disse que o serviço militar foi o período mais eroticamente carregado de sua vida. A convivência diária em um ambiente masculino lhe fazia sentir excitado quase a todo o momento, ao mesmo tempo em que ele procurava lutar contra esses desejos para que ninguém soubesse o que ele sentia. Quando lhe perguntei se ele teve algum relacionamento no exército, ele disse que não. Depois, pensou mais um pouco e comentou que ele ficou muito próximo de um colega, que eles faziam quase tudo juntos e que conversavam por horas e horas. Em um certo dia, foram encarregados de executar um trabalho em um local longe de onde ficavam estacionados, e no caminho até a tarefa, os dois em um carro, Tony contou que sentiu uma tensão sexual no ar, e que seu amigo, que dirigia, parou o carro por alguns minutos, sem dar maiores

explicações. Tony simplesmente ficou olhando para frente, sem dizer nada, até que seu amigo ligou o motor novamente e partiram para sua tarefa. Olhando para trás, ele disse se arrepender de não ter tentando nada.

Se a sobrevivência durante o período no exército implicava, para muitos desses homens, esconder sua sexualidade, isso não significava que a experiência no exército era totalmente assexuada. Referências ao caráter homosocial do exército, ao fato de que homens passavam horas e horas juntos, tomando banho no mesmo espaço, dormindo muitas vezes na mesma cama, foram abundantes em minhas entrevistas. Alguns de meus interlocutores procuravam evitar esses tipos de contato mais próximos com seus companheiros, temerosos de que reações fisiológicas denunciaram seus desejos internos. Outros, contudo, aproveitaram-se dessas situações para ter algum tipo de relação mais íntima com seus colegas, o que algumas vezes implicava em relações sexuais em lugares escondidos dentro dos barracões, como banheiros, ou mesmo durante momentos de conflito entre moitas espessas que os escondiam.

A ocorrência de relações homossexuais dentro da instituição foi particularmente marcante para Dante. Nossa conversa, de quase cinco horas, foi cercada de referências sobre a normalização de relações homossexuais durante toda a sua vida. Crescendo em um ambiente rural, Dante me contou que era comum que garotos *whites* de sua idade tivessem uma espécie de “amizade” com rapazes *coloureds* mais velhos que trabalhavam nas fazendas da região. Essa amizade implicava muitas vezes na troca de carícias sexuais, que não eram consideradas estranhas porque a categoria “homossexualidade” não fazia parte daquele universo. Tudo isso mudou quando Frank foi para uma cidade maior para completar seus estudos do ensino médio. Nesse local, nos anos 1960, a categoria “homossexual” estava na boca das pessoas, e Frank sofreu muita violência por ter flertado com vários de seus colegas, achando que ele estava em um contexto parecido com o de sua cidade natal. Essa experiência evoca a passagem de *Moffie* em que o exército torna o ato dos dois rapazes que faziam sexo como representativos de algo sobre eles próprios. Nesse novo contexto, Dante aprendeu a esconder seus desejos sexuais na escola e que esses desejos significavam que ele era um *moffie*. No exército, entretanto, Frank teve a oportunidade de explorar sua nova “identidade”. Ele sempre havia tido aptidão para artes e também uma bela voz; por isso, foi escolhido para participar de um coral da SADF¹⁰⁶, onde ele viajava por toda a África do Sul

¹⁰⁶ Para mais informações sobre as bandas e corais da SADF, ver DE JONGH, 2020.

para entreter diferentes regimentos. Esse entretenimento não era só musical; ele também prestou “serviços sexuais” para diferentes homens durante suas viagens. Segundo ele, era sabido que quando corais visitavam regimentos, muitos recrutas se envolviam sexualmente com os rapazes que cantavam, os quais tinham a fama, juntamente com os recrutas que viravam cozinheiros ou enfermeiros, de serem “afeminados” e homossexuais.

Dois outros interlocutores tiveram uma relação diferente com sua homossexualidade em comparação com os outros entrevistados. Vincent e Sam serviram o exército assumidamente gays. Apesar de uma década separar o tempo em que foram recrutas na SADF, ambos me disseram que não tiveram muitos problemas com o fato de serem gays enquanto estavam na instituição.

Vincent contou que por ter decidido ir para a universidade antes de prestar o serviço militar, seu bacharelado em contabilidade o levou a ser colocado em uma posição burocrática na cidade de George, na província de Western Cape. Ali, ele trabalhou em um escritório e se ocupava sobretudo de garantir que o pessoal do exército recebesse seu pagamento na quantia e data corretas. No princípio, ele temia que sua homossexualidade o levaria a ser perseguido no exército; tendo frequentado uma universidade de reputação progressista e liberal, ele saiu do armário para amigos mais próximos aos 20 anos, dois anos antes de cumprir seu treinamento militar, e chegou a ter relações esporádicas com homens. Contudo, após alguns meses, Vincent percebeu que estava relativamente seguro no seu ambiente burocrático. Ele se envolveu com um superior que trabalhava no mesmo escritório, e ambos tiveram um relacionamento relativamente aberto. Poucas, quiçá nenhuma pessoa no escritório, não estavam cientes do relacionamento dos dois, e Vincent me disse que ninguém os ofendeu ou que eles tiveram algum tipo de problema por causa disso. Quando eu demonstrei surpresa em relação à essa tolerância e perguntei se ele tinha alguma hipótese do porquê as pessoas não pareciam se incomodar com aquela relação homossexual, ele me disse que o seu ambiente de trabalho não era tão “masculino” quanto aquele nos quais a maioria dos recrutas frequentava. Além disso, ele contou que uma vez sofreu ofensas homofóbicas por parte de um soldado; como vingança, atrasou em dois meses o pagamento do sujeito. Com o poder de controlar os salários alheios, ele me contou que as pessoas o respeitavam.

Sam esteve no exército nos anos 1980, momento em que a guerra nas fronteiras da África do Sul, assim como as revoltas internas contra o *apartheid*, estava no auge. Nesse tenso contexto, Sam cumpriu o seu serviço militar obrigatório e foi colocado na Marinha.

Ao contrário de meus outros interlocutores, que ou odiaram ou viam o período de recrutamento de maneira relativamente neutra, Sam se sentiu atraído pelas forças armadas e decidiu ter uma carreira no exército após o fim de seu serviço militar. Quando lhe perguntei sobre como era ser gay e membro permanente das forças armadas, ele deu de ombros. “Nada demais”, respondeu. Ele contou que ainda durante os anos 1980, pressões internas de grupos gays na SADF fizeram com que o exército adotasse uma política interna mais tolerante para com homossexuais. Assim, na unidade em que Sam trabalhava, seus colegas sabiam de sua sexualidade e que ele tinha um relacionamento estável com um homem há anos, e nunca lhe dirigiram nenhum tipo de ofensas ou piadas.

Refletindo sobre as minhas entrevistas, creio ter confirmado minha hipótese de que as atitudes para com a homossexualidade dentro do exército eram variadas, dependente de contextos internos e externos. Conforme argumenta SCHAAP (2011), mudanças na maneira como a sociedade sul-africana encarava a homossexualidade ao longo das décadas também se refletiram no exército, e foi fácil perceber que aqueles meus interlocutores que tinham realizado seu serviço militar nos momentos finais do apartheid tiveram uma experiência relativamente mais tranquila em relação à maneira como a sua homossexualidade era encarada. Segundo CONWAY (2008), mesmo a revista oficial da SADF, *Paratus*, chegou a ter em suas capas homens que não se enquadravam no ideal tradicional da masculinidade *white* africânder – viris, fortes, másculos –, o que ocorreu num momento em que não só a homossexualidade parecia ganhar mais aceitação por parte da sociedade sul-africana por meio de debates públicos e da pressão de movimentos por direitos homossexuais, mas também quando críticas ao *apartheid* faziam com que o regime buscasse ampliar seus apoiadores entre pessoas *whites*. Assim, ainda que não seja possível dizer que a aceitação da homossexualidade na SADF tenha aumentado conforme os anos – inclusive porque o aparecimento do vírus HIV levou ao aparecimento de um discurso que dizia que a doença era uma “praga gay” (cf. MBALI, 2009) – é possível dizer que mudanças externas ao exército, assim como contextos individuais, fizeram com que *moffies* na SADF tivessem experiências variadas, que iam do silêncio à violência à relativa aceitação.

Uma outra questão surgiu quando eu me dei conta de que todos os meus interlocutores procuraram, de alguma forma, “justificar” sua participação na SADF. Esse era um tópico que eu, inicialmente, não havia prestado atenção. Ainda que soubesse que muitos homens *whites* deixaram a África do Sul para ir morar no exterior a fim de evitar o serviço militar, e que ainda outros alegaram objeção de consciência a fim de não ter que

servir o exército – levando muitos a serem presos (CONWAY, 2004a, 2012) –, eu apenas supus que, para esses meus interlocutores, não teria havido muita escolha. Seja porque alguns não tinham os recursos para morarem no exterior, seja porque eu pensava que essa era uma questão que não tinha surgido em suas cabeças, acabei não lhes perguntando por que eles prestaram o serviço militar. Mas essa questão acabou sendo respondida, mesmo não tendo sido elaborada. Na sessão abaixo, reflito sobre o que essa tentativa de se justificar significa, e as implicações disso para a discussão entre nacionalismo, militarismo e homossexualidade.

“We can’t flee to a country south of us”

‘Isn’t it pathetic that we’ve become so used to living in secrecy and hiding our feelings that it’s become second nature? We just accept the way we’re treated. Shit, we don’t even know what it must feel like to have an open, caring relationship with a partner. It’s like these older guys who live their whole life together as “friends” and never come out, not even to their closest family. You know, we’re actually as badly persecuted as the blacks in this country. Even more so. At least it’s not illegal to be black!’

[...]

‘Do you think it will ever change? I mean, will we ever be treated like “normal” people?’

‘No, not in this country, not with this government. And the general public will also have to change their attitude’

‘Nick, when we get out of this shithole, we’re going to have a good time, man, I guarantee you.

The first thing is, we’re saving up and going to America: New York and San Francisco!’

‘Yes, and have all the sex we’ve missed out on.’ ”

Moffie, André Carl van der Merwe

O diálogo acima ocorre em um trecho de *Moffie* em que Nicholas van der Swart, personagem principal do livro, conversa com seu amigo, Malcolm, a respeito de como é ser um homem gay na África do Sul durante o *apartheid*. Até o momento, li o livro quatro vezes; em todas elas, a comparação entre o tratamento que o governo reservava a homens gays e a pessoas *blacks* sempre me chamou a atenção. Se o recurso à comparação com a forma como o regime racista do *apartheid* tratava pessoas *blacks* serve aos propósitos do texto de

ressaltar a brutalidade contra homens gays no período¹⁰⁷, essa sempre me pareceu uma comparação controversa.

Esse desconforto apareceu algumas outras vezes quando eu ouvi meus interlocutores falarem sobre porque eles serviram o exército. É claro que, conforme aponta COCK (1989), a recusa a servir a SADF implicava em sanções que estavam entre as mais sérias do mundo; contudo, como bem apontaram meus interlocutores, havia a possibilidade de recusar servir o exército e participar de uma instituição que, entre outras funções, ajudou na opressão a que muitos sul-africanos *non-whites* estiveram submetidos durante o *apartheid*. Se muitos – ainda que não todos – os meus interlocutores tinham uma visão crítica a respeito do serviço militar, havia sempre a tentativa de justificar esse período por meio da ideia de que a

¹⁰⁷ Em seu website oficial, o autor de *Moffie* diz o seguinte sobre o porquê de ter escrito o livro:

Although the Truth and Reconciliation Commission in South Africa had gone a long way to exposing and exorcising some of the atrocities committed in the name of Apartheid, very little has been revealed about the adversities faced by gay people under the old regime.

The book Moffie (a derogatory Afrikaans term for a gay man) is a result of my need to make sense of the madness around me while I was doing compulsory military service in South Africa during the 1980's. I had nowhere to turn for help or understanding - not to my parents, my Church or my friends; the Government had even criminalized homosexuality – and so it was my diary that saved my sanity. I documented my suffering, which was also that of so many others; our anguish at having to hide behind a façade, our desperation of wanting to escape or sublimate an inescapable orientation.

I have often thought of the suffering of those who were the primary targets of Apartheid, but not even during the darkest days of our history was it illegal to be black. Never would a black parent throw a child out of his house because of his ethnicity. Yet this was what happened to gay people. I needed to document the turmoil of a child going through puberty, awakening spiritually, but being pressurised into believing that, because he is homosexual, he is doomed to eternal hell.

Set during the South African border war against communism (in itself is a part of this country's history that could be all too easily forgotten) I have recorded the atrocities that took place in 'Ward 22', where gay people in the Defence Force of the time were abused and tortured.

This is my contribution towards a world where we are not treated as second-rate citizens, but where we are seen and see ourselves as equal to all other human beings, as we were created.

Fonte: <https://www.andrecarlvanndermerwe.com>. Acesso em 03/03/2022.

propaganda do *apartheid* era eficiente. Um dos exemplos era a ameaça comunista, conforme me contou Tyler:

- Tyler: I've got a friend who was in the army with me, he was in school with me, he's an engineer, very successful, heterosexual... He hated the army so much. [...] Anything about the army he detests. Most people I know, [...] they all hated the army.

- Phillip: But they didn't do anything against the government, right? Like protest.

- Tyler: They were racists and they supported the South African regime. You know... They thought that it had to be done. We... It's important to remember that communism was a real threat. It's very easy to look back at communism now because communism... That hardly exists. But then, we didn't know. It was the Cold War. We honestly didn't know. We feared communism, we were told how bad communism was. And then countries around us started falling to communism. Angola went into complete anarchy, Mozambique went into complete anarchy, Zimbabwe is... You know... It's a complete disaster and... So, we feared communism. [...] Remember: we fought against Cuban and Russian soldiers. [...] It's similar to the Vietnam War, because it was a war that the country didn't really know... We would come back from camps and everybody... Everything was normal, and we had just being exposed to... To a war. When I arrived at the border, I couldn't believe the scale of it. It was enormous. And how much money and resources and everything was going into that war. And the thing is: South Africa just couldn't afford it anymore. 'Cause we, South Africa, we were manufacturing our own army vehicles, airplanes, helicopters, war machinery, because nobody was supporting us. And it made South Africa very independent.

- Phillip: And the public supported the war?

- Tyler: The public did, ja. Well... When I say "the public", you have to consider that the public, that most of the public did not have a say.

- Phillip: Oh no, but I mean white people.
- Tyler: Afrikaans people... And it's not good to generalize, but... But... Remember that we had democracy for white people, and the National Party always won the elections. And that was... They supported apartheid.
- Phillip: And British people also voted for them?
- Tyler: They won't admit it, but they did. The English people, English South Africans, ja. A lot of them did.
- Phillip: And also Portuguese South Africans?
- Tyler: Probably. When Angola fell to communism, they gave the Portuguese people in Angola I think something like 48 hours to leave the country, and... They could only take a certain amount with them. [...] So they, you know... They obviously supported the war.
- Phillip: And also the regime.
- Tyler: The regime, yeah, of course. Absolutely. Because they saw what happened in Angola, and so they felt, so... We were told that's what's going to happen in South Africa. We were genuinely fearful of it. I mean... Hm... It's easy now, after Mandela and South Africa becoming independent by peaceful revolution, to look back and say "What the fuck?". But there was a genuine fear of the same thing happen that had happened in Angola. Because where would we go? We can't flee to a country south of us.

A justificativa de que o governo estava fazendo uma lavagem cerebral em sul-africanos *whites* apareceu em outras entrevistas, com o fantasma do comunismo utilizado como ferramenta, segundo esses homens, para assustar os *whites* e fazer com que eles se unissem contra a ameaça vermelha representada por grupos como o ANC. O sentimento anti-comunista e o “red scare”, ou “pânico vermelho”, eram, de fato, comuns durante o regime do NP (cf. STEMMET, SENEKAL, 2013; FALKOF, 2015, 2018; ZALMANOVICH, 2018); contudo, pareceu-me interessante que questões como a motivação racista do *apartheid* raramente terem sido mencionadas pelos meus interlocutores. Essa foi, na verdade, a impressão que tive conversando com pessoas *whites* na África do Sul: raramente se fala em racismo e, quando se fala em *apartheid*, ainda que se

aponte o absurdo daqueles tempos, fala-se como se o racismo não tivesse sido um dos fatores primordiais a sustentar o regime.

Mais do que isso, a tônica da nostalgia pelo passado também apareceu no discurso de muitos desses homens. Apesar de muitos reclamarem do tratamento que receberam no exército, de como o serviço militar era duro e como era difícil ser gay durante o *apartheid*, algumas vezes se falava sobre o passado com uma certa melancolia, falando sobre o antes como se sentissem saudades. Essas falas vinham sobretudo pensadas junto com uma reflexão sobre o presente na África do Sul: meus interlocutores falaram como o rand – moeda oficial da África do Sul – chegou a ser mais forte que o dólar em determinado momento entre os anos 1970 e 1980, o que fez com eles pudessem viajar internacionalmente com facilidade, o que hoje não é possível dada a desvalorização da moeda sul-africana internacionalmente; contaram-me como a estrutura de serviços públicos era boa durante o *apartheid*; como o exército era bem equipado e disciplinado se comparado com hoje; como os sul-africanos *whites* tinham hoje menos oportunidades por conta de políticas públicas como o *Black Economic Empowerment*, um programa de ações afirmativas criado no pós-*apartheid* com o objetivo de aumentar a participação de pessoas *black* na economia.

A forma como meus informantes lembravam do passado, pensavam no presente e se preocupavam com o futuro me desconcertou em vários momentos. As narrativas de sofrimento por conta do ser gay durante o *apartheid* eram mescladas com memórias a respeito de um país em que “as coisas funcionavam”. Como minhas entrevistas foram feitas em Stellenbosch e na Cidade do Cabo, dois locais governados ao nível municipal e estadual pela *Democratic Alliance* (DA), um partido de centro-direita que é o principal opositor do ANC, alguns dos meus informantes me diziam para olhar para essas cidades e ver como elas também “funcionavam” (“look how Cape Town works...”), o que eles creditavam ao fato de o ANC não ser o partido no poder. Eles faziam questão de dizer que não se tratava de uma questão racial (“there are many black and coloured people in the DA as well”), mas eu não pude deixar de pensar em como esses homens, todos detentores de casas confortáveis em bairros opulentos, com um círculo de amigos majoritariamente *white* e aparentemente “protegidos” da realidade da maioria dos sul-africanos, não conviviam, de fato, com uma alteridade em seu dia a dia.

Eu não cheguei a mencionar para meus interlocutores, mas às vezes, durante minhas entrevistas, acabava pensando nas eleições legislativas em Hillbrow mencionadas no capítulo 2. Em uma sociedade complexa como a África do Sul, com marcadores sociais da

diferença que se entrelaçam, desfazem-se, unem-se e negam-se, e em um cenário público em que falar sobre raça, racismo e privilégio, especialmente para pessoas *whites*, é um assunto espinhoso, eu não pude deixar de me perguntar se cada um dos meus interlocutores, se estivesse presente em Hillbrow naquele momento, votariam no candidato do anti-*apartheid* Federal Progressive Party, cujo candidato não dava destaque às pautas de gays e lésbicas, ou deixar-se-iam seduzir pela ideia do Afrikanerdom, representada pelo candidato *gay-friendly* do National Party, de que os africanos, assim como os gays, eram uma minoria que deveria ser protegida (ou, melhor dizendo, privilegiada). Talvez eu necessitasse de mais intimidade para me aventurar nessas águas.

CONCLUSÕES

“[Nationalisms,] once created, [...] became 'modular,' capable of being transplanted, with varying degrees of self-consciousness, to a great variety of social terrains, to merge and be merged with a correspondingly wide variety of political and ideological constellations.”

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*

Das (2007) mostra como podemos pensar a noção do “indivíduo sexuado” (*sexed individual*) como a base da política e sua relação com a cidadania a partir da análise da figura da mulher na discussão sobre a soberania em *Émile, Ou de l'Éducation* de Rousseau. No livro, a mulher aparece não como uma oposição simétrica ao homem, mas como a passagem obrigatória que o homem tem de percorrer no caminho ascendente do casamento, paternidade e cidadania. A parábola de Sophie, que Émile tem de aprender a amar e através de quem deve aprender a superar seu medo da morte, mostra a relação, para um homem, entre aprender a habitar a sociedade através do compromisso com o sexo e tornar-se um bom cidadão. A personagem de Sophie, que aparece em *Émile* como a figura da sedução, a futura mãe de família e aquela pela qual Émile aprende a ser um bom cidadão, implica, entre outras coisas, que para ser um cidadão do Estado, é preciso ser um chefe de família. Ao analisar o texto de Rousseau, Das chama a atenção principalmente para o papel de Sophie, que ela interpreta como revelando as dimensões da construção da cidadania e do Estado: o papel cidadão de Sophie, como o papel da mulher no Estado, se confunde com suas obrigações para o marido. Contudo, é possível questionar o que está por detrás da maneira como como Émile, e os homens nos contextos aqui mencionados, adquirem o status de cidadãos e seus privilégios no Estado em primeiro lugar.

Se a relação de Sophie com o Estado, assim como o das mulheres africanas no *Afrikanerdom* e as mulheres hindus durante o estabelecimento do Estado indiano, está ligada à sua relação com o seu marido – o que implica, em outras coisas, na estrita vigilância sobre o controle sexual feminino e na restrição da sexualidade feminina ao espaço doméstico –, o homem também precisa se enquadrar nas normas que o tornam um cidadão, isto é, um pai de família. Seja através da proibição da relação sexual de homens *european* com mulheres

native, que Moutinho mostra ter sido o ponto de aplicação fulcral das leis do *apartheid* que proibiam os relacionamentos interracialis; seja através da devolução de mulheres muçulmanas aos seus maridos no Paquistão não só para reestabelecer o contrato sexual entre os homens nos dois países, mas também para refrear as “pulsões sexuais” dos homens hindus, como mostra Veena Das; ou ainda o caminho da aceitação/proibição da concubinação nas Índias Neerlandesas que aparece no livro de Stoler, o controle sexual masculino aparece como elemento fundamental para que ele se torne cidadão e obtenha os privilégios que esse título lhe confere. Mas, em primeiro lugar, se essa perspectiva está correta, a ideia de que o cidadão é “sexuado” é também a ideia de que ele é heterossexual; isso nos deixa imaginando qual seria exatamente o lugar na nação daqueles homens que não se conformam com esse destino.

O caso da África do Sul das décadas finais do *apartheid* parece mostrar que o Estado tinha a suposição de que os homens *whites* eram heterossexuais e, mais do que isso, preocupava-se com garantir essa heterossexualidade, como mostra a tentativa de criminalização da homossexualidade no final dos anos 1960. A homossexualidade aparece, nesse contexto, como desvio, e, portanto, não é de surpreender que, em seus ataques ao ECC, o governo e seus apoiadores tenham lançado mão de uma linguagem que questionava a masculinidade e a sexualidade dos membros do maior movimento *white* de oposição ao regime de segregação. Assim, se aos homens *whites* estava reservado um lugar de privilégio na nação segregada, esse privilégio não vinha automaticamente: ele exigia, em troca, a administração da sexualidade masculina, direcionada às mulheres certas e às mulheres em primeiro lugar. Não se trata aqui de negar os privilégios e o poder dos homens *whites* homossexuais em um contexto de racismo de Estado e brutal desigualdade de classe: trata-se, sim, de apontar para como o regime do *apartheid* se construiu acima de uma certa moralidade heterossexual.

Contudo, cabe fazer um apontamento na relação do Estado com a homossexualidade. Conforme aponta CONWAY (2008, 2009), nos anos finais do *apartheid* parecem começar a aparecer fissuras, pequenas, mas ainda assim fissuras, no discurso de partes do Estado em relação à homossexualidade. Desde a eleição de um político nacionalista conservador que defende o direito dos homossexuais até a aparição de homens cuja masculinidade não condizia com a norma na revista oficial das forças armadas sul-africanas parecem sugerir que o Estado utilizou diferentes estratégias para conquistar o apoio e a coesão do eleitorado

white sul-africano. Assim, o político nacionalista argumentava que os gays, assim como os *whites*, eram uma minoria que merecia proteção em um país intolerante à sua presença; da mesma forma, o exército pode acolher diferentes expressões de masculinidade, desde que elas sejam patrióticas.

Estaríamos aqui diante de um caso de homonacionalismo, isto é, “o uso de ‘aceitação’ e ‘tolerância’ para com gays e lésbicas como barômetro pelo qual se avalia a legitimidade e a capacidade de soberania nacional” (PUAR, 2013 [tradução minha])¹⁰⁸? Fazer essa alegação exigira mais reflexões. De saída, porém, acho que vale retornar à Benedict Anderson e sua valiosa lição sobre as comunidades imaginadas. Conforme o autor argumenta, o sucesso mundial do nacionalismo se deve, em parte, ao seu caráter “‘modulares’, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas” (ANDERSON, 2006 (1983), p. 30). Nesse sentido, o que talvez seja importante ressaltar é que, mais do que construções *essencialmente* masculinas, os nacionalismos são capazes de absorver diferentes ideologias e diferentes sujeitos.

Os nacionalismos são múltiplos e não têm uma única relação com homens, mulheres, homossexuais, etc¹⁰⁹ Não se trata de negar que os projetos nacionalistas, na maior parte das vezes, são pensados a partir de vieses que privilegiam (os tipos certos de) homens, em uma intrincada relação com diferentes marcadores sociais da diferença, mas sim de pensar como os nacionalismos são projetos que não são – ou não precisam ser – essencialmente masculinistas, homofóbicos, racistas. McClintock (op. cit.), por exemplo, apesar de apontar as injustiças e desigualdades que permeiam o pensamento nacionalista, defende um “nacionalismo progressista”, que seja produzido a partir de uma análise de gênero que faça

¹⁰⁸ Versão original: “the use of ‘acceptance’ and ‘tolerance’ for gay and lesbian subjects as the barometer by which the legitimacy of, and capacity for national sovereignty is evaluated”.

¹⁰⁹ Sobre o assunto, cabe mencionar as evidências, ainda em caráter anedótico, de que os atuais partidos de extrema-direita europeus, de caráter declaradamente nacionalista, têm perspectivas diferentes sobre pautas como gênero e sexualidade (cf. DRUCKER, 2019). Da mesma forma, trabalhos recentes sobre a participação de mulheres e homossexuais em movimentos nacionalistas, à esquerda e à direita (ver, por exemplo MULHOLLAND et al, 2018), também complicam a ideia de que o nacionalismo seja sempre uma ideologia a favor de interesses masculinos.

com que a nação não seja mais um “repositório de esperanças masculinas, aspirações masculinas e privilégios masculinos” (McCLINTOCK, op. cit., p. 385)¹¹⁰. Em questão, aqui, está em entender como o nacionalismo constrói e é construído por uma constelação de marcadores sociais da diferença, e que o resultado de como esses marcadores serão dispostos está sempre em aberto.

¹¹⁰ Versão original: “repositor of male hopes, male aspirations and male privileges”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. *Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government*. Cambridge: Polity Press, 2011.

_____. *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Cambridge: Polity Press, 2016.

AHLBÄCK, Anders. *Manhood and the Making of the Military: Conscription, Military Service and Masculinity in Finland, 1917–39*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2014.

ALMEIDA, H.B et al. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza et al. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Gramma, 2018.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections of the Origin and the Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 2006 (1983).

ARCUS FOUNDATION. *Data Collection and Reporting on Violence Perpetrated Against LGBTQI Persons in Botswana, Kenya, Malawi, South Africa and Uganda*. Nova Iorque, 2019.

BANK, Andrew. The Berlin Mission Society and German linguistic roots of volkekunde: The background, training and Hamburg writings of Werner Eiselen, 1899-1924. In: *Kronos*, v. 41, n.1, 2015a, pp. 166-192.

_____. Fathering volkekunde: race and culture in the ethnological writings of Werner Eiselen, Stellenbosch University, 1926–1936. In: *Anthropology Southern Africa*, v. 38, n. 3-4, 2015b, pp. 163-179.

BEHR, Mark. *The Smell of Apples*. Londres: Picador, 1997.

_____. *Kings of Water*. Londres: Abacus, 2010.

BELKIN, Aaron et al. Readiness and DADT Repeal: Has the New Policy of Open Service Undermined the Military?. In: *Armed Forces and Society*, v. 39, n. 4, 2013, pp. 587-601.

_____; CANADAY, Margot. Assessing the integration of gays and lesbians into the South African National Defence Force. In: *Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies*, v. 38, n. 2, 2010, pp. 1-21.

BELKIN, Aaron; MCNICHOL, Jason. Homosexual Personnel Policy and the Canadian Forces: Did Lifting the Gay Ban Undermine Military Performance?. In: *International Journal*, v. 56, n. 1, 2001, pp. 73-88.

_____; LEVITT, Melissa. Homosexuality and the Israel Defense Forces: Did Lifting the Gay Ban Undermine Military Performance?. In: *Armed Forces & Society*, v. 27, n. 4, 2001, pp. 541-56.

BENTO, Berenice. Prefácio. In: PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.

BERLINER, David C. The Abuses of Memory: Reflections on the Memory Boom in Anthropology. In: *Anthropological Quarterly*, v. 78, N. 1, 2005, pp. 197-211.

BOLLIGER, Lennart. Apartheid's Transnational Soldiers: The Case of Black Namibian Soldiers in South Africa's Former Security Forces. In: *Journal of Southern Africa Studies*, v. 43, N. 1, 2017, pp. 195-214.

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. In: *cadernos pagu*, v. 6, n. 40, 2013, pp. 197-227.

_____. Sem sombra para descansar: etnografia de funerais na África do Sul contemporânea. In: *Anuário Antropológico*, v. 36, n. 1, 2011, pp. 215-252.

_____. Explorando a noção de etnografia popular : comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. In: *Cuadernos de Antropología Social*, n. 29, 2009, pp. 23-42.

BOTHA, Kevan; CAMERON, Edwin. South Africa. In: WEST, Donald J.; GREEN, Richard (eds.). *Sociolegal Control of Homosexuality: A Multi-Nation Comparison*. Nova Iorque: Kluwer Academic Publishers, 2002.

BOOYENS, J. H. Volkekunde: ope sisteme en geslote denke? Enkele kritiese opmerki gs oor kritiek. In: *Bulletin vir Christelike Wetenskap*, v. 54, n. 4, 1989, pp. 432-453.

CALLAND, Richard. Illuminating the Politics and the Practice of Access to Information in South Africa. In: ALLAN, Kate (ed.). *Paper Wars: Access to Information in South Africa*. Johannesburgo: Wits University Press, 2009.

CARREIRAS, Helena. Diversidade social nas forças armadas: Gênero e orientação sexual em perspectiva comparada. In: *Nação e Defesa*, n. 107, 2004, pp. 61-88.

CASTRO, Celso. O trote no Colégio Naval: uma visão antropológica. In: *Antíteses*, v. 2 n. 4, p. 569-595, 2009.

COERTZE, R. D. Aanvang van Volkekunde aan Afrikaanstalige universiteite in Suid-Afrika. In: *South African Journal of Ethnology*, v. 14, n. 2, 1991, pp. 25-34.

CHO, Grace M. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, Secrecy, and the Forgotten War*. Saint Paul: University of Minnesota Press, 2008.

COCK, Jacklyn. Conscription in South Africa: A Study in the Politics of Coercion. In: *South African Sociological Review*, 1989, V. 2, N. 1, 1989.

_____. *Women and War in South Africa*. Londres: Open Letters, 1992.

_____. *Colonels and Cadres: War and Gender in South Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. The Place of Gender in a Demilitarisation Agenda. In: *Agenda: Empowering Women for Gender Equity*, N. 16, 1993, p. 49-55.

CONWAY, Daniel. 'Every coward's choice'? Political objection to military service in apartheid South Africa as sexual citizenship. In: *Citizenship Studies*, V. 8, N. 1, 2004a, pp. 25-45.

_____. 'All these Long-Haired Fairies Should be Forced to do Their Military Training. maybe they will Become Men'.1 the End Conscription Campaign, Sexuality, Citizenship and Military Conscription in Apartheid South Africa. In: *South African Journal on Human Rights*, V. 20, N. 2, 2004b, pp. 207-229.

_____. The Masculine State in Crisis. State Response to War Resistance in Apartheid South Africa. In: *Men and Masculinities*, v. 10, n. 4, 2008a, pp. 422-439.

_____. Contesting the masculine state: white male war resisters in apartheid South Africa. In: PARPART, Jane L., ZALEWSKI, Marysia (eds.). *Rethinking the Man Question: Sex, Gender and Violence in International Relations*. Londres, Zed Books, 2008b, pp. 127-142.

_____. Queering Apartheid: The National Party's 1987 'Gay Rights' Election Campaign in Hillbrow. In: *Journal of Southern African Studies*, v. 35, n. 4, 2009, pp. 849-863.

_____. *Masculinities, militarisation and the End Conscription campaign: War resistance in apartheid South Africa*. Manchester: Manchester University Press, 2012, 153 p.

CORNEJO, G. For a Queer Pedagogy of Friendship. In: *Transgender Studies Quarterly*, v. 1, n. 3, 2014, pp. 352-367.

CROUCHER, Sheila. South Africa's Democratisation and the Politics of Gay Liberation. In: *Journal of Southern African Studies*, V. 28, N. 2, 2002, pp. 315-330.

DAS, Veena. Trauma and Testimony: Implications for Political Community. In: *Anthropological Theory*, v. 3, n. 3, 2003, pp. 293-307.

_____. *Life and Words: Violence and the Descent Into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007, 281p.

_____. Violence, Gender, and Subjectivity. In: *Annual Review of Anthropology*, v. 37, 2008, pp. 283-299.

DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Júlio Assis; HENNING, Carlos Eduardo. Apresentação: Entrelaçando gênero, sexualidade e curso de vida: apresentação e contextualização. In: *Sociedade e Cultura*, v. 19, n. 2, 2016, pp. 3-12.

DE JONGH, Martha Susanna. *Music and Militarisation during the period of the South African Border War (1966-1989): Perspectives from Paratus*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Stellenbosch University, Stellenbosch.

DUBBELD, Bernard. Granting the Future? The Temporality of Cash Transfers in the South African Countryside. In: *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 2, 2021.

_____. Democracy as technopolitical future: delivery and discontent in a government settlement in the South African countryside. In: *Anthropology Southern Africa* v. 27, n. 40, 2017, pp. 73-84.

DRUCKER, Peter. The Sexual Contradictions of the European Far Right. *Paper presentation at the European Conference on Politics and Gender*, Amsterdam, 2019.

EDLMANN, Theresa. *Negotiating Historical Continuities in Contested Terrain: A narrative-based reflection on the post-apartheid psychosocial legacies of conscription into the South African Defence Force*. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia e História) – Grahamstown, Rhodes University.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press, 2014.

EVANS, Gavin. *Classrooms of war: The militarization of white South African schooling*. In: COCK, Jacklyn; NATHAN, Laurie. *War and Society: The Militarisation of South Africa*. Cidade do Cabo: David Philip Publisher, 1989.

FALKOF, Nicky. *Sex and the Devil: Homosexuality, Satanism, and Moral Panic in Late Apartheid South Africa*. In: *Men and Masculinities*, v. 22, n. 2, pp. 273-293, 2018.

_____. *Satanism and Family Murder in Late Apartheid South Africa: Imagining the End of Whiteness*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

FASSIN, Didier. *When Bodies Remember: Experiences and Politics of AIDS in South Africa*. Los Angeles: University of California Press, 2007.

FASSIN, Éric. *L'inversion de la question homosexuelle*. In: *Revue française de psychanalyse*, V. 67, N. 1, 2003, pp. 263-284.

GAISTKELL, Deborah; UNTERHALTER, Elaine. *Mothers of the Nation: a Comparative Analysis of Nation, Race and Motherhood in Afrikaner Nationalism and the African National Congress*. In: ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira (eds.). *Woman-Nation-State*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1989.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Discipline & Punish: The Birth of Prison*. Nova Iorque: Vintage Books, 1995 (1978).

_____. *Friendship as a Way of Life*. In: RABINOW, Paul (ed.). *Michel Foucault – Ethics: Subjectivity and Truth*. Nova Iorque: The New Press, 1997.

FREVERT, Ute. *“Soldaten, Staatsbürger – Überlegungen zur historischen Konstruktion von Männlichkeit”*. In: KÜHNE, Thomas. *Männergeschichte – Geschlechtergeschichte*:

Männlichkeit im Wandel der Moderne. Frankfurt am Main/Nova Iorque: Campus Verlag, 1996.

GALGUT, Damon. *The Beautiful Screaming of Pigs*. Cidade do Cabo: Penguin Random House South Africa, 1991.

GOFFMAN, Erving. *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Nova Iorque: Anchor Books, 1961.

GONTIJO, Fabiano. *Nation-Building, gênero e política no Cazaquistão: o caso do homem dourado*. In: *MANA*, v. 24, n. 3, 2018, pp. 151-185.

GORDON, R. How Good People Become Absurd: J.P. van S. Bruwer, the Making of Namibian Grand Apartheid and the Decline of Volkekunde. In: *Journal of Southern African Studies*, v. 44, n. 1, 2018, pp. 97–113.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da Unesp; 2000.

GRUNDLINGH, Albert. Playing for power? Rugby, Afrikaner nationalism and masculinity in South Africa, c.1900–70. In: *The International Journal of the History of Sport*, v. 11, n. 3, 2007, pp. 408-430.

GRUNDLINGH, Marizanne; GRUNDLINGH, Albert. “Volkekunde” in the academic and rugby world of South Africa’s Dr Danie Craven. In: *New Contree*, v. 87, 2021, pp. 89-106.

GRUNDY, Kenneth W. *Soldiers Without Politics: Blacks in the South African Armed Forces*. Berkeley: University of California Press, 1983.

_____. *The Militarization of South African Politics*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

GUSTERSON, Hugh. Studying Up Revisited. In: *Political and Legal Anthropology Review*, v. 20, n. 1, 1997, pp. 114-119.

HARRY, Joseph. Homosexual Men and Women Who Served Their Country. In: *Journal of Homosexuality*, v. 10, n. 1-2, 1984, pp. 117-125.

HEINECKEN, Lindy. Diverse Society, A Representative Military? The Complexity of Managing Diversity in the South African Armed Forces. In: *Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies*, v. 37, n. 1, 2009, pp. 25-49.

HEKMA, Gert. Homosexual Behavior in the Nineteenth-Century Dutch Army. In: *Journal of the History of Sexuality*, v. 2, n. 2, 1991, pp. 266-288.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos idosos LGBT. In: *Horizontes Antropológicos*, n. 47, 2017, p. 283-323.

_____. Is old age always already heterossexual and cisgender? LGBT Gerontology and the formation of the LGBT elders. *VIBRANT*, v. 13, n. 1, p. 132-154, 2016.

_____. *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. 2014. 422f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

HICKEL, Jason. *Democracy as Death: The Moral Order of Anti-Liberal Politics in South Africa*. Los Angeles: University of California Press, 2015.

JACKSON, Paul. *One of the Boys: Homosexuality in the Military during World War II*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

JONES, Tiffany. *Psychiatry, Mental Institutions, and the Mad in Apartheid South Africa*. Nova Iorque: Routledge, 2012.

_____. Averting White Male (Ab)normality: Psychiatric Representations and Treatment of 'Homosexuality' in 1960s South Africa. In: *Journal of Southern African Studies*, v. 34, no. 2, 2008, pp. 397-410.

KLAUSEN, Susanne M. *Abortion Under Apartheid: Nationalism, Sexuality, and Women's Reproductive Rights in South Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KRIKLER, Jeremy. *The Rand Revolt: The 1922 Insurrection and Racial Killings in South Africa*. Cidade do Cabo: Jonathan Ball Publishers, 2006.

KRUGER, Lou-Marie. Gender, Community and Identity: Women and Afrikaner Nationalism in the Volksmoeder Discourse of Die Boerevrou (1919-1931). 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – University of Cape Town, Cidade do Cabo.

KWON, Insook. A Feminist Exploration of Military Conscription: The Gendering of the Connections Between Nationalism, Militarism and Citizenship in South Korea. In: *International Feminist Journal of Politics*, v. 3, n. 1, 2001, pp. 26-54.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-Volta, Volver*: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro/ São Paulo: FGV/FAPESP, 1997a.

_____. A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n.34, p. 157-167, 1997b.

LEWIN, Ellen; LEAP, William L. *Out in the Field*: Reflections of Lesbian and Gay Anthropologists. Chicago: University of Illinois Press, 1996.

LOMSKY-FEDER, Edna; BEN-ARI, Eyal. Performing The People's Army: The Israeli Military manages symbolic and moral boundaries. In: MARKOWITZ, Fran et al (Org.). *Toward an Anthropology of Nation Building and Unbuilding in Israel*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2015.

LOPES, Pedro. *Deficiência na Cabeça*: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

LUIRINK, Bart. *Moffies*: Gay life in Southern Africa. Cidade do Cabo: David Philip Publishers, 2000.

MARAIS, H. C. Volkekunde, kulturele Antropologie en sosiale Antropologie: relevansie. In: *South African Journal of Ethnology*, v. 16, n. 1, 1993, pp. 16-22.

MASON, Paul. Masculinity against the grain in Damon Galgut's *The beautiful screaming of pigs*, André Carl van Merwe's *Moffie* and Koos Prinsloo's *Jonkmanskas*. In: *Scrutiny2*: Issues in English Studies in Southern Africa, v. 21, n. 3, 2016, pp 73-93.

MATEBENI, Zethu. Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção *queer*. In: *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 3, 2017, pp. 26-44.

MATHIAS, Jéssica; VENANCIO, Vinícius. A África Queer cruza o Atlântico: contrapondo histórias únicas. In: *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 2, 2021, pp. 199-213.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp. 399-422.

MAYER, Tamar. *Gender Ironies of Nationalism: Sexing the Nation*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2000.

MBALI, Mandisa. Gay AIDS activism in South Africa prior to 1994. In: REDDY, Vasu; SANDFORT, Theo; RISPEL, Laetitia. *From Social Silence to Social Science: Same-sex sexuality, HIV & AIDS and Gender in South Africa*. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2009.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: *Sociologias*, v. 11, n. 21, 2009, pp. 150-182.

_____. *O desejo da nação: Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume/Fafesp, 2012.

_____. “Discreto e fora do meio” – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. In: *Cadernos Pagu*, n. 44, 2015, pp. 61-90.

MONTEIRO, Paula. Os Fundamentos do Direito a terra no Pós-Apartheid Sul-africano. In: *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 14, n. 1, 2012, pp. 205-217.

MOSSE, George L. *Nationalism and Sexuality: Respectability and Abnormal Sexuality in Modern Europe*. Nova Iorque: Howard Fertig, 1985.

MOUTINHO, Laura. Condenados pelo desejo? Razões de Estado na África do Sul. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, 2004a.

_____. Raça, Sexualidade e Gênero na Construção da Identidade Nacional: Uma Comparação entre Brasil e África do Sul. In: *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 23, p. 56-88, 2004b.

_____. *Razão, “Cor” e Desejo: Uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-Sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004c, v. 1, 450p.

_____. Sexualidade, “raça” e direitos na África do Sul: primeiras reflexões. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sergio. (Org.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004d, p. 345-363.

_____. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. In: *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 14, p. 103-116, 2006.

_____. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: *Cadernos Pagu*, v. 1, p. 201-248, 2014.

_____. Sobre danos, dores e reparações: The Moral Regeneration Movement – controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org). *Travessias Antropológicas – estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

_____. “Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes”. In: *Cadernos Pagu*, n. 42, pp. 201-248, 2014.

_____. Cooperação internacional, parcerias acadêmicas e afeto na perspectiva Sul-Sul. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 3, 2019.

_____. *Des braves gens qui s'aiment de détester ensemble*. 2018. Tese de livre-docência (Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo).

NADER, Laura. Up the Anthropologist — Perspectives Gained From Studying Up. In: HYMES, Dell (ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova Iorque: Vintage Books, 1974.

NAGEL, Joane. Masculinity and nationalism: gender and sexuality in the making of nations. In: *Ethnic and Racial Studies*, v. 21, n. 2, 1998, pp. 242-269.

NÖTHLING, C.J.; STEYN, L. The Role of Non-Whites in the South African Defence Force. In: *Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies*, v. 16, n. 2, 1986.

PARK, Yoon Jung. White, Honorary White, or Non-White: Apartheid Era Constructions of Chinese. In: *Afro-Hispanic Review*, v. 27, n. 1, pp. 123-138, 2008.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 88-129.

PIETERSE, Annel. Masculinity, violence, and queer identity in recent South African films. In: *Film Notes*, v. 20, n. 3, 2019, pp. 375-381.

PIETERSE, Jimmy. Dictionaries and Discourses of Deviance: Changing Lexical Representations of 'Moffie' and the Reorganization of Sexual Categories among Afrikaans Speakers during the Second Half of the Twentieth Century. In: *South African Historical Journal*, v. 65, n. 4, pp. 618-637, 2013.

PILLAY, Hamish. *The Rainbow Has No Pink*. Pinetown: 30 Degrees South Publishers, 2008.

PINTO, Renato. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: Gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PINTO DE ALMEIDA, Fernanda. Framing interior: race, mobility and the image of home in South African modernity. In: *Social Dynamics: A journal of African studies*, v. 41, n. 3, 2015, pp. 461-481.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2011, pp. 263-274.

POLLECUT, Laura. Unlocking South Africa's Military Archives. In: ALLAN, Kate (ed.). *Paper Wars: Access to Information in South Africa*. Johannesburgo: Wits University Press, 2009.

POSEL, Deborah. Race as Common Sense: Racial Classification in Twentieth-Century South Africa. In: *African Studies Review*, V. 44, N. 2, pp. 87-113, 2001.

PUAR, Jasbir. Mapping US Homonormativities. In: *Gender, Place and Culture*, v. 13, n. 1, 2006, pp. 67-88.

_____. Homonationalism As Assemblage: Viral Travels, Affective Sexualities. In: *Jindal Global Law Review*, v. 4, n. 2, 2013, pp. 23-43.

REES, Jennifer. *Masculinity and Sexuality in South African Border War Literature*. 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Stellenbosch University, Stellenbosch.

RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o apartheid. In: *Anuário Antropológico*, 1994, p. 161-188.

ROSA, Marcelo C. A terra e seus vários sentidos: por uma sociologia e etnologia dos moradores de fazenda na África do Sul contemporânea. In: *Sociedade e Estado*, v. 27, 2012a, pp. 361-385.

_____. Reforma agrária e land reform: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. In: *Caderno CRH*, v. 25, 2012b, pp. 99-114.

_____. Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares. In: *Sociologias*, v. 10, n. 20, 2008, pp. 292-318.

RUBIN, Gayle: O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAGGESE, G. S. R. *Entre perdas e ganhos: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Decriminalising Homosexuality in Africa: Lessons from the South African Experience. In: LENNOX, Corinne et al. (Org.). *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in the The Commonwealth: Struggles for Decriminalisation and Change*. 1ed. Londres: Human Rights Consortium, Institute of Commonwealth Studies, v. 1, 2013, p. 313-337.

SCHAAP, Rudy. *State Of Emergency: An exploration of attitudes towards homosexuality in the SADF, 1969-1994*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Stellenbosch University, Stellenbosch.

SHARP, John S. The roots and development of *Volkekunde* in South Africa. In: *Journal of Southern African Studies*, v. 8, n. 1, 1981, pp. 16-36.

SEEKINGS, Jeremy. *The Carnegie Commission and the Backlash Against Welfare State-Building in South Africa, 1931-1937*. Working Paper, Centre for Social Science Research, University of Cape Town, 2006.

SIMÕES, Julio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

_____. Corpo e sexualidade nas experiências de envelhecimento de homens gays em São Paulo. In: *Revista A Terceira Idade*, v. 22, n. 51, jun. 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. In: *Cadernos Pagu*, n. 42, 2014, pp. 75-98.

_____. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: *Cadernos Pagu*, n. 28, 2007, pp. 65-99.

SINCLAIR, G. Dean. Homosexuality and the Military: A Review of the Literature. In: *Journal of Homosexuality*, v. 56, 2009, pp. 701-718.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Famílias de militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 861-882, 2013.

SKOVSHOLM, Klavs. The Right to Vote in South-Africa - A hundred Years of Experience. In: *Verfassung und Recht in Übersee*, v. 32, n. 2, 1999, pp. 236-252.

SOUTH AFRICA. *Inequalities Trends in South Africa: A Multidimensional Diagnostic of Inequality*. Pretoria: Statistics South Africa, 2019.

_____. *Crimes against women in South Africa, an analysis of the phenomenon of GBV and femicide: An overview of the prevalence of crimes against women in the country and the conditions that exacerbate GBV leading to femicide*. Pretoria: Statistics South Africa, 2020.

STEMMET, Jan-Ad. From nipples and nationalists to full frontal in the new South Africa: an abridged history of pornography and censorship in the old and new South Africa. In: *Communicatio: South African Journal of Communication Theory and Research*, v. 31, n. 2, 2006, pp. 198-210.

STEMMET, Jan-Ad; SENEKAL, Burgert A. Threats of Communist expansion in Apartheid South Africa: NP claims versus CIA intelligence perspectives in the years 1960 to 1990. In: *New Contree*, n. 68, 2013, pp. 99-119.

TEPPO, Annika Björnsdotter. *The Making of a Good White: A Historical Ethnography of the Rehabilitation of Poor Whites in a Suburb of Cape Town*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – University of Helsinki, Helsinki.

_____. *Afrikaners and the Boundaries of Faith in Post-Apartheid South Africa*. Londres: Routledge, 2021.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Lobolo e trabalho migratório: reprodução familiar e aventura no sul de Moçambique. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

TOBIA, Jacob. *Out of the Laager, Into the Streets: The Origins, Rise, and Fall of Gay Reform Organizing in Apartheid South Africa*. Dissertação (Honors in Program II: Human Rights Activism and Leadership) – Universidade Duke, Durham.

TORR, Gordon. *Kill Yourself & Count to 10*. Cidade do Cabo: Penguin Random House South Africa, 2014.

TUCKER, Andrew. *Queer Visibilities: Space, Identity and Interaction in Cape Town*. Londres: Wiley-Blackwell.

VAN DER MERWE, André Carl. *Moffie*. Nova Iorque: Europa Editions, 2011.

VAN DER WAAL, C. S. Long walk from volkekunde to anthropology: reflections on representing the human in South Africa. In: *Anthropology Southern Africa*, v. 38, n. 3-4, 2015, pp. 216-234.

VAN DER WESTHUIZEN, Christi. *Sitting Pretty: White Afrikaans Women in Postapartheid South Africa*. Durban: University of KwaZulu-Natal Press, 2017.

VAN ZYL, Mikki et al. *The aVersion project: Human Rights Abuses of Gays and Lesbians in the SADF by Health Workers During the Apartheid Era*. Cidade do Cabo: Simply Said and Done, 1999, 135 p.

VINCENT, Louise. Bread and Honour: White Working Class Women and Afrikaner Nationalism in the 1930s. In: *Journal of Southern African Studies*, v. 26, n. 1, 2000, pp. 61-78.

WEEKS, Jeffrey. The friendship ethic. In: DONOVAN, Catherine; HEAPHY, Brian; WEEKS, Jeffrey (org.). *Same sex intimacies: Families of choice and other life experiments*. Londres: Routledge, 2001.

WESSELS, André. Half a Century of South African “Border War” Literature: A Historiographical Exploration. In: *Journal for Contemporary History*, v. 42, n. 2, 2017, pp. 24-47.

WESTON, Kath. *Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991.

ZALMANOVICH, Tal. From Apartheid South Africa to Socialist Budapest and Back: Communism, Race, and Cold War Journeys. In: *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien*, n. 34, v. 18, 2018, pp. 111-134.

FILMES

KANARIE; Direção: Christiaan Olwagen. Produção: Marche Media; kykNET. África do Sul: Ster-Kinekor Pictures, 2018, 1 DVD.

MOFFIE; Direção: Oliver Hermanus. Produção: Portobello Productions; Department of Trade and Industry of South Africa. África do Sul: Curzon Home Cinema, 2020, 1 DVD.

PROPERTY OF THE STATE: Gay Men in the Apartheid Military; Direção: Gerald Kraak. Produção: National Film and Video Foundation. África do Sul: National Film and Video Foundation, 2003, 1 DVD.